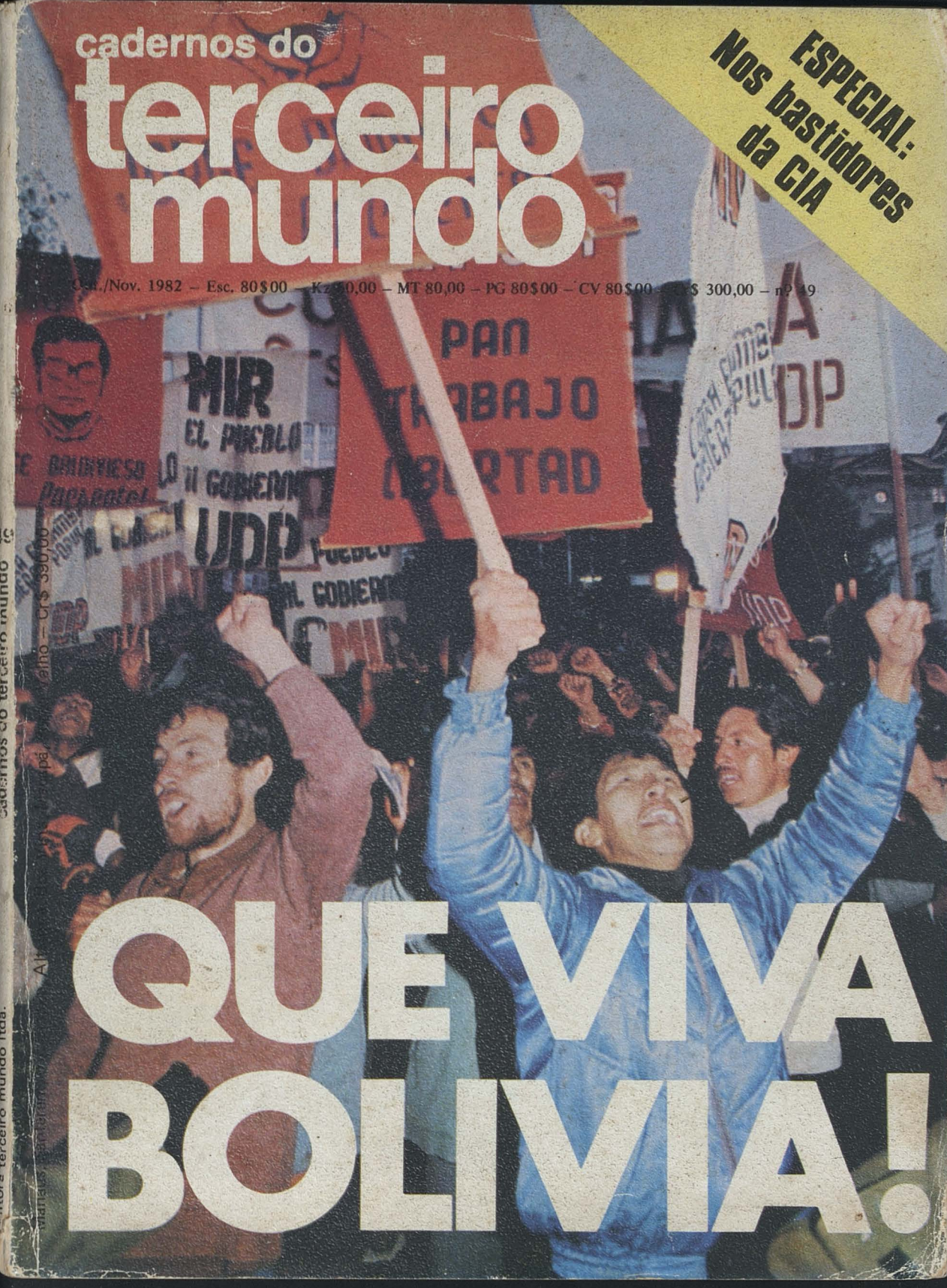


cadernos do

terceiro mundo

ESPECIAL:
Nos bastidores
da CIA

Out./Nov. 1982 - Esc. 80\$00 - Kz 50,00 - MT 80,00 - PG 80\$00 - CV 80\$00 - R\$ 300,00 - n.º 19



QUE VIVA BOLIVIA!

A photograph of two large, faceted diamonds resting on a dark, textured surface that resembles rough diamond ore. The diamond on the left is a brilliant-cut stone, while the one on the right is a larger, more complex cut. The background is dark and grainy, with many small, sparkling particles scattered across it.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

O triunfo boliviano

Em seus 157 anos de República independente, a Bolívia conheceu 212 golpes de Estado (mais de um por ano, em média). Isso lhe valeu uma imagem nada agradável: a de "republicueta" latino-americana, como aliás tantas outras nações de nosso continente, que participam do mesmo processo. Mas, na realidade, a verdade é bem outra. A Bolívia — ou melhor, o seu povo de camponeses, mineiros, operários, estudantes etc. — nunca se curvou às exigências da classe dominante. E quando se curvou, o fez sempre frente às baionetas e os tanques, escrevendo uma história de resistência popular contra o fascismo e o autoritarismo. Uma história de muitos mártires e heróis.

Hoje, esse país andino dá um salto de qualidade e se alinha aos que batalham duramente em prol da democracia e das classes populares. E é com satisfação que registramos esse momento histórico na matéria de capa desta edição: Que viva Bolívia! Além disso, damos uma olhada na Argentina, onde o processo político ganha contornos ainda não muito claros, mas que não invalidam a opinião de **cadernos** em nossa edição anterior (nº 48): as transformações parecem ser irreversíveis. Ladislau Dowbor, constante colaborador da revista, faz-nos uma análise econômica do processo nigeriano (e, por extensão, do africano) comparando-o aos caminhos do Brasil, país latino-americano. E, comemorando os 25 anos do lançamento do primeiro satélite artificial (o *Sputnik* russo), nossa seção de comunicações coloca a questão: qual o papel dos satélites na competição das potências e na dominação dos ricos sobre os pobres? Ou: para que servem esses instrumentos, à paz ou à guerra?

E, finalmente, um mergulho nada fácil e muito delicado nas redes da inteligência internacional, desvendando aos leitores brasileiros aspectos nunca antes publicados no Brasil sobre a função que a CIA (Agência Central de Inteligência) norte-americana representa na manutenção e alimentação das forças conservadoras em todo o mundo.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavía
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 49
out./nov. – 1982
Preço de capa: Cr\$ 300,00
Números atrasados: Cr\$ 300,00

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor)
Sônia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Homero Souza
Iara Chagas

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabriga Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos

Capa: Equipe de cadernos; foto capa – Ricardo Malta/F4. Ricardo Malta/F4 – pp. 13, 14, 15, 21; Bolívia Libre – pp. 18, 22, 29; Ary Brandi – pp. 25, 26, 28; African – pp. 39, 43, 44; Beatriz Bissio – p. 42; Clodomir Bezerra – p. 43; Chip Hires – p. 50; Africa News – p. 46; Africa Guide – p. 48; Keystone – p. 49; Fallon – p. 58; Agência Novosti – p. 58; Afrique-Asie – p. 59.

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui – Luís Henrique
Caixa Postal 3.593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito – João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 – Maputo

• *Edições em espanhol*
MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
ECUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Teléfono: 724-7111

• *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELÍZ: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. ECUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. EL JARAFILLO Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1268. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANCIA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÃ BRETAGNA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria “José Trinidad Reyes”, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 69/60, Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Usita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramaria, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr. 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

4 Cartas

6 Panorama Tricontinental

10 Editorial: A crise econômica abala o sistema transnacional

13 Matéria de capa — Que viva Bolívia!

14 O processo boliviano e o refluxo das ditaduras,

Pablo Piacentini

17 Os primeiros cem dias, *Roberto Remo*

22 Um mártir diante do julgamento da história

25 Domitila de Chungara: "A nossa força é a verdade",

Beatriz Cannabrava

29 Uma nova geração política, *Juan Pereyra Fiorilo*

América Latina

35 Argentina: Frente de Libertação ou desintegração nacional,

Miguel Bonasso

Africa

38 Economia I: Uma agricultura em retrocesso

39 Economia II: Os limites do desenvolvimento regional,

Ladislau Dowbor

47 África do Sul: Da prosperidade à crise, *Gabriel Omotozo*

Oriente Médio

49 Israel: Os três círculos da "segurança global", *Esteban Valenti*

Ásia

54 Índia: Indira em Washington, *Narinder Koshla*

Comunicação

58 O emaranhado de olhos espaciais, *Fernando Reyes Matta*

63 Notas

Cultura

65 Cordel: uma manifestação popular autêntica, *Joseph M. Luyten*

73 Notas

74 Especial: Nos bastidores da CIA

76 Uma universidade contra a CIA

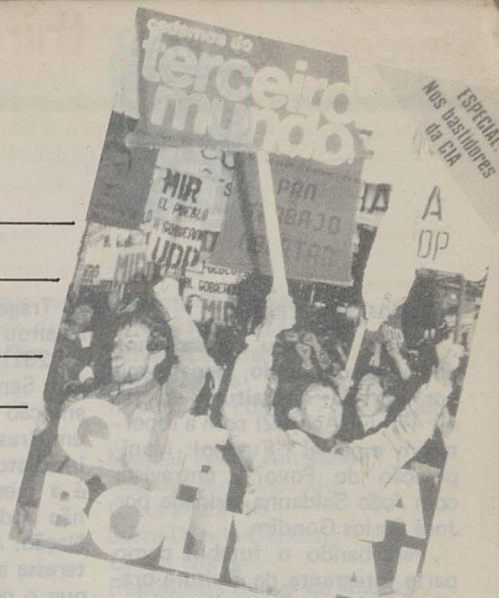
79 A comunidade de espionagem

85 Golpes, invasões, assassinatos...

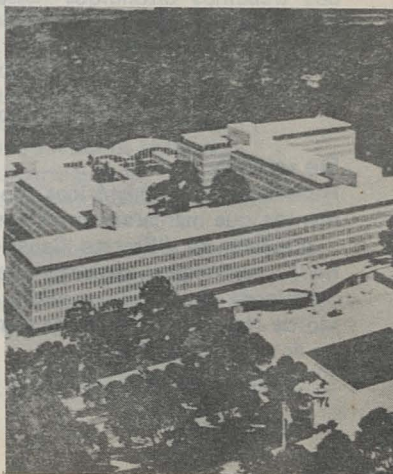
89 Bancos de Cérebros

92 Um tipo especial de câncer

96 Humor: *Mariano*



Uma foto, uma mentira



A CIA por dentro

CARTAS



Prezados Senhores,

Leitor que sou do **cadernos do terceiro mundo**, deparei-me por ocasião da leitura do de nº 47 (Jul/Ago/82) com a reportagem especial "Futebol: Manipulação do Povo?", entrevista com João Saldanha assinada por José Carlos Gondim.

Percebendo o futebol como parte integrante da Cultura brasileira e buscando analisar o seu poder de mobilização e sua utilização ideológica, a entrevista mencionada avivou-me o interesse sobre o assunto, notadamente naqueles momentos em que tece comentários sobre o episódio "Castelão" aqui de São Luís do Maranhão, razão pela qual faço juntar a esta carta, cópia de um artigo escrito momentos após a inauguração do Estádio Municipal (Brasil x Portugal) e que ratifica, de certa forma, o pensamento de João Saldanha sobre o assunto, expresso naquela reportagem.

Sendo só para o momento, despeço-me não sem antes parabenizá-los pelo excelente nível dos trabalhos difundidos nesse periódico.

Cordialmente,

Lino Castellani Filho

De repente...

Passados aqueles históricos momentos que marcaram entre nós a presença do "Escrete Canarinho", verdadeiros deuses desta "pátria de chuteiras" na expressão de Nelson Rodrigues, pairam no ar algumas perguntas...

Trago a mesma dúvida que assaltou Mino Carta (ISTO É nº 232) por ocasião do Mundialito: Será que pode entregar-se à emoção da torcida quem deseja um Brasil melhor? E também de imediato a resposta que me vem é a mesma dada por ele: Não, não pode. O futebol é o ópio da Nação. A vitória futebolística interessa aos donos do poder, porque o povo, ao festejá-la, já não sente que o estômago está vazio. O povo perde de vista o essencial e os donos do poder ganham segurança.

De fato, quem assistiu aquelas cenas incríveis no Aeroporto do Tirirical, ou aquelas outras na entrada do Hotel Vila Rica, onde centenas de pessoas se aglomeravam na doce ilusão de, num instante de sorte, desfrutar da suprema emoção de olhar "um" Sócrates, abraçar "um" Júnior, tocar "num" Zico, só pode chegar a esta conclusão.

Porém, quem esteve presente ao "Elefante Branco" ah..., desculpem-me... "Castelão", por ocasião do jogo Brasil x Portugal, pode repetir gostosamente a frase de um amigo meu: "Rapazes... eu vi!!! De repente eu vi o povo totalmente indiferente aos desesperados apelos do locutor do Estádio pedindo palmas para Sua Excelência o governador do Estado; de repente eu vi o surgir de uma estrepitosa vaia quando o mesmo locutor anunciou euforicamente a presença, na tribuna de honra, do presidente do PDS. De repente eu vi quando o povo que lotava os 71 mil lugares do Estádio, caiu em contagiante gar-

galhada quando o já angustiado locutor anunciava a presença nas tribunas do "Governador do Século".

Neste momento percebo que a resposta à minha pergunta pode ser outra. Noto que embora alegre, o povo estava atento; ciente da inquietante favela que ali ao lado via sem entender a presença daquele gigantesco monumento; ciente dos motivos eleitoreiros que levaram à construção daquele monstro de concreto armado; ciente do desrespeito a ele, povo, quando do "globalmente" divulgado desaparecimento das 5 mil cadeiras distribuídas generosamente pelos dirigentes aos seus eleitos (ou eleitores?), ciente de que o preço de uma cadeira correspondia a 15% do novo salário mínimo da região; ciente de que enquanto se gasta trinta mil cruzeiros por dia na conservação do maravilhoso "tapete verde", famílias vivem em condições sub-humanas bem próximas dali. Enfim... de repente percebo que o povo, ainda entregue à alegria do momento de glória futebolística, nem por isso deixará de reivindicar os seus direitos. (L. C. F.)

Guevara

(...) Creio ser essa revista a mais indicada para, se possível, publicar uma reportagem sobre o "Che", pois o considero uma das mais brilhantes e incógnitas figuras da libertação dos povos (refiro-me à figura humana que ele foi, sem entrar na questão ideológica). **Valdevino G. Martins, Rio de Janeiro, Brasil.**

CARTAS



Economia terceiro-mundista

(...) Aproveito a oportunidade para fazer uma sugestão: gostaria que constasse em suas edições uma parte referente à economia dos países do Terceiro Mundo que trouxesse, por exemplo, balança comercial, itens exportáveis, produção principal, (...) e daria como sugestão alguns países como Angola, México, Peru, Moçambique e Índia, entre outros. **Gilberto Cechella, Florianópolis, Brasil.**

Grande esforço

(...) O Brasil e seu povo ganham um grande reforço e dão mais um passo à frente dos retrógrados que ainda dominam esta nação. **cadernos é mais um órgão**

da imprensa alternativa que tenta sobreviver sob o jugo da ditadura. **José E. Cavaco, Rio de Janeiro, Brasil.**

Intercâmbio

Waldecy Correia
QNE 31 — Lt. 40
Brasília-DF, Brasil

Marta Regina Caldato
Caixa Postal 173
14960 — Novo Horizonte-SP,
Brasil

Neide Beatriz de C. Dornelles
Rua Lima e Silva, 445/705
Cidade Baixa
90000 Porto Alegre-RS, Brasil

Baptista Canoquena

A/C de Fonseca Miúdo
Mintec/Chitato
Lunda Norte
República Popular de Angola

Manuel Tunga Amândio

A/C de Manuel Miúdo
Caixa Postal 15
Sorra-Dundo-Diamang
Lunda Norte
República Popular de Angola

Errata

Em nossa edição anterior (nº 48), o nome da autora do artigo sobre o grupo de teatro "Tá Na Rua" (seção Cultura), por um lapso, saiu como Angela Masulani. Retificamos: Angela *Mascelani*.

CLUBE DE AMIGOS

Companheiros

Este meu poema foi baseado sobre um outro poema de minha autoria que foi publicado num jornal alternativo. Esse poema que foi publicado chama-se "Hiroshima, Meu Amor".

Gostaria de ver o poema "Palestinos, Meu Amor" publicado no nosso **Clube de Amigos do Terceiro Mundo**.

PALESTINOS, MEU AMOR

Vejo crianças dormindo
velhos conversando

sonhando com a Palestina
respirando.
Há vida nas tendas
em Sabra e Shatila
nas flores
no pólen da conservação da vida
vejo pessoas amando
pessoas vivendo
instantaneamente há um imenso /
clarão!
fogo de metralhadoras!
um som de mil trovões!
e luzes prateadas de lâminas /
afiadas
a cortarem gargantas!
o sangue vermelho e quente é /
derramado!

a areia fica quente!
a mãe terra treme!
depois da escuridão
o frio da morte

palestinos, meu amor
fostes escolhidos pela fúria /
sanguinária
dos fascistas-sionistas
os "cristãos" te mataram
mas, das cinzas como um fênix
apareceram outros palestinos
sobreviventes, vivos!
e os fascistas ficaram com as /
sombras dos mortos,
dos velhos e crianças
dos homens e mulheres
dos doentes e inválidos
e dos cavalos brancos,
a persegui-los
enquanto existir a vida e o amor.

Antonio F. V. de Almeida
22700 — Largo do Tanque —
Jacarepaguá — Rio de Janeiro-RJ
Brasil

CIDADÃOS EUROPEUS DESAPARECIDOS NA ARGENTINA

□ As denúncias sobre a descoberta de cemitérios clandestinos na Argentina, onde teriam sido enterrados milhares de corpos de cidadãos assassinados durante a "guerra suja" contra a "subversão", provocaram inquietação não só naquele país, mas também no exterior, particularmente em várias nações européias que solicitaram esclarecimentos ao regime militar de Buenos Aires.

O Ministério das Relações Exteriores da Itália revelou que há 321 cidadãos italianos ou de origem italiana dos quais não se sabe o paradeiro. A im-

prensa de Roma publicou uma lista com os nomes completos desses cidadãos, que provavelmente foram presos durante os primeiros anos do regime militar argentino, quando este assumiu o poder em março de 1976.

Segundo declarações do subsecretário das Relações Exteriores italiano, Raffaele Costa, o governo de seu país solicitou informações, nessa data, "com muita atenção e cautela", através de sua embaixada. "Os interlocutores responderam sempre com evasivas", acrescentou o funcionário italiano.

Posteriormente, o presidente Sandro Pertini recebeu no Palácio Quirinal uma delegação das "Mães da Praça de Maio" que pediam ajuda para descobrir o destino de seus familiares.

Em agosto deste ano, durante uma viagem realizada a diversos países latino-americanos, o chanceler Colombo entrevistou-se na embaixada da Itália em Buenos Aires com uma delegação das "Mães de Maio" e com membros de instituições que zelam pelos direitos humanos.

A publicação da lista dos desaparecidos e a exibição em jornais e cadeias de televisão de fotografias de crianças desaparecidas despertou uma enorme comoção na opinião pública italiana. Em consequência dessas denúncias, o primeiro-ministro italiano Spadolini assinou que seu governo "esgotará todos os recursos diplomáticos

para exigir um esclarecimento total sobre o destino dos italianos desaparecidos". Por sua vez, o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, afirmou em recente entrevista concedida em Roma que "depois da denúncia publicada pelo governo italiano, os argentinos não poderão continuar guardando silêncio sobre a sorte de milhares e milhares de jovens presos e que depois desapareceram".

As providências tomadas pelas autoridades italianas contam com o apoio das três centrais operárias confederadas — CGIL, CISL e UIL — que agrupam três milhões de trabalhadores.

Por outro lado, o governo espanhol também realizou gestões para descobrir o destino de 41 cidadãos daquele país desaparecidos na Argentina. A primeira lista de nomes foi entregue ao Parlamento em 1979 pelo então ministro de Assuntos Estrangeiros, Marcelino Oreja. Nessa oportunidade, o Congresso pediu que o governo argentino respeitasse os direitos humanos e resolvesse a situação dos desaparecidos. Os meios mais importantes de comunicação da Itália divulgaram editoriais a respeito.

O governo socialista francês revelou que multiplicou seus esforços para colher informações do governo de Buenos Aires sobre os franceses desaparecidos na Argentina.

Por último, um porta-voz da chancelaria da Alemanha Ocidental manifestou também interesse em conhecer o paradeiro de 48 cidadãos alemães e de origem germânica desaparecidos naquele país do Prata.



SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO

□ Como era previsto, cumpriram-se as expectativas otimistas que cercavam a 3ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, realizada na capital cabo-verdiana de 21 a 22 de setembro passado.

Na declaração final, os cinco presidentes reafirmaram "a convicção que a solidariedade cimentada entre os respectivos povos é um patrimônio inestimável". Decidiu-se fortalecer os laços econômicos entre os cinco países mediante, principalmente, a criação de uma comissão ministerial com as funções de criar perspectivas, coordenar, acompanhar e promover todas as ações na área da cooperação. No campo da coordenação da atividade diplomática, se ressaltou a conveniência da introdução do português como língua de trabalho nas organizações internacionais.

Em relação às questões in-

ternacionais, os chefes de Estado exprimiram a sua solidariedade com o povo sul-africano, felicitaram a admissão da Rasd na OUA e condenaram energicamente a invasão do Líbano e os massacres de populações civis no país. Os "cinco" denunciaram ainda o genocídio que o exército indonésio pratica contra o povo de Timor Leste e criticaram a multiplicação de bases militares e a nuclearização do oceano Índico.

A reafirmação da identidade de pontos de vista dos cinco governos e a superação do único obstáculo pendente, com o restabelecimento das relações diplomáticas entre os governos da Praia e de Bissau (cortadas em 14 de novembro de 1980), demonstram o sucesso político da reunião de cúpula da Praia. Resta agora aguardar a implementação das decisões econômicas e técnicas para se verificar se, também nesses campos, a cooperação entre os cinco países irá ampliar-se e corresponder ao esperado.

ÁFRICA DO SUL: NOVO ASSENTAMENTO

□ Mais de cinco milhões de pessoas de cor foram transferidas e instaladas novamente em vários bantustões da África do Sul, pois o governo de maioria branca continua empenhado em isolá-las para manter a ficção de um país branco.

Essa informação foi extraída dos relatórios do grupo de pressão anti-apartheid, o "Cinturão Negro" e a "Associação de Avanço Rural" (Afra).

O "Cinturão Negro", que é uma associação integrada por elementos de maioria branca, informa em seu relatório que a nova instalação constitui um dos três pilares principais nos quais se baseia a estrutura do apartheid. Outros pilares seriam a adoção de leis e regras sobre o controle do fluxo, que limitam a livre circulação de milhões de africanos através do país.

● Reunião da OUA: a Rasd se abstém

O principal obstáculo formal para a realização da 19ª Conferência da OUA (Organização da Unidade Africana) desapareceu com o anúncio, em final de outubro, da abstenção da República Árabe Saaraui Democrática (Rasd). Dessa maneira, as autoridades saaraui esperam "desbaratar as manobras marroquinas-norte-americanas contra a África e a sua máxima organização continental". A decisão saaraui reitera, no entanto, a sua permanência como membro de pleno direito da OUA.

A declaração da Rasd foi precedida por dois importantes fatos: primeiro, o congresso geral da Frente Polisário, onde foram decididas mudanças substanciais na estrutura da Frente; segundo, o giro que o presidente da Rasd, Mohamed Abelaziz, realizou por uma dúzia de países africanos.

● Israel: ajuda norte-americana

No início de novembro, uma enquête realizada pela rede de televisão NBC demonstrou que a maioria dos norte-americanos pensa que a ajuda dos Estados Unidos a Israel é exagerada e é bem maior do que as próprias necessidades dos israelenses, em um momento de crise da economia norte-americana, quando mais de 21 milhões de pessoas estão desempregadas.

Por outro lado, o jornal israelense *Maariv* afirmou que o governo de Telavive enviou para a administração norte-americana uma longa lista com suas necessidades de assistência, e que o governo de Reagan está disposto a aceitar.

INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA: 7 ANOS

□ Uma exposição fotográfica e uma resenha cinematográfica sobre o passado e presente de Angola estavam entre as principais atividades realizadas na capital portuguesa em comemoração do 7º aniversário da libertação desse país africano, transcorrido dia 11 de novembro passado. As celebrações foram organizadas pelo Centro Internacional de Documentação Amílcar Cabral (Cidac), e incluíam uma mostra de literatura e poesia angolana e a projeção de seis filmes representativos da atual cinematografia de Angola. Falando no ato inaugural, o presidente do Cidac, Luis Moita, destacou que a característica dominante da realidade angolana "tem sido a luta". "Não entendemos a palavra cultura num sentido acadêmico nem elitista", afirmou. Luis Moita disse ainda que "quando falamos de cultu-

ra angolana, mais do que de quadros de museu, falamos da forma como o povo de Angola vive e pensa, da sua história, da memória de sua opressão colonial, no longo e vitorioso combate pela sua libertação e nas guerras não declaradas que hoje trava contra os agressores". E acrescentou, para finalizar: "Não se pode falar de cultura angolana em 1982 esquecendo que se trata de um país invadido e ocupado pelo inimigo sul-africano, e que paga e pagou um alto preço pelo seu corajoso respaldo ao movimento de libertação da Namíbia, a Suazilândia".

Aqui no Brasil, *cadernos do terceiro mundo* publicará, em próxima edição, um material mais detalhado sobre o aniversário da independência angolana, uma das páginas mais emocionantes da história da libertação dos povos.



● Venezuela: apoio à Nicarágua

O dirigente do Partido Comunista da Venezuela (PCV), Radamés Larrazábal, denunciou, a princípios de novembro, que uma centena de jovens estão sendo recrutados nesse país para participar de um plano de destabilizador contra a Nicarágua. O porta-voz do PCV assegurou que o plano é auspiciado pelo Departamento de Estado norte-americano e pela Central de Inteligência norte-americana (CIA), além de contar com o respaldo de "poderosos grupos capitalistas da Venezuela". Larrazábal assinalou que o recrutamento de jovens está vinculado às brigadas anti-subversivas

da Direção de Inteligência Militar da Venezuela (DIM).

● Bolívia: queima de arquivos

O Senado boliviano aprovou, no início de novembro, uma recomendação ao Executivo pedindo a imediata queima dos arquivos políticos da Segunda Seção (inteligência) do Estado Maior do exército.

A resolução do Senado — que não possui caráter obrigatório para o Executivo — assinala que os arquivos militares "arbitrariamente registram antecedentes sobre as atividades políticas, sindicais, cívicas e religiosas de homens, mulheres e

crianças, aviltando os direitos e garantias estabelecidos pela Constituição política do Estado".

Esses arquivos, segundo o Senado, "constituem uma flagrante violação da Constituição e uma grave ameaça para a vida, a segurança e a liberdade dos bolivianos".

O autor da iniciativa parlamentar foi o senador Oscar Zamora, do Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML), de tendência pró-chinesa, que argumentou "que não se pode compreender como uma instituição do Estado possa ter acumulado documentos políticos para empregá-los depois contra os próprios bolivianos".

ARGENTINA: RESTAM 400 MIL INDÍGENAS

Segundo uma pesquisa divulgada pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo (Ceestem), restam na Argentina uns 400 mil indígenas. O estudo do pesquisador argentino Miguel Alberto Bartolomé assinala que uns 276 mil *coyas* trilingues (espanhol, quêchua e aimará) moram no norte do país, cerca de 85 mil *mapuches* que falam a língua do mesmo nome, situados na zona centro-sul e uns 53 mil *chitiguano*s que falam guarani e também residem no norte, são aparentemente os grupos majoritários.

O pesquisador destaca que restavam em 1978 somente dois indígenas pertencentes à etnia *lule-vilela*, que vivem na região do Chaco, fronteira com o Paraguai e só 180 *tapietes*, residentes na província de Salta, que falam guarani.

Existem uns mil *Mbya* (*Ava*), indígenas que falam guarani e moram na zona das missões e uns 1.600 *chorotis*, da província de Salta; se encontram à beira da extinção.

Independentemente das cifras contraditórias dos censos indígenas, o pesquisador argentino afirma que a situação dos nativos "é, infelizmente, semelhante à da maioria dos povos índios" da América Latina.

Os *mapuches* que sobrevivem moram encurralados em reservas, em áreas de terras improdutivas e nos inóspitos contrafortes da Cordilheira dos Andes, o que obriga boa parte da população a emigrar temporária ou definitivamente para centros urbanos onde existe demanda de mão-de-obra não especializada.

Esses grupos étnicos vivem

acossados pela invasão de terras, pela exploração do latifúndio e pela carência de serviços sociais.

Em sua luta pela sobrevivência, alguns nativos que habitam a província de Buenos Aires fundaram um centro indígena que aglutinou diversos grupos, e que foi transformado em 1971 na Comissão Coordenadora de Instituições Indígenas da República Argentina (Cciira), cujos postulados reivindicavam a devolução de terras aos indígenas, a sua identidade cultural, o livre emprego de línguas nativas, o reconhecimento jurídico de outras comunidades etc.

Quase simultaneamente sur-

giu em 1970 a Federação Indígena Neuquina que pretendia aglutinar 34 reservas da província de Neuquén.

Posteriormente, os dirigentes dessas organizações indígenas foram perseguidos e outros encarcerados. As organizações acabaram se dissolvendo.

Por volta de 1975, os membros oriundos das organizações dissolvidas formam a Associação Indígena da República Argentina (Aira) que obtém personalidade jurídica em 1976, sob o governo surgido do golpe militar naquele país.

A nova organização visa a evitar em suas fileiras a presença de colaboradores não indígenas. Os propósitos da Aira são coincidentes com os do movimento índio de toda a América e poderiam sintetizar-se em três pontos: terra, cultura e reconhecimento político.



A crise econômica abala a estabilidade do sistema transnacional

Os dirigentes ocidentais estão apontando, em tom de alarme, que a atual recessão é a mais prolongada e profunda que se tem experimentado desde o pós-guerra.

De fato, a crise chegou a um tal grau que provocou a estagnação das potências capitalistas e atingiu o Terceiro Mundo ao ponto de que vários países estão impossibilitados de pagar suas dívidas, ameaçando a estabilidade do sistema financeiro ocidental.

Se essa situação é grave para as potências do Norte, para o Terceiro Mundo ela é dramática. E para os países não-produtores de petróleo do Terceiro Mundo, ela se faz sentir em todos os flancos e principalmente, há mais de dois anos, na queda dos preços de suas exportações. E, pela primeira vez desde 1973, os preços e o consumo do petróleo caíram a partir de meados de 1981.

As nações industrializadas também foram castigadas pela recessão e pelas altas taxas de juros fixadas pelos Estados Unidos, mas esses efeitos se fazem sentir com maior dureza no Terceiro Mundo, devido à sua debilidade econômica. A isso deve-se acrescentar as quedas das cotações dos produtos básicos, o que constitui uma pesada agravante para as nações subdesenvolvidas, ao passo que essa depreciação tem um efeito compensador para os consumidores industrializados. Estes, além do mais, mantêm ou aumentam os preços dos seus produtos manufaturados e equipamentos, no quadro de um intercâmbio desigual.

Esse processo de deterioração dos termos do intercâmbio para os exportadores das matérias-primas é induzido pela menor demanda dos consumidores como sempre acontece durante as recessões.

Sem dúvida, esse é um fator casual, mas não é o único. Apesar de sua retórica em favor do livre comércio, as potências capitalistas intervêm no mercado para fixar os preços e discriminar determinados produtos, utilizando métodos incompatíveis com a ortodoxia capitalista. O exemplo mais sobressalente é o que se refere ao petróleo. Diante da contração da demanda, decorrente da recessão, os membros da

Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) efetuaram, paralelamente, uma drástica retração da oferta. Em 1979, o ano de maior demanda, a produção conjunta da Opep foi de quase 31 milhões de barris diários. Em meados deste ano, a produção tinha caído para menos de 17 milhões de barris diários, quase a metade, evidenciando um índice notável de adequação às oscilações do mercado. Mas, ao mesmo tempo, as empresas transnacionais do setor lançaram imensas reservas no mercado anulando os esforços da Opep para equilibrar a relação oferta-demanda.

Também serve como exemplo o jogo com as reservas estratégicas de prata e estanho dos Estados Unidos para diminuir os preços desses metais. Outro fator relevante é o subsídio às produções agrícolas dos Estados Unidos e dos membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), criando excedentes a preços artificiais que concorrem com as exportações agrícolas dos países subdesenvolvidos, tirando-lhes mercados e contribuindo para a contração dos preços. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, a CEE e o Japão erguem tarifas alfandegárias e exercem medidas protecionistas contra os produtos externos que concorrem com os seus, principalmente os manufaturados procedentes do Terceiro Mundo.

Não se trata aqui, obviamente, de propiciar o livre comércio como norma das relações internacionais, mas de mostrar os mecanismos que as potências capitalistas aplicam para descarregar a crise que elas mesmas provocaram, pouco lhes importando que esses métodos sejam incompatíveis com sua própria doutrina.

Dentro do quadro atual, a queda dos preços das matérias-primas é o fator mais negativo. Antes da recessão, as cotações seguiam uma tendência oscilante. Verificavam-se aumentos de alguns produtos, mas, se comparados com o incremento paralelo dos preços do combustível e dos bens industriais, a deterioração dos termos de intercâmbio implicava, de qualquer forma, uma queda do poder de compra dos exportadores de matérias-primas.

Registra-se há mais de dois anos uma queda

nítida do preço de todos os produtos básicos não petrolíferos — quase sem exceção — que constituem o grosso das exportações do Terceiro Mundo.

Eis aqui alguns exemplos para ilustrar essa tendência. A juta marcou seu recorde na bolsa de Londres em janeiro de 1979, quando a tonelada era cotada a 526 dólares. Em dezembro de 1981 caía para 265 e no início de setembro de 1982 para 240 dólares.

O açúcar chegou ao máximo de 65,50 centavos de dólar a libra-peso (equivalente a 1/2 quilo) em novembro de 1974 na Bolsa de Nova Iorque, para cair a 12,80 centavos em dezembro de 1981 e a 6,7 centavos no começo de setembro deste ano. A libra de cobre, que chegara a 146 centavos de dólar em fevereiro de 1980 (também em Nova Iorque), caiu para 82 centavos em dezembro de 1981 e a 74 centavos no início de setembro deste ano.

E o *bushel* (medida norte-americana) de trigo, que custava 691 centavos de dólar na bolsa de Chicago em meados de janeiro de 1974, caiu para 380 centavos em dezembro de 1981 e 336 centavos no começo de setembro deste ano.

Essas perdas se traduziram em elevados déficits das balanças comerciais. Segundo o Departamento de Economia Internacional e de Assuntos Sociais das Nações Unidas, os países subdesenvolvidos não petrolíferos sofreram um déficit em seus balanços de pagamentos de 48.200 milhões de dólares em 1979, de 68.700 milhões em 1980 e de 77.500 milhões em 1981, calculando-se que em 1982 esse déficit poderá chegar a 75 bilhões de dólares. Portanto, esses países foram obrigados a se endividar para manter suas importações.

O Banco Mundial calculou que no fim de 1981 a dívida externa do Terceiro Mundo se havia elevado a 517 bilhões de dólares.

Essa penosa situação foi agravada pelo aumento das taxas de juros bancários nos Estados Unidos, pois como atualmente dois-terços da dívida são de origem privada e regidos por critério comercial, a elevação da taxa de juros encarece o serviço (juros mais amortização) dos empréstimos. Consequentemente, os países subdesenvolvidos

devem pagar cerca de 100 bilhões de dólares anuais pelo serviço da dívida.

O problema chegou a tal ponto, que no curso deste ano os círculos financeiros do sistema transnacional informaram que estava comprometida a possibilidade do pagamento dos créditos concedidos. Países que haviam acumulado dívidas muito elevadas, como o México, a Argentina, a Costa Rica e a Bolívia, tiveram dificuldades para fazer frente a seus compromissos. Alguns países suspenderam mesmo o pagamento dos juros e outros são obrigados a obter novos créditos só para saldar o serviço da dívida.

No início de setembro, quando foi realizada em Toronto (Canadá) a reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, apesar de que naquela época se havia verificado uma queda de vários pontos das taxas de juro, delegados e banqueiros coincidiram em advertir para o perigo de uma cessação dos pagamentos.

Tanta preocupação, principalmente dos grupos bancários de Nova Iorque que foram os maiores credores, devia-se ao efeito "bumerangue" que poderia ocorrer se essa tendência se ampliasse, arrastando à falência aqueles consórcios financeiros.

Chegou-se, com efeito, a uma situação insustentável. A crise do capitalismo transnacional está pondo em risco suas próprias bases.

O método utilizado pelo sistema transnacional para superar suas crises sempre consistiu em transferir os custos da crise para a periferia subdesenvolvida, graças ao seu controle da economia mundial.

O que se nota nesta evolução é que a corda foi esticada a tal ponto que está prestes a romper-se. Admite-se, pela primeira vez, que a bancarrota do Terceiro Mundo pode conduzir à falência de setores chaves da engrenagem financeira.

Nessas circunstâncias, quando os responsáveis políticos e econômicos do Ocidente evocam o fantasma da grande depressão de 1929, deveriam ser rapidamente adotadas medidas corretivas — dentro da lógica do sistema capitalista, é óbvio. Mas não é assim.

Guiadas pelo governo norte-americano, as potências ocidentais (nem todas concordam) esperam que os métodos monetaristas reduzam a inflação e permitam sair da recessão no próximo ano.

Seria arriscado afirmar qual será a situação nos próximos meses, mas se ocorrer o fim da recessão a curto prazo, algum dos fenômenos negativos que as potências capitalistas experimentam atualmente (desemprego, estagnação da produção) começará a se atenuar.

Mas, para o Terceiro Mundo, a situação continuará sendo grave e as poucas melhorias previsíveis (aumento da demanda de produtos básicos e reativação dos preços) levarão mais tempo em acontecer.

Caso a saída demorasse, as consequências seriam graves para o sistema transnacional e gravíssimas para os países subdesenvolvidos. Nesse caso, os instrumentos clássicos deveriam ser abandonados para lançar mão de mecanismos anti-recessivos inéditos.

O economista clássico britânico John Maynard Keynes, o mesmo que forneceu ao Ocidente capitalista as chaves para superar a grande depressão de 1929, exclamou, ao examinar sua obra: "Eu dei ao capitalismo 30 anos de prorrogação, de sobrevivência".

Esses 30 anos venceram, e as fórmulas de Keynes foram substituídas pelas receitas monetaristas, que implicam um retorno à ortodoxia, superada pelo próprio Keynes.

O monetarismo, contudo, fez piorar a economia mundial, e embora seja excessivo e pouco realista profetizar o próximo fim do capitalismo, este parece encontrar-se num beco-sem-saída, carente de fórmulas para resolver sua crise.

A incerteza é, pois, total. E a única coisa que não deixa margem à dúvida é que o Terceiro Mundo ainda tem pela frente anos de tremendas dificuldades. Para vencê-las, deveria estreitar sua unidade e concertar ações no campo internacional. Lamentavelmente, não se vislumbram passos concretos nesse sentido, apesar dos estragos que a atual recessão está causando. ●

“Começa na Bolívia uma nova etapa histórica”, disse o vice-presidente Jaime Paz Zamora aos dirigentes da Conferência Permanente dos Partidos Políticos Latino-Americanos (Coppal), reunidos pela primeira vez em La Paz, por ocasião da transferência do governo para Hernán Siles Zuazo.

O governo da União Democrática Popular (UDP) põe fim ao período militarista que se implantou em 1964, quando René Barrientos liquidou com o processo iniciado em 1952 com a primeira revolução popular vitoriosa na América

Latina depois da mexicana.

A insurreição pacífica de 1982 retoma o caminho começado há três décadas pelo povo boliviano. Revivem no Altiplano andino os velhos ideais do nacionalismo revolucionário, conjugados agora com a contribuição de diversas correntes marxistas e com uma vocação democrática fortalecida pelos longos anos de sacrificada resistência contra o autoritarismo.

A esperança da América Latina é que o Altiplano deixe de ser famoso pelo seu recorde de quarteladas, mas sim porque estas não conseguiram dobrá-lo.



QUE VIVA BOLIVIA!

Com uma longa história de resistência popular, a Bolívia assume hoje um papel de destaque na história da libertação dos povos latino-americanos

Essa região faz fronteira com o Paraguai, subjugado pelo autoritarismo de velho estilo do general Alfredo Stroessner (no poder desde 1954) e com o Brasil, que foi em 1964 o precursor da Doutrina

Hoje, a Bolívia é exatamente a nação que inicia o ciclo regressivo desse processo. Não se trata de mera coincidência, temporária ou geográfica. O mapa da América Latina indica, neste final de 82, o contundente fracasso do modelo político de segurança nacional e de seu suporte econômico, o ultraliberalismo.

Poder-se-ia argumentar que a Bolívia é um caso extremo, e sem dúvida o foi. Uma corrupção sem precedentes — que protegeu o tráfico de narcóticos — e uma incompetência administrativa sem igual, que jogou o país na maior crise dos últimos tempos, foram os fatores que mais se destacaram neste final de período militar.

14 - terceiro mundo

Como aspecto específico do fracasso do regime militar argentino, se poderia invocar a derrota militar sofrida no arquipélago das Malvinas, que forçou o alto comando a anunciar o fim da ditadura e a abertura do processo de democratização.

Mas a justa reivindicação nacional da guerra das Malvinas foi o recurso improvisado do qual o general Leopoldo Galtieri se serviu, no momento em que o fracasso total do regime se tornava evidente,



Nas mãos, o "V" da vitória; nas bocas, o canto nacional; nos rostos, toda uma história de luta

numa desesperada tentativa de obter um triunfo estabilizador que não tinha sido objeto de uma preparação adequada, nem mesmo no campo militar.

Na verdade, quando a Junta militar jogou as forças armadas na recuperação das ilhas Malvinas ocupadas pela Grã-Bretanha, a situação já era crítica, como um edifício cujo desmoronamento é irreversível, como aconteceu com a ditadura boliviana.

O Uruguai e o Chile também mostram as provas de um fracasso sem paralelo. O desemprego e a miséria do povo poderiam ser as consequências lógicas de uma política econômica orientada em favor dos círculos dominantes. Mas o que ocorre é que, nessas quatro nações do sul, o desastre econômico acabou por arruinar grande parte daqueles círculos, arrasando com a indústria nacional e endividando esses países, que, aliás, já se encontram à beira da falência.

Característica comum: a repressão

O que vale a pena ressaltar é que, em virtude de suas diferenças específicas, a Bolívia conquistou a alternativa democrática e a Argentina está caminhando nessa direção, enquanto que no Uruguai e no Chile os efeitos nefastos terão continuidade, em virtude do controle dos aparelhos repressivos.

A repressão foi justamente a característica mais cruenta, comum aos regimes inspirados na doutrina da segurança nacional. O terrorismo de Estado foi aplicado sistematicamente e implacavelmente sobre as organizações populares. Acreditava-se que as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos varreriam do solo desses países, pelo menos durante uma geração, as pessoas e as organizações que questionavam a ordem constituída e os interesses das classes privilegiadas. Em síntese, que a ordem das baionetas seria duradoura e o renascimento democrático distante.

E apesar dos milhares e milhares de mortos, desaparecidos, torturados e exilados do Cone Sul, a obra é frágil e falida, denunciando uma violência inútil e cega.

A resistência boliviana

A especificidade boliviana não se baseia somente na corrupção e na incompetência das cúpulas militares que se revezaram durante esses últimos anos no governo. Destaca-se a corajosa e admirável resistência das classes trabalhadoras e das organizações populares que, durante toda a história da República, impediram a consolidação dos regimes militares, forçaram marchas e contramarchas, concessões e endurecimento até transformarem as contradições numa carga insuportável.

Quanto às organizações políticas e sindicais, elas conseguiram se livrar das divisões que facilitaram a subida das ditaduras, as quais teriam sido prolongadas, caso essas divisões não fossem superadas.

O governo da Unidade Democrática Popular (UDP) expressa um consenso substancial entre os setores populares e progressistas, o que representa o seu mais valioso bem e sua garantia de estabilidade.

Mas, não basta que esse consenso seja mantido. Ele terá que ser elaborado e consolidado para obter uma unidade sem "rachas" a fim de tornar impossível a volta ao passado, e possível o êxito do programa de reconstrução nacional.

Responsabilidades

A responsabilidade nesse novo caminho não só diz respeito aos partidos e aos núcleos diretamente representados na fórmula presidencial de Hernán Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora. Todas as pessoas ou grupos que foram perseguidos ou marginalizados pela ditadura também estão comprometidos e devem, à margem das diferenças ideológicas ou estratégicas, contribuir para o êxito do processo de democratização e de mudança que o povo escolheu e cuja obstrução não poderia conduzir, neste período, a uma alternativa melhor, e sim ao perigo do retorno a um passado trágico para todos e para a população boliviana em geral.

Quanto às forças armadas bolivianas, arrastadas para uma aventura irresponsável por chefes ambiciosos e venais, nunca se deixaram controlar.

Apesar de uma corrupção que dispunha de recursos absurdos comparados à dimensão econômico-

ca do país andino, os oficiais da ala legalista não se deixaram tentar, e, enfrentando dificuldades, mantiveram uma dialética interna na corporação militar, que acarretou a retirada final da ditadura.

Esses oficiais sabiam que descarregar as armas contra um povo sem defesa era um crime e que os militares honestos, leais e patriotas nada teriam a temer de um governo democrático e representativo. Pelo contrário, o prestígio perdido pelas forças armadas só poderia ser recuperado mediante o estrito enquadramento às normas constitucionais, assegurando o respeito à soberania popular e afastando sem hesitação todo oficial que se recusasse a acatar a ordem legal.

Manter a coesão interna

No país que conheceu a revolução de 1952 (quando as forças populares, sob o comando de Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo, derrotaram o exército regular) e sobre o qual o fantasma da guerra civil pairou mais de uma vez, a palavra-de-ordem de manter a coesão interna baseada no respeito à legalidade, não só atende aos interesses militares como também a um sentido elementar de equilíbrio e sensatez.

O caminho é longo e árduo, porque o governo da UDP recebe um país falido. Essa herança desastrosa é o resultado das ditaduras militares e só seguindo incondicionalmente a democracia é que o setor militar poderá recuperar a credibilidade perdida. Naturalmente, esta tese não só é válida para a Bolívia como para o Cone Sul e para toda a América Latina, onde o autoritarismo militar, aliado às oligarquias e ao sistema transnacional, se constituiu no tipo de governo mais nefasto que a história do continente conheceu.

O NOVO GABINETE BOLIVIANO

☐ A lista do gabinete do novo governo constitucional instalado na Bolívia é a seguinte:

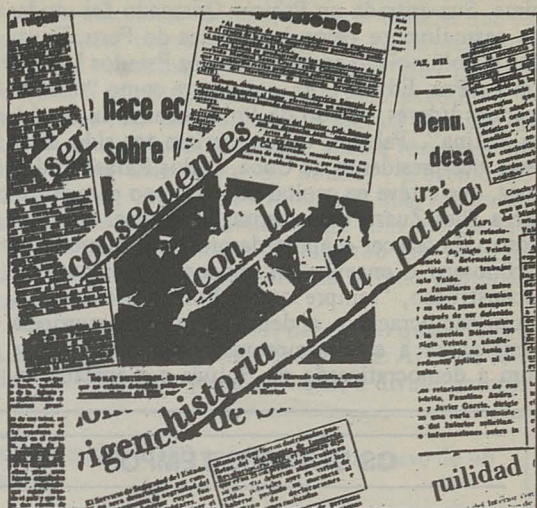
- Relações Exteriores: Mário Velarde Dorado (MNRI)
- Interior, Justiça e Emigração: Mário Roncal Antezana (MNRI)
- Defesa Nacional: José Ortiz Mercado (independente)
- Planejamento e Coordenação: Arturo Núñez del Prado (MIR)
- Finanças: Ernesto Aranibar (MIR)
- Educação e Cultura: Alfonso Camacho Pena (MIR)
- Transportes e Comunicações: Hernando Poppe Martínez (MNRI)

- Indústria e Comércio: Jorge Crespo Velasco (MIR)
- Trabalho e Segurança Social: Roberto Arnes Ciarre (PCB)
- Saúde Pública: Mário Argandona (MIR)
- Mineração e Metalurgia: Carlos Barragán Vargas (PCB)
- Assuntos Camponeses e Agropecuários: Zenón Barrientos Mamani (MNRI)
- Urbanismo e Moradia: Jaime Ponce García (PDC)
- Energia e Hidrocarbonetos: Jorge O'Connor Darlach (MIR)
- Informações: Jorge González Rodas (MNRI)
- Integração: Hormando Vaca Díez (MIR)
- Secretário-Geral da Presidência: Horacio Torres Guzmán (MNRI)
- Prefeito de La Paz: Benjamín Miguel (PDC)

Os primeiros cem dias

Siles Zuazo inaugura um novo período na história boliviana com enormes riscos e não promete soluções mágicas. Conta, contudo, com o capital da esperança

Roberto Remo



Paz Zamora caminhava pelas ruas de La Paz nos primeiros dias de outubro, quando uma *chola*¹ se aproximou dele: "Filhinho, nossas famílias estão com fome... As lágrimas nem chegam para encher nossas panelinhas... O que é que nós vamos fazer? Estamos pior do que na época da guerra do Chaco. Pelo amor de Deus, façam alguma coisa..."

"Eu não tive outro jeito senão responder: Mãezinha, tenha confiança nos filhos desta pátria", declarou o vice-presidente, pouco depois, à imprensa.

A confiança depositada pelos bolivianos no governo da Unidade Democrática Popular (UDP) é enorme, mas como já tinha sido assinalado pelas palavras-de ordem com que a UDP reclamou a entrega imediata do poder, "a fome não espera". A trégua social decretada tacitamente por todos os setores tem prazo marcado. Quanto? Cem dias.

Foi esse o prazo que o próprio Siles Zuazo pediu para iniciar sua gestão, formar sua equipe de governo, traçar um programa econômico de emergência e começar a aplicá-lo. Serão, sem dúvida, os cem dias mais críticos da história boliviana desde 1952 e o destino do país será decidido provavelmente nesse prazo.

A segunda revolução de Siles Zuazo

Esse dirigente, que encabeçou em 1952 a insurreição popular que derrotou o exército boliviano nas ruas e nas minas e trouxe do exílio para o Palácio

Quemado o presidente constitucional Víctor Paz Estenssoro, assiste a repetição, três décadas depois, da mesma história e chega desde o exílio em Lima à presidência que conquistou legitimamente nas urnas, dois anos atrás. A insurreição foi, desta vez, pacífica, mas nem por isso menos vigorosa e heróica do que em 1952.

Siles Zuazo conta com a força de uma gigantesca mobilização popular, legitimidade constitucio-



Palavra-de ordem da UDP: "a fome não espera"

1 - Cholo - termo usado para designar os nativos andinos que moram nas cidades.

nal e apoio internacional surpreendentemente unânime. Sua entrada no Palácio Quemado foi saudada pessoalmente pelos presidentes do Peru, Equador e Colômbia; o embaixador dos Estados Unidos em La Paz, Edwin Corr, o descreve como "um dos grandes líderes, não só da Bolívia como da América Latina". Palavras que poderiam ter sido ditas pelo vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, que esteve na capital do Altiplano para entregar a Siles Zuazo uma mensagem pessoal de Fidel Castro e oferecer o apoio de professores, médicos, agrônomos e engenheiros cubanos no esforço de reconstrução, "sempre que a Bolívia precisar". A social-democracia e a democracia-cristã européia somaram-se a esse compromisso de solidariedade com a democratização da Bolívia e o enviado es-

pecial da OLP expressou idêntico sentimento dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. O "milagre" se reproduz internamente e o PDC boliviano (que não integra a UDP) aceitou o oferecimento de Siles Zuazo para fazer parte do primeiro gabinete do mundo que terá ministros democrata-cristãos junto com ministros comunistas.

Primeiras medidas

Para que as sete cabeças da Hidra não renascessem elas tinham de ser cortadas de um só golpe. E foi a essa tarefa que Siles se dedicou nos primeiros dias. Toda a cúpula militar comprometida com o "garciamezismo" foi passada imediatamente para a reserva (sem esperar a negociação, muitos deles já

OS ÚLTIMOS TEMPOS



Combatentes da revolução de 1952

17 de julho de 1980: "As Forças Armadas, como Instituição cuja finalidade é assegurar a paz e a ordem... e a segurança de todos os bolivianos..., assumem o controle político. Em consequência do caos econômico e social..., da fraude eleitoral que conduziu a um governo constitucional sem legitimidade, resolve-se: Primeiro — não serão reconhecidos os resultados das eleições. Segundo — fica decretada a dissolução do Congresso".

17 de setembro de 1982: "As Forças Armadas, como Instituição representativa da Nação... assumiram o governo para democratizar o país e restaurar o Estado de Direito... A população recupera o exercício irrestrito de seus direitos e garantias constitucionais. Levanta-se a proibição

de funcionamento dos partidos e sindicatos, reconhece-se a autonomia universitária... e finalmente decreta-se uma anistia geral e irrestrita... As Forças Armadas apoiarão o próximo governo e lhe entregarão o poder, tão logo ele seja eleito pelo Congresso de 1980."

Pouco mais de dois anos separam essas duas declarações. Dois anos durante os quais as organizações políticas e sindicais foram duramente reprimidas, dezenas dos principais dirigentes políticos foram assassinados e os traficantes de narcóticos e delinquentes de todo tipo acumularam enormes fortunas, ao amparo (e com a cumplicidade) do general de plantão no Palácio Quemado.

Contudo, a oposição conseguiu rearticular-se na clandestinidade e emergiu com força renovada em todo o país no mês de setembro, já não só em suas formas partidárias e sindicais tradicionais, como também em comitês civis, associações de moradores e de donas-de-casa. Sem disparar um só tiro, essa força popular transformou-se numa corrente torrencial que pôs em fuga quase toda a cúpula militar.

São os seguintes os marcos fundamentais dessa luta:

2 de setembro: Declara-se o "estado de emergência", diante da ameaça de uma greve geral, nos departamentos de Chuquisaca, Potosi e Tarija.

A direção do Conselho Nacional das Universidades Bolivianas (Conub) inicia uma greve de fome reclamando o pagamento da quantia, incluída no orçamento, que o governo deve às universidades.

3 de setembro: Os mineiros de Huanuni entram em greve geral por tempo indeterminado, reivindicando a "escala móvel" para os salários

havam fugido para Buenos Aires) e substituída por militares "generacionais", conhecidos pelo seu compromisso com a defesa das instituições. O Conselho Nacional de Luta Contra o Tráfico de Narcóticos — que acobertava os contrabandistas de cocaína em vez de combatê-los — sofreu uma intervenção e foram considerados vagos mais de mil cargos do Serviço Nacional de Alfândegas. Num gesto espetacular, foi deportado para a Itália, no primeiro dia de governo, o terrorista, fascista e traficante de drogas italiano Pier Luigi Pagliai e, no momento em que se escrevia este artigo, estava sendo julgado em La Paz o processo pelo qual seria cassada a cidadania boliviana do criminoso de guerra Klaus Barbie-Altmann, primeiro passo no sentido de sua extradição para a França ou Alemanha.

O ventre que gerou a fera continua fértil. A transformação da coca em pasta de cocaína que os camponeses bolivianos consomem continuará sendo uma tentativa enquanto existir nos Estados Unidos a atual demanda voraz pelo produto e o agricultor não tiver cultivos rentáveis para substituí-lo. As ambições de poder, muitas vezes estimuladas por "canhonaços de dólares" provenientes do exterior, continuarão rondando qual fantasmas os quartéis bolivianos. Mas ao agir com energia desde o início, Siles Zuazo demonstrou que não está disposto a ceder um mínimo de terreno diante do inimigo.

Os problemas políticos, dentro do quadro institucional, são mais sutis e complexos. Aí, Siles terá de enfrentar, em primeiro lugar, a divisão interna

(reajuste automático de acordo com o custo de vida) e a suspensão do livre câmbio do dólar. Reivindicam também da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros (FSTMB) e da Confederação Operária Boliviana (COB) a preparação de uma greve geral em todo o país.

4 de setembro: É realizado em Potosi o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores de Imprensa que convoca todos os trabalhadores a defenderem as liberdades democráticas e reclamar a escala móvel para os salários mínimos.

6 de setembro: É instalada em Cochabamba uma "assembléia popular", organizada pela seção local da COB, e é iniciada no departamento uma greve geral de protesto pelas medidas econômicas anunciadas pelo governo militar e é reivindicada a entrega do poder ao Congresso eleito em 1980.

7 de setembro: O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) comemora o aniversário de sua fundação com um comício em La Paz, com a participação de mais de 50 mil pessoas. Exige-se a formação de um governo de unidade nacional com Hernán Siles Zuazo como presidente e Jaime Paz Zamora como vice.

13 de setembro: Os mineiros da Siglo XX pedem que a FSTMB e a COB decretem a greve geral em todo o país. Nesse mesmo dia, a FSTMB inicia uma greve geral de 48 horas em todas as minas da Bolívia.

14 de setembro: As organizações regionais da COB em Tarija, Potosi e Chuquisaca entram em greve geral por tempo indeterminado. O Comitê Civil de Oruro e a Confederação Operária De-

partamental (COD) coordenam uma greve de 48 horas.

15 de setembro: A COB organiza uma marcha contra a fome a nível nacional. Os mineiros da Siglo XX lançam a palavra-de-ordem de greve geral que é apoiada pelos manifestantes.

16 de setembro: As Confederações Operárias Departamentais de Cochabamba, Beni e Santa Cruz aderem à reivindicação de greve geral. A COB lança uma convocação à greve e esta começa de imediato em todo o país, inclusive nas repartições estatais, com exceção dos Ministérios da Defesa e do Interior.

17 de setembro: Os comandos militares convocam todos os comandantes das guarnições do interior para uma reunião de emergência. O debate se prolonga por mais de 24 horas e parece impor-se, no início, a "linha dura" que reclama um "governo que governe", mas finalmente é aprovado o comunicado transcrito no começo deste artigo.

18 de setembro: Choques entre militares e manifestantes deixam um saldo de sete mortos em Sucre. Em La Paz, reúne-se a direção ampliada da COB. Resolve-se, por maioria, levantar a greve geral, procurando com isso enfraquecer a linha dura dos militares.

19 de setembro: A UDP anuncia sua decisão de tomar o governo. Paz Estenssoro, líder do Movimento Nacionalista Revolucionário-Histórico (MNR-H) anuncia que votará no Congresso a favor do binômio Siles-Paz Zamora com o quê este tem assegurada a maioria absoluta para ser designado presidente constitucional.

de seu próprio Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), onde um setor parlamentar presidido pelo senador Alvarez Plata desafia abertamente a gestão de Siles. Algumas bases departamentais solicitaram um Congresso Nacional Extraordinário para pôr fim às dissidências internas, mas não se sabe se Siles considerará prudente a ventilação dessas discordâncias nos primeiros com dias.

As tensões internas no gabinete multipartidário ou dentro da própria UDP são inerentes ao funcionamento dessas coligações. A direita fará tudo o que estiver a seu alcance para estimulá-las e não parece ter sido outra a intenção dos deputados da Ação Democrática Nacionalista (ADN) que votaram a 5 de outubro contra a designação de Siles Zuazo para a presidência mas que deram seus votos a Paz Zamora para a vice-presidência. O MNR-Histórico assegurou com sua bancada a maioria necessária para o tradicional aliado-rival de Paz Estenssoro. Mas na longa trajetória desse político, há tantos vaivéns e conspirações que é impossível formar um juízo sobre seu futuro comportamento. Segundo o senador Jorge Kolle Cueto, primeiro-secretário do Partido Comunista, existe "um pacto de sangue até a morte" entre o MNR-H e a ADN. Ambas as forças têm maioria no congresso e podem criar obstáculos à ação presidencial a tal ponto que, como prevê a revista de La Paz, *Criterio*, "o novo governo deverá tomar medidas que lhe permitam superar essas barreiras". Uma via possível (diante da clara evidência de que o Congresso eleito em 1980 já não responde, em sua constituição, ao sentimento popular boliviano) seria a convocação de um plebiscito que desse a Siles Zuazo poderes extraordinários para governar e, eventualmente, reformar a Constituição. *Criterio* prevê uma posição de reação do Congresso a tais medidas mas destaca que "não devemos esquecer o tremendo poder de convocatória que o presidente Siles tem".

A posição da COB

Também podem surgir problemas potenciais a partir da esquerda da UDP. A surpreendente decisão de Juan Lechín, secretário-executivo da poderosa Confederação Operária Boliviana (COB), de viajar para Lima no dia anterior à investidura do presidente, com o claro propósito de não estar presente à cerimônia, provocou um grande impacto em todos os setores bolivianos. Lechín e Siles Zuazo estão separados por antigas rivalidades e rixas políticas e pessoais e a explicação de Lechín de que a COB não havia sido convidada para a posse do novo presidente não convenceu ninguém, pois já se sabe que Siles ofereceu pastas ministeriais à Confederação Operária.

Lechín rejeitou a proposta argumentando que o

movimento operário deve ser independente de partidos e governos e disse que a COB só integraria um gabinete com "um programa antiimperialista e com maioria para aplicá-lo".

Um acordo entre o governo e a COB é tido pelos observadores como um elemento indispensável para o êxito do governo constitucional. Afortunadamente para Siles, embora Lechín tenha uma enorme autoridade moral sobre o movimento operário que ele comanda há mais de três décadas, o Partido Comunista e o MIR são forças majoritárias dentro da COB e a nomeação de um comunista para a pasta do Trabalho procura facilitar o diálogo com os trabalhadores. Num primeiro gesto de boa-vontade, os mineiros suspenderam a greve por tempo indeterminado — por meio da qual reclamavam reajustes salariais periódicos — assim que Siles assumiu a presidência e quando nem sequer existia uma promessa formal de que tal medida seria concretizada.

O Partido Socialista-Único, fundado e presidido por Marcelo Quiroga Santa Cruz até seu assassinato pelos militares no trágico 17 de julho de 1980, é outro fator de conflitos potenciais, já que, segundo sua opinião, "o governo da UDP só seria possível pela via da negociação com a corrente de Paz Estenssoro...", o grande acordo de cúpula da direita... que vende a democratização do país ao imperialismo norte-americano". Apesar dessas opiniões taxativas (emitidas em um documento no início deste ano) dirigentes udepistas assistiram a 17 de julho a uma homenagem, na Praça Pérez Velasco, de La Paz, que o PS-1 prestou a Marcelo Quiroga. O ato finalizou com Paz Zamora carregado nos ombros por militantes socialistas que davam vivas à UDP. Um gesto simbólico e promissor.

A lição da experiência chilena

A ampliação da coligação governamental e sua transformação de acordo de cúpulas em movimento integrado, é uma aspiração de muitos militantes e dirigentes da UDP. A experiência da Unidade Popular chilena durante o governo de Salvador Allende, que não conseguiu erradicar os sectarismos internos, é mencionada como lição a ser aprendida e já estão sendo realizados esforços para rearticular os "comitês udepistas", âmbito de militância e coordenação interpartidária a nível de base que tiveram grande sucesso em Cochabamba, em 1978 e 1980.

As condições de clandestinidade e repressão a partir do golpe impediram a generalização da experiência. Agora, segundo o órgão mirista *Bolivia Libre*, "a rearticulação dos comitês udepistas e de quantos espaços de comunicação social e organizações populares o povo boliviano criou, servirá como controle para a própria coordenação do mo-



Membros da direção do MIR estiveram presentes
ao ato do PS-1 em homenagem a Quiroga Santa Cruz: um gesto promissor

vimento popular e como sentinela da unidade de seu instrumento frentista".

Com toda a importância desses desafios políticos, a batalha dos cem dias deverá ser travada, principalmente, na área econômica. Aí, o governo Siles Zuazo terá de extremar sua capacidade negociadora para convencer, ao mesmo tempo, os credores internacionais a refinanciar a dívida, resistir às pressões do FMI para impor suas diretrizes econômicas e atender às reivindicações essenciais dos trabalhadores.

O governo boliviano espera poder capitalizar, no diálogo com os bancos internacionais, a boa-vontade política demonstrada para com seu governo pelos capitalistas ocidentais. No que se refere aos trabalhadores e enquanto se espera o anúncio de um plano econômico de emergência, já se adiantou que estes terão seu salário real estabilizado, mediante reajustamentos periódicos, e que as empresas estatais irão instaurar mecanismos de cogestão operária (incluindo a mineração do estanho).

De acordo com o ministro do Planejamento, Arturo Núñez del Prado, caso as promessas já formuladas de assistência técnica externa se concretizarem em créditos brancos e financiamento em condições especiais, "a Bolívia contará com um dos instrumentos mais necessários para enfrentar a grave crise econômica".

Sacrifícios compartilhados

O outro instrumento é "o esforço interno" que deve ser redobrado. Núñez não faz promessas lisonjeiras e traçou para os primeiros cem dias o modesto objetivo de "desacelerar a queda vertiginosa da economia". Só no correr de 1983 é que essa recuperação poderia ser iniciada.

Esse esforço é enfatizado pelo ministro da Economia, Ernesto Aranibar: "Não vamos tomar medidas sem sustentação (financeira) mas também não vamos fundamentar a consistência da nova política econômica naquilo que possamos receber do exterior, mas sim no esforço nacional".

Esse esforço, segundo Siles, deve ser administrado por uma "política de sacrifícios compartilhados", de tal forma que "o pão da mesa daqueles que têm muito seja o mesmo pão da mesa daqueles que têm pouco".

A Bolívia inicia uma nova etapa histórica sem derramar sequer uma lágrima para encher suas panelinhas e, por enquanto, só pode socializar o sacrifício. Fome e penúria foi o que não faltou ao povo boliviano nestes anos todos. Siles tem cem dias para demonstrar, não que as penúrias tenham acabado, mas que estas servirão agora para construir um destino melhor. O fato de ter enchido as panelinhas de esperança já é uma vitória. ●

Um mártir diante do julgamento da história

O assassinato de Artemio Camargo não conseguiu apagar o seu testemunho e exemplo da coragem e determinação do povo boliviano em não se submeter aos golpes militares



Dirigente sindical da mina Siglo XX e primeiro-secretário de Conflitos da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), Artemio Camargo foi assassinado por grupos paramilitares em La Paz, a 15 de janeiro de 1981. Com a democratização do país, foi publicada na Bolívia sua "Cronologia de uma Resistência Heróica", verdadeiro diário de luta, no qual retrata com linguagem simples e direta o drama do povo e os dilemas de seus dirigentes.

Os mineiros foram os últimos a se submeter. E, como assinala Camargo em seu diário, a decisão de suspender a greve para evitar um derramamento de sangue maior não foi fácil. Costuma-se dizer que as derrotas são órfãs. No entanto, a grande lição de Camargo nestas páginas é a forma serena com que se assume a responsabilidade por uma medida que

implica reconhecer uma derrota — ainda que se a considere transitória — e a honestidade com que a conduta é submetida ao julgamento das bases e da História.

Assim relata Camargo:

Quinta, 17 de julho (...)

"O amanhecer da sexta-feira foi, para toda a população, um verdadeiro pesadelo. As sirenes tocavam a cada meia-hora, chamando todos os companheiros a não relaxar a prontidão"(...)

Sexta, 18 de julho (...)

"Permanecemos de pé toda noite, em constante vigília e organização. Tínhamos conseguido momentaneamente deter os golpistas, mas foram verificadas graves deficiências em nossa organização"(...)

Sábado, 19 de julho (...)

"Durante todo o dia, a Grande Cadeia Mineira continuou transmitindo mensagens dos centros mineiros. Da Siglo XX nos dirigimos, os companheiros Bernal, Queiróz, Balcázar e eu, a todo o país. Depois do meio-dia, as notícias que a rádio "Animas" transmitia nos inquietaram profundamente: os apelos que homens, mulheres e anciãos faziam, deixavam entrever que ia se aproximando no Conselho Central Sul a hora da batalha definitiva..."

"Entre o retumbar das explosões de dinamite que nos faziam saber que nossos postos avançados estavam sendo atacados por patrulhas militares, era reconfortante escutar à distância, as cantigas de nossas brigadas. Sabíamos através delas que os relevos estavam sendo cumpridos disciplinadamente,



Camargo, numa manifestação mineira em Oruro (1979)



que se reforçavam os pontos fracos; enfim, que todos os companheiros estavam firmes em seus postos”(...)

Segunda, 21 de julho (...)

“Durante toda a noite o enfrentamento entre patrulhas militares e nossos postos avançados não parou. A zona de Miraflores continuava sendo o lugar onde o combate era mais duro”.

O povoado de Llallagua amanheceu totalmente embandeirado. Toda a população civil tinha se incorporado à luta. Em cada casa, em cada rua, tremulava a nossa bandeira tricolor. Em todas as esquinas começava-se a levantar barricadas e foi pintado nas ruas, paredes e calçadas: “soldado, não somos teus inimigos; soldado, abaixa teu fuzil; soldado não mates tua mãe, teu pai, teus irmãos”(...)

Terça, 22 de julho (...)

Cerca de 15 mil camponeses estavam acampados nos morros próximos do Quartel de Uncía. E com o passar das horas, seu número ia aumentando. De tempos em tempos, seus dirigentes desciam até o Comando Central para se abastecerem de dinamite, algum alimento, coca e cigarros”(...)

Quinta, 24 de julho (...)

“Todos nós tínhamos consciência de estarmos às portas de um terrível massacre. Tomei a iniciativa e mostrei aos companheiros Bernal e Escobar a necessidade de negociar uma trégua. Esta opinião



“Ninguém pode dizer que nosso povo, sobretudo os mineiros, não lutaram”

foi compartilhada por ambos e imediatamente transmitida ao resto dos dirigentes”(...)

“Informaram ao Comando Central que helicópteros artilhados estavam atacando nossos postos de vigilância situados na estrada Llallagua-Uncía e que os companheiros estavam batendo em retirada, já que nada podiam fazer frente a um ataque aéreo. Comunicaram-nos de Miraflores que patrulhas militares estão atacando as casas dos companheiros. Já foram mortas sete pessoas, entre elas uma professora e uma criança de três anos”(...)



Sexta, 25 de julho (...)

"Ao cair da noite, um silêncio de morte improu em todos os acampamentos. Nas ruelas só se sentia o gélido vento do Altiplano. A sede do sindicato da Siglo XX projetava sua sombra sobre a Praça do Mineiro e nela, um ex-coordenador banzerista, completamente só, fumava tranquilamente um cigarro".

Domingo, 27 de julho (...)

"Ao meio-dia chegou a comissão e, imediatamente, convocaram os dirigentes para uma reunião... (...) Os vinte companheiros presentes começaram rapidamente a expor suas posições chegando à seguinte avaliação: a) o correto era considerar a nova situação em uma assembléia; b) dado que isso não era possível, devia-se assumir a responsabilidade pela tomada de decisões; c) constatou-se o "desespero" dos militares e do gerente de Comibol, "por botar as mãos de uma vez por todas nos vermelhos da Siglo XX"; d) era preciso salvar a vida de centenas de companheiros, mulheres, crianças e anciãos; era preciso evitar um massacre brutal; e) o acordo não podia ser aceito tal como foi apresentado, apesar de que o cardeal tinha colocado sua assinatura antes de retornar a Sucre, horas depois de finalizada a Assembléia; f) o primeiro ponto estipulava que nenhum trabalhador seria transferido ou aposentado; g) era preciso acrescentar que pouco seria perseguido ou preso"(...)

Segunda, 28 de julho (...)

"Prestei contas do acordo ao qual se tinha chegado com as autoridades militares. Depois me dirigi, com as seguintes palavras, a todos os companheiros:

"Nesta histórica praça demos início à resistência ao golpe fascista, e nessa mesma praça temos que decidir, baseados em uma análise fria e objetiva, nosso destino e talvez o destino das demais minas do país. Ao se produzir o golpe fascista, nossa gloriosa COB e Conade apenas tiveram tempo de comunicar as instruções para deter os golpistas.

Mas as palavras-de-ordem já estavam lançadas e o

povo boliviano já as tinha feito suas; daí, que todos os companheiros, de norte a sul do país, respondessem como um só homem e resistissem ao fascismo. Nessa resistência, os distritos mineiros desempenharam um papel de primeiríssima importância, principalmente nossos distritos de Siglo XX, Catavi e Uncá. Ninguém pode dizer que nosso povo, sobretudo seus mineiros, não lutaram; temos lutado e em alguns setores a resistência ainda continua.

Mas chegou o momento de avaliar o estado de nossa luta para ver qual é a correlação de forças. E essa avaliação nos levará a constatar que apesar de toda a ação desenvolvida por nosso povo e sua vanguarda, os mineiros, e a solidariedade de quase todo o mundo, o enfrentamento foi totalmente desigual: por um lado, as forças fascistas com todo o poderio de seu armamento moderno, seus aviões, suas bombas, seus tanques e seus assessores argentinos; por outro lado, o povo, sem armas porém com uma inquebrantável decisão de defender seu pão, seu trabalho e sua liberdade.

E neste enfrentamento triunfou a força das armas. Os golpistas controlaram as principais cidades do país e os últimos focos de resistência estão sendo arrasados com uma sanha poucas vezes vista. Todos nós queremos continuar lutando; todos nós estamos dispostos a dar nossas vidas. Mas é necessário se perguntar se vale a pena continuar combatendo nessas condições.

Este povo mineiro escreveu sua história com o sangue derramado por milhares de nossos antepassados, que não vacilaram um só momento em oferecer-lo em defesa de sua liberdade, suas famílias, seus filhos. É um exemplo de consciência e de coragem que assimilamos plenamente. Mas, nestes momentos, trata-se de determinar se um novo derramamento de sangue nos permitirá avançar em nossa luta. Não queremos mártires só para dizer que os temos! Precisamos de homens vivos porque com eles faremos a nossa revolução.

Fomos obrigados a firmar este acordo. Isso não significa de maneira alguma, fraquejar ou trair nossa luta. Devido à inferioridade de nossas forças estamos dando um passo atrás, porque nossa luta não termina aqui, continua, e por isso devemos estar preparados para prosseguir-la, uma vez que condições estejam dadas.

É fora de dúvida que o tempo e a História, que são os melhores juízes, julgarão a atitude que assumimos como dirigentes. Mas também vocês, aqui e agora, têm o direito de julgá-la. Por isto estamos aqui: vocês dirão se assinar o acordo foi uma traição ou uma atitude equivocada. E, como sempre, vocês decidirão se o ratificam ou se a rejeitam".

Os trabalhadores mineiros ratificaram o acordo."

Domitila de Chungara: "A nossa força é a verdade"

Pouco antes do anúncio da entrega do poder aos civis, a lutadora boliviana falou com "cadernos do terceiro mundo" sobre suas experiências e lutas no exterior

Beatriz Cannabrava



No velho Volkswagen que nos levava para a Zona Leste da cidade de São Paulo, onde Domitila tinha um extenso programa a cumprir — Clube de Mães, Comunidades de Base, favelas — começamos a conversar. E o tema era seu exílio na Suécia.

A verdade é a minha força

Domitila Barrios de Chungara tem 43 anos, 7 filhos e toda uma vida de lutas e se tornou mundialmente conhecida através do livro "Se me deixam falar...", onde dá testemunho de sua vida e da vida

Domitila nos contava que vive rodeada de comodidades, mas não é feliz e nem pode trabalhar pois tem que aprender sueco primeiro.

— E para quê? O que eu gostaria mesmo é de aprender aimará, assim poderia me comunicar com outra parte de meu povo. Você sabe, o espanhol não é o nosso idioma. Nós falamos quêchua e aimará e eu só sei quêchua.

E as crianças?

— Elas se preocupam muito com seus primos, seus amigos, se terão o que comer, enquanto nós temos tanta facilidade para comprar tanta coisa que nunca comíamos: queijo, manteiga, leite. Às vezes até largam o prato e não conseguem comer, pensando nessas coisas.

E Paula, a menorzinha, não consegue fazer amigos. Acha todos os suecos feios, malcriados, encontra milhares de defeitos neles. Quando saímos para passear, ela me diz: "Olha mãezinha, que feias são as suecas! Não são como nossas camponesas, nossas 'cholitas' tão lindas, com suas tranças." E ela anda muito orgulhosa de suas tranças e se você visse como gosta de dançar nossa música. Nem parece que tem só seis anos!

O exílio é terrível. É como se a gente fosse arancada da terra para viver na lua. Não vemos a hora de voltar para nossa Bolívia.



Domitila (ao centro) visita uma favela brasileira



"Eu sou apenas uma mulher comum, com todas as suas debilidades, mas faço parte daqueles que tratam de mudar este mundo em que vivemos"

de seu povo. O livro foi elaborado no México, por uma brasileira, Moema Viezzer, a partir de dezenas de horas de gravação de depoimentos de Domitila, que se encontrava naquela cidade para participar da Tribuna Livre do Congresso do Ano Internacional da Mulher, em 1975, em representação do Comitê de Donas de Casa da mina Siglo XX, em Oruro, na Bolívia.

"Se me deixam falar..." causou um grande impacto e já foi traduzido em 13 idiomas. Em português já está na 7ª edição. Sua repercussão fez com que Domitila fosse convidada para inúmeros congressos internacionais e foi num deles, em Copenhague, que o golpe de Estado de 1980 a surpreendeu.

— Eu tinha que aproveitar essa tribuna, de mulheres de todo o mundo, para denunciar mais esse golpe de Estado contra meu povo, as torturas, as prisões, os massacres... Por isso fui declarada traidora e impedida de voltar. Fui para a Suécia e não foi fácil reunir a família. Imagine que meus filhos, pelo único delito de querer viver com sua mãe, foram "expulsos por extremismo!"

Atualmente, Domitila viaja pela Europa, convidada por várias organizações e em suas palestras vai contando a tragédia e luta do povo boliviano, de seu povo oprimido.

Veio ao Brasil convidada por Ruth Escobar para

participar do 1º Festival Internacional da Mulher nas Artes e, após o término do Festival, realizou uma série de palestras em bairros periféricos de São Paulo, percorrendo a cidade de norte a sul e de leste a oeste, em sindicatos, clubes de mães, comunidades de base, paróquias, favelas...

Onde quer que chegue, Domitila é recebida com um carinho imenso. As pessoas se emocionam ao vê-la e choram ao ouvi-la falar. Suas palavras têm uma força realmente impressionante.

— A força que eu tenho?... Às vezes também fraquejo. Não sou superdotada, nem supermulher. Às vezes me sinto covarde... Tenho medo de fazer o que faço... A força que tem meu povo, porque eu sou apenas uma pequenina parte dele, vem de sua consciência de que todo o seu trabalho, todas as suas riquezas lhe pertencem. E quando sabe que isso é saqueado, é roubado, é que luta. A força do meu povo vem de sua verdade. Quando a gente sabe que vai morrer e não pode deixar nada para os filhos e vai ter que deixá-los nas ruas, morrendo de fome, mendigando ou roubando, é que tem força para lutar.

E Domitila explica sua luta.

— Eu sou apenas uma mulher, com todas as debilidades de todas as mulheres, mas faço parte daqueles que tratam de mudar este mundo em que vivemos. Sempre nos quiseram fazer acreditar que a

culpa dessa situação de miséria era nossa. Que somos preguiçosos, que somos vagabundos, que não gostamos de trabalhar, que temos muitos filhos... Mas, nós começamos a pensar e ver que as coisas não eram bem assim. Nós trabalhamos, não somos preguiçosos e ainda assim continuamos pobres.

A Bolívia é um país rico

E é a partir dessa consciência que você se incorpora à luta?

— Claro que sim. Quando vimos que a Bolívia é um país rico, que temos de tudo, todo tipo de minério e que produzimos tudo, porque temos uma grande diversidade de climas. E somos apenas cinco milhões de habitantes. Então nos perguntávamos: porque é que sendo um país tão rico e sendo tão poucos, vivemos sempre na miséria?

Primeiro, vieram os espanhóis com sua conquista. Levaram todas as riquezas que puderam carregar, o ouro, a prata. Escravizaram o país por mais de 400 anos e depois que o povo se libertou à custa de muita guerra, eles se foram e nos deixaram um país descapitalizado, sem dinheiro para trabalhar as minas, nem para cultivar a terra. Então, foi preciso recorrer aos empréstimos de fora, primeiro da Inglaterra, depois dos Estados Unidos, BID, FMI e todos esses organismos internacionais. Mas esses empréstimos são condicionados. Além de pagar juros, temos que vender o produto pra eles. E eles impõem o preço.

E o caso do estanho, não é mesmo?

— É sim. O nosso estanho nos custa, digamos, 7 dólares. É o custo de produção. Eles nos oferecem cinco. Se não queremos vender, eles põem na praça seus estoques, que foram comprados de nós mesmos, e nos obrigam a vender a 3 dólares. E todo esse estanho volta para o nosso país em forma de papel para embrulhar cigarros ou chocolates, bicicletas, rádios, carros e mil outras coisas. E, por acaso, nós podemos dizer quanto queremos pagar por essas mercadorias? Claro que não! E assim vamos ficando cada vez mais pobres e temos que continuar pedindo dinheiro emprestado. Desse jeito, nosso dinheiro vai se desvalorizando e o salário que ganhamos já não dá para mais de 15 dias. E quando lutamos por aumento de salário vêm a repressão, as torturas, as dispensas em massa, a prisão, a morte... e os golpes de Estado, para frear essa luta do povo.

O Comitê das Donas de Casa

Em São Mateus, o salão paroquial estava lotado e todos queriam saber mais da vida de Domitila. Muitos tinham lido o livro mas perguntavam, a

tudo momento, coisas de sua vida, de sua forma de pensar, como havia começado a se organizar. E foi assim...

— Eu comecei minha militância numa organização que se chamava Comitê das Donas de Casa da mina Siglo XX, que agrupa as esposas de mineiros. Fui, durante muitos anos, secretária-geral da organização.

Naquele tempo, não era muito comum que as mulheres participassem dessas coisas, que fossem às reuniões dos sindicatos e inclusive muita gente nos condenava. “O que é que vão fazer aí? Esquentar cadeira?” Mas nós começamos a nos organizar e tratar de entender o porquê de nossos problemas.

No começo, pensávamos que os maridos é que tinham que solucionar nossos problemas. Não entendíamos porque o salário que eles ganhavam não dava para as despesas. E quando eles queriam ir ao sindicato, para reclamar, nós tínhamos medo por causa de repressão e às vezes nos colocávamos contra isso. A organização nos permitiu compreender muitas coisas. O Comitê foi uma escola maravilhosa. Pouco a pouco fomos entendendo que não era só o operário, o nosso marido, que era explorado.

E como foi que chegaram a essa conclusão?

— Bem, investigando, perguntando... Quando começamos a investigar as coisas, por exemplo, descobrimos que o gerente da mina ganhava 2 mil dólares enquanto que meu marido só ganhava 100. Que o senhor gerente só começava a trabalhar às nove e meu marido às cinco. É a mulher do gerente... Tínhamos tanta pena dela, pois como morava numa casa muito maior do que a nossa, pensávamos que se mataria trabalhando em seus afazeres domésticos. Mas não... Descobrimos que ela tinha oito empregados: lavadeira, babá, arrumadeira, cozinheira, chofer, jardineiro, passadeira e até um garçom para servir os salgadinhos e os coquetéis para o senhor gerente. E que a empresa pagava todos esses salários.

Então pensamos: por que não podemos ter também pelo menos uma pessoa que nos ajude nas nossas obrigações em casa? É um trabalho duro, pesado. Mas vimos que se fôssemos pagar uma pessoa para nos ajudar, teríamos que pedir aumento de salário e estávamos na mesma. E vimos que não era só o mineiro que era explorado: sua esposa também. E era explorada duas vezes, porque como o dinheiro só dava para 15 dias, ela tinha que sair para arranjar alguma coisa, vendendo pastéis, flores, lavando ou passando roupa, qualquer coisa. E quando saíamos para conseguir esses centavos a mais, quem fazia nosso serviço? Nossos filhos mais velhos, que tinham que cuidar dos irmãos menores, cozinhar, lavar etc. Também eram explorados e não podiam estudar direito. Diante disso tudo, co-

mo iríamos deixar de ajudar nossos companheiros nessa luta? E começamos a lutar também.

A política nos parecia o demônio

E a política? Domitila já foi candidata à vice-presidência e tem tido uma militância política ativa. Muitas das mulheres que a ouviram questionaram essa participação política.

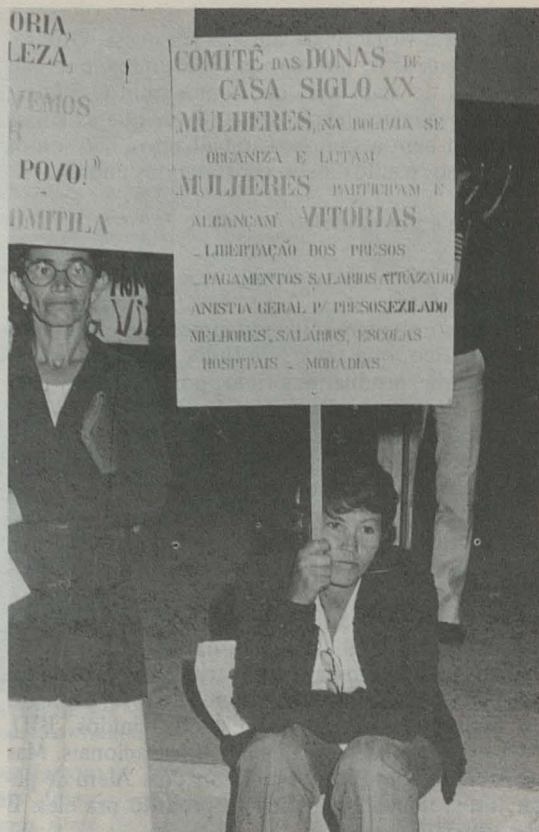
— Sim, claro. Isso nos preocupava muito. Entrar para a política... Nós pensávamos que nossa luta devia ser só econômica, social, nunca política. A política nos parecia o próprio demônio. Mas os companheiros diziam que tínhamos que ingressar na luta política, senão iam nos vencer sempre. E começamos então a perguntar: o que é a política? Quem são os políticos? E chegamos à seguinte conclusão: todos os seres humanos são políticos, mas não queremos admiti-lo.

Quando temos um bebê nos braços e ele tem fome e começa a chorar e não pára até que lhe damos leite, já começou a ser político, porque ser político é reclamar um direito que temos. Já maiorzinho, quando pede um doce, ou para ir ao parque, continua sendo político e é um político mais honesto, porque se lhe dizemos não, grita, esperneia e não pára até conseguir o que deseja. Quando somos grandes, por medo da repressão, nos calamos. E assim continuamos. Chegamos a ser cidadãos, temos uma família, trabalhamos e continuamos lutando porque precisamos de casa, assistência médica, escola para os filhos, aumento de salário. Continuamos sendo políticos porque lutamos por nossos direitos.

E como foi a opção política de Domitila? Ela nos explica, de forma clara e com a certeza de quem sabe que encontrou seu caminho.

— Sabe, nós vimos também que no mundo havia três tipos de políticos: uns, egoístas, personalistas, que querem tudo para si mesmos — são uma minoria, mas têm muito poder; outros, querem tudo para todos, querem que haja justiça e lutam contra os do primeiro tipo; e, finalmente, a grande maioria, os que dizem que não são políticos, que vivem de seu trabalho, que não se metem em nada, que têm medo, que se resignam e que, no fundo, são mais políticos que os demais, porque passam a vida descontentes, protestando, nunca estão conformados, mas não são sinceros como as crianças.

Os seres humanos têm que decidir de que tipo querem ser. Nós decidimos ser desse grupo pequeno, que quer tudo para todos e sabemos que terão que dar o que nos corresponde, por justiça e por direito. E estamos metidas na luta política apoiando nossos companheiros, mesmo que tenhamos que morrer, porque temos que deixar uma pátria nova para nossos filhos.



A luta na Bolívia desperta solidariedade no Brasil

Mais uma jornada

A última palestra do dia chega ao fim. Foram 12 horas nas quais Domitila falou a homens, mulheres e crianças de favelas, bairros pobres e comunidades de base. Mais um dia na vida dessa mulher que se tornou um símbolo da luta da mulher latino-americana. E quando lhe perguntam como é que sabe tanto, onde aprende as coisas, responde com ar maroto:

— Talvez eu seja muito curiosa. Eu não deixo passar as coisas por alto, não. Sempre estou perguntando: por que isso? Por que aquilo? Isso foi o que meu pai me ensinou desde pequena. Nunca olhar as coisas sem perguntar “por que é assim?” “como ficou assim?”...

Em seu “diário de viagem” anota tudo o que lhe dizem em cada lugar que passa, quer saber tudo sobre nosso país e ao mesmo tempo que tem uma grande necessidade de dar muito de sua experiência, também quer levar com ela a experiência de nosso povo.

Uma nova geração política

Aranibar Quiroga, membro da direção do MIR, faz uma análise do Movimento criado há 11 anos e nos diz quais as suas propostas para tirar a Bolívia do caos em que se encontra

Juan Pereyra Fiorilo



Da sacada do Palácio Quemado, o presidente Hernán Siles Zuazo acaba de se dirigir ao povo boliviano reunido na praça. É ovacionado pela massa, que também grita em coro o nome de Jaime Paz Zamora. O vice-presidente responde com um cumprimento. O povo quer que ele fale.

Os diplomatas, mandatários e dirigentes políticos de todo mundo que chegaram a La Paz para se solidarizarem com a democracia reconquistada, percebem que existe um momento de tensão. Bem que Paz Zamora poderia ter falado antes de Siles, mas fazê-lo depois que o presidente tivesse encerrado o ato improvisado equivaleria a questionar sua autoridade. Mas também não é fácil para um dirigente político se esquivar da exigência de uma multidão frenética, pouco atenta às sutilezas do protocolo. Estaríamos diante da primeira crise política interna do governo da UDP?

Paz Zamora abraça Siles Zuazo e dirige os aplausos para o presidente. Os quadros médios do MIR captam o sentido do gesto e propõem novas palavras-de-ordem que o povo repete, deixando de lado sua exigência de um discurso do vice-presidente. A rápida resolução da crise, antes mesmo que ela fosse produzida, convenceu os observadores da maturidade dos dirigentes do MIR. Ao mesmo tempo, o fato permitiu ao povo demonstrar, na praça, seu sentimento unitário e sua enorme simpatia pela organização política dirigida por Paz Zamora.

Essa simpatia atual contrasta notoriamente com a indiferença na época da criação do MIR, que há apenas 11 anos atrás se limitava aos círculos univer-



Aranibar: "Por uma prática de ação unitária"

sitários; e que durante muito tempo passou despercebido como mais de um dos tantos grupúsculos em que se dividia a atomizada esquerda boliviana.

Antonio Aranibar Quiroga, destacado membro da direção do MIR, explica as razões dessa transformação na entrevista que se segue, concedida pouco antes da posse de Siles Zuazo e Paz Zamora.

Como nasceu o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR)?

— O nascimento do nosso partido, a 7 de setembro de 1971, é a resposta a uma necessidade histó-

rica do processo político da Revolução Boliviana. Nós achávamos — dentro do que era o Partido Democrata Cristão e, mais concretamente, dentro de sua juventude — que a revolução boliviana estava diante de um beco-sem-saída, que o caminho estava bloqueado e que era necessário abrir novos canais.

Quem bloqueava o caminho?

— Depois da experiência revolucionária de 1952, o movimento político que a conduziu, isto é, o Movimento Nacionalista Revolucionário, estava em franca dispersão. O bloco social constituído por operários, camponeses e classes médias, que foram os protagonistas deste processo revolucionário, rachou, e as contradições entre esses setores tinham conduzido à derrota, ou pelo menos à interrupção dessa revolução. A experiência de 52 corria sério perigo de se ver frustrada.

Por outro lado, a linha ideológica e a prática política dos partidos que reivindicavam para si o socialismo científico ou que estavam ligados (pelo menos em suas expressões formais ou verbais) ao marxismo, não tinham sabido se vincular à história de nosso país, à história da luta das massas populares. Tinham permanecido à margem do processo político que as massas bolivianas viveram desde que, em 1952, entraram realmente na história de nossa pátria.

Então, por um lado, o caminho do nacionalismo revolucionário demonstrava seu esgotamento e inviabilidade, já que na condução do governo ele tinha se dispersado enquanto instrumento político e frente de classes, e, por outro lado, a linha do socialismo científico não tinha gerado processos de massas.

Nosso movimento nasce para desbloquear esse caminho.

Os primórdios do MIR

Quando o MIR surgiu, em 1971, a Bolívia vivia uma etapa particularmente confusa. Estava no governo o general Juan José Torres, de orientação nacionalista e antiimperialista e existia uma Assembléia Popular, com participação sindical e de partidos políticos majoritariamente marxistas, mas atomizados em diversas frações. Pouco tempo depois, o general Hugo Bánzer derrubava Torres. Qual foi a posição do MIR nessa época?

— O MIR surge da reunião de três forças políticas que já tinham uma história e uma tradição: o Partido Democrata Cristão Revolucionário, integrado por jovens que romperam com o antigo PDC; um grupo de marxistas independentes, baseado fundamentalmente na Universidade de La Paz, mas que já tinha contatos dentro das maiores universidades do país, e o Grupo Espartaco.

O Grupo Espartaco e o PDCR fizeram parte da Assembléia Popular. Nosso partido fez uma profunda, severa e muito fecunda revisão autocrítica desse período que nós vivemos, como juventude. Naquele tempo, nossas posições estavam de acordo com as do radicalismo ultraesquerdista, que era então a característica da Assembléia Popular. Um organismo com pretensa vocação de agrupar as classes majoritárias do país que ficou, contudo, reduzido apenas aos setores radicalizados do proletariado e da pequena burguesia.

Nele estavam o setor mais avançado do movimento sindical mineiro e o mais radicalizado do movimento universitário, com um verbalismo revolucionário que nós temos criticado depois da experiência que foi a resistência ao governo de Bánzer.

Quais foram os erros principais?

— Cometeu-se o erro político de permitir que o fascismo, representado e expressado por Bánzer, contasse com uma base social, devido, precisamente, à ação da Assembléia Popular e das forças que nela participaram. A Assembléia Popular é a última expressão do bloqueio histórico a que eu me referia, e a partir da revisão crítica, projeta-se a realidade de um MIR que, ao se entrosar com a realidade de nosso país, com a sua história, com as suas máscaras, dá a resposta que a Bolívia estava precisando.

Nós participamos, junto com o povo de La Paz, dos choques que se seguiram ao golpe de Estado de 19 de agosto de 1971. Atuamos, nessa ocasião, em organizações diferentes. E 17 dias depois do golpe, a 7 de setembro, realizamos a primeira reunião da nossa Direção Nacional Clandestina.

A partir daquele momento, o MIR e sua direção permaneceram o tempo todo no país, durante toda a ditadura banzerista, o que foi um verdadeiro exemplo para as lutas políticas da Bolívia. O processo de formação do nosso partido, em seus aspectos ideológicos, políticos e organizativos está indissolivelmente ligado à resistência contra o banzerismo.

A partir do confronto de nossa ação com a realidade, vai-se formando nossa identidade.

“Somos revolucionários bolivianos”

Como você define essa identidade? A que correntes internacionais você está filiado ou se sente próximo?

— O MIR é uma força de esquerda nacional. É uma força favorável à transformação revolucionária de nosso país, a partir da expressão dos interesses de operários, camponeses e classes médias. Nossa postura não parte de uma visão universal de luta de classes a nível mundial, mas de nossa própria realidade. Relacionamo-nos com os processos de libertação nacional e social de outros povos,

mas sempre a partir de nossa realidade. Nós pensamos que para fazer política na Bolívia, uma política verdadeiramente transformadora e a serviço dos interesses populares e nacionais, devemos nos basear não numa doutrina de validade universal, mas na nossa realidade.

Em nosso Primeiro Encontro Nacional, nós, os miristas, nos definimos dizendo "somos revolucionários bolivianos", "somos uma nova geração política nacional". São essas as características que fazem de nosso partido uma das opções de maior embasamento na Bolívia, com verdadeiras possibilidades de transformar-se em alternativa real.

O grupo que surge dessa união entre cristãos e marxistas, é marxista? É social-cristão? Ou social-democrata? Para a direita, o MIR é uma ponta-de-

lança do marxismo radical, e para alguns esquerdistas é um movimento reformista...

— Nós achamos que foi precisamente um certo tipo de alinhamento de acordo com doutrinas de validade universal e sua aplicação mecânica que inviabilizou certas forças que pretenderam identificar-se com o marxismo, como também inviabilizou outras que se identificaram com o fascismo. É o caso da Falange Socialista Boliviana, que não chegou a produzir em nosso país um fato político consistente.

Nosso partido acha que é preciso extrair da experiência da teorização universal e da experiência de nossa própria prática política os elementos que vão formar aquilo que nós achamos absolutamente necessário para o êxito da revolução boliviana: a formação de uma teoria revolucionária boliviana.

UMA HISTÓRIA DE EXÍLIOS

☐ *A crônica que transcrevemos a seguir foi extraída do livro do escritor uruguaio Mario Benedetti, Primavera con una esquina rota (Editora Nueva Imagen, México, 1982). O autor é romancista, poeta, jornalista de renome internacional, e se encontra atualmente no exílio.*

Conheci o doutor Siles Zuazo em Montevidéu, 20 anos atrás, quando se exilou no Uruguai, após o triunfo de um dos tantos golpes militares que sempre ulceraram a história da Bolívia. Eu tinha então poucos livros publicados e trabalhava na seção de contabilidade de uma grande companhia imobiliária.

Certa tarde, o telefone tocou na minha mesa e uma voz grave disse: "Fala Siles Zuazo". No começo, pensei que fosse um trote mas, contudo, não respondi logo, medindo talvez a possibilidade mínima de que fosse verdade. Não saía do meu espanto, mas ele logo me tirou a dúvida. Na realidade, estava me convidando para encontrar-me com ele no hotel Nogaró. Pensei que fosse falar da Bolívia e dos milicos que haviam tomado o poder, mas, de qualquer forma, não entendia a razão pela qual eu tinha sido o escolhido. Mas estava enganado.

Alguns anos antes eu havia publicado um ensaio sobre Marcel Proust e o sentido da culpa. Bem, Siles Zuazo queria conversar comigo sobre Proust e outros temas literários. Encontrei-me com aquele político sem saída para o mar, aquele personagem cujas estórias de coragem cívica me

foram narradas por vários amigos; era um homem excepcionalmente culto, leitor assíduo da literatura contemporânea.

Falamos sobre Proust, é claro, enquanto tomávamos chá com torradas. Só faltavam as madeleines proustianas. As poucas vezes que abordamos o tema política foi devido às minhas perguntas. Ele queria falar sobre literatura e disse, claro, coisas muito inteligentes e sagazes.

Depois desse encontro inicial, tomamos chá várias vezes no hotel Nogaró e conservo uma lembrança muito tranquila e agradável daquelas conversas. Pouco tempo depois, ele partiu de Montevidéu e se reintegrou às lutas e vaivéns políticos de sua inesquecível Bolívia.

Passei muitos anos sem me encontrar com ele, embora sempre tenha acompanhado seus afazeres políticos: legais, quando eram possíveis, clandestinos, quando não. Uma noite de chuva torrencial, lá por 1974, em Buenos Aires, eu vinha andando, acho que pela rua Paraguai procurando me abrigar, quando subitamente, ao passar quase correndo em frente a um vestíbulo, pareceu-me reconhecer ali um homem que também se resguardava do aguaceiro.

Voltei atrás. Era o doutor Siles Zuazo. Ele também me reconheceu. "Então, o senhor também foi obrigado a se exilar", perguntou-me. "Sim, doutor. Quando conversávamos em Montevidéu, isso parecia impossível, não é verdade?" Sim, parecia. Não podia distinguir seu sorriso naquela penumbra mas o imaginava. "Qual é a etapa atual nesse seu exílio inesperado". Respondi com um pouco de vergonha: "A número três". "Então, não fique aflito. Eu vou pela quatorze".

Naquela noite não falamos sobre Proust.

Uma posição eclética?

— Nós pretendemos sintetizar duas linhas ideológicas e políticas: o Nacionalismo Revolucionário, de rica história em nosso país, e o Socialismo Científico do marxismo. Isso não é ecletismo mas um desejo de criar. Nosso partido se define como de esquerda nacional colhendo os legados desses dois férteis caminhos ideológicos.

Como se situa a UDP dentro desse marco?

— Para o povo da Bolívia, a história está, desde 1978, substancialmente ligada à criação da UDP. A UDP, em sua concepção original e em seu próprio desenvolvimento, é uma concepção de esquerda nacional. É a cristalização no terreno político da unidade de operários, camponeses e classes médias. É a rearticulação do bloco social revolucionário que fez a revolução de 1952.

Ação unitária

— Diante da desarticulação e da dispersão das classes sociais, a UDP é o instrumento político capaz de aglutinar esse conjunto de classes interessadas na construção de uma nação boliviana.

As componentes fundamentais da UDP são aquelas que unem as duas linhas políticas às quais eu me referia: o nacionalismo revolucionário, representado pelo MNRI e pela sua liderança tradicional, que tem um embasamento tão poderoso como a do doutor Hernán Siles Zuazo e, por outra parte, o Partido Comunista (PCB), de orientação marxista. A presença dessas duas forças e do MIR dá uma idéia de como a UDP foi pensada e construída em termos da esquerda nacional. Isso não significa que a UDP seja uma resposta acabada, pronta, que não tenha contradições em seu seio, mas só a prática de uma ação unitária pode levar a superá-las.

O que é que a UDP propõe para tirar o país da situação catastrófica em que se encontra?

— A crise que estamos vivendo é de uma gravidade e de uma profundidade como jamais se viu. Isso coloca também uma responsabilidade muito maior sobre as forças políticas que tentam ser ou apresentar-se como alternativas à situação em que nos encontramos. Mas para dar uma resposta a esta situação é indispensável analisar o motivo pelo qual ela existe. É o responsável direto e imediato por esta situação crítica que o país vive é o ciclo militar regressivo em sua expressão "garciamezista", em sua expressão de criminalidade. É nessa tentativa criminoso, nessa tentativa aventureira de 17 de julho de 1980 que está a raiz mais imediata dessa situação crítica. Mas o "garciamezismo" não é

mais do que um subproduto delinquente do banzeirismo. Já na época do banzeirismo se incubava uma crise do modelo econômico, que acabou por se tornar visível, com uma gravidade impressionante, durante o regime de García Meza e Arce Gómez.

Então, a primeira conclusão que se tira desse tipo de análise é que o país precisa superar esse ciclo militar regressivo. O país precisa encontrar uma solução política o mais breve possível, para enfrentar a crise econômica. Já é um lugar-comum em nosso país dizer-se que não haverá possibilidade de enfrentar a crise econômica se não for através de um governo de credibilidade, de um governo de confiança, de um governo de consenso nacional e popular. E nós sabemos que, precisamente, o ciclo militar regressivo, com seus sucessivos contínuos, não dará credibilidade, nem confiança, nem goza do consenso da população, nem da nação.

Então, é daí que surge nossa posição sobre a necessidade de uma solução política imediata. Mas não qualquer tipo de solução política imediata, mas aquela que recupere a legitimidade que foi deixada de lado de maneira cruel e sangrenta a 17 de julho de 1980. Isto é, diante da usurpação, nós pregamos a legitimidade, e achamos que a legitimidade está claramente expressa na UDP e em seu binômio, Hernán Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora. São eles que têm que construir um governo de unidade nacional. É esse o único contexto dentro do qual se poderá enfrentar a crise econômica.

Eu faço menção especial a isso porque ao contrário do que poderia ter sido em 1980 — quando com a vitória e a maioria relativa que a UDP obteve e a ratificação necessária que mereceu por parte do Congresso como outras forças o haviam anunciado oportunamente, em 80, — a UDP ia constituir um governo udepista, um governo que expressasse essencialmente o que havia sido a proposta política de nossa frente.

E depois do período da destruição nacional que vivemos com García Meza e Arce Gómez, agora em 82, nos vemos obrigados a cobrar um clamor popular e um clamor nacional, no sentido de constituir um governo de unidade nacional. Isto é, um governo que, tendo como eixo central a UDP e suas propostas de caráter popular, nacional, democrático, e antiimperialista, incorpore, para poder encarar a crise e para poder solucionar os problemas do país, outras forças políticas e sociais que estejam de acordo com um programa, para tirar a Bolívia da grave crise e prostração nacional em que se encontra. Isto é, o que o país precisa neste momento é de um governo com legitimidade, é de uma solução imediata, mas uma solução de acordo nacional pela democracia.

**Seja lembrado
o ano inteiro!**

PROMOÇÃO DE NATAL

Válida até 31/12/82

cadernos do

**terceiro
mundo**

uma alternativa na informação

*Mostre que você não se esqueceu
daquele amigo que você não vê há muito tempo*

*Aproxime-se ainda mais daquele
amigo que está sempre por perto*

Dê uma assinatura de presente

*Envie-nos preenchidos os 4 cupons do verso
Junte a eles cheque nominal ou vale postal
no valor correspondente a 3 assinaturas
A quarta assinatura é nosso presente para você*

**V. presenteia seus amigos
Nós presentearmos você**



*Vendo uma assinatura
pro Zé Carlos, uma pro Ronaldo,
dô uma pra' lara e ganho
uma de presente!*

49

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ vale postal, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

49

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ vale postal, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

49

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ vale postal, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

49

Tenho direito a receber:

- Uma assinatura anual, como Promoção de Natal, da revista **cadernos do terceiro mundo**, por ter conseguido mais três assinaturas, pelas quais remeto:

☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou

☐ vale postal, no valor de Cr\$ 9.600,00

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Frente de Libertação ou desintegração nacional

Cercada pela desconfiança do povo, a classe política atravessa
uma das mais graves crises de sua história
defrontando-se com alternativas nada animadoras

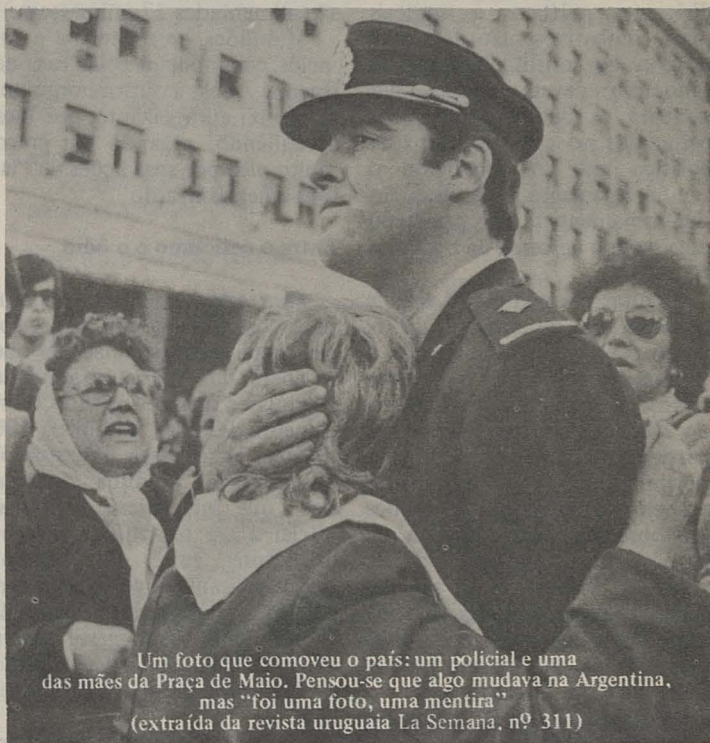
Miguel Bonasso*

A entrada da Argentina no processo pré-eleitoral está se dando nas piores condições possíveis.

O aparelho repressivo que provocou o desaparecimento de 30 mil pessoas e enviou para o exílio centenas de milhares de argentinos está intato e é evidente que não existe o menor interesse oficial em dismantlá-lo. Ao contrário, o regime militar fez severas advertências a políticos e jornalistas empenhados em esclarecer os tão famosos "excessos da guerra suja".

Porém, os diversos organismos gerados pelo terrorismo de Estado não apenas procuram manter o passado na sombra, mas continuam atuando no presente e ninguém está em condições de afirmar que deixarão de operar no futuro.

Nos últimos meses, as "patotas" — como são chamados esses grupos na gíria política — realizaram inquietantes incursões noturnas em casa de três dirigentes das Mães da Praça de Maio, sequestraram a jovem peronista Patricia Bullrich e seis militantes de uma pequena organização de esquerda, "Política Operária", além de dar uma tremenda surra no sindicalista Armando Carpio e ameaçar de morte diversos de-



Um foto que comoveu o país: um policial e uma das mães da Praça de Maio. Pensou-se que algo mudava na Argentina, mas "foi uma foto, uma mentira" (extraída da revista uruguaia La Semana, nº 311)

fensores dos direitos humanos.

A Junta militar, que tornou a ser o órgão supremo do poder após um lapso de 92 dias em que deixou de funcionar devido a desentendimentos entre as três armas, reagiu diante das acusações da sociedade civil com um claro espírito de corporação. Depois de anunciar que providenciará as verbas legais para proteger as instituições militares e de seguran-

ça, tornou a lembrar aos ingênuos que os hipotéticos grupos ultradireitistas não funcionaram nem funcionam na Argentina. "Todas as operações realizadas contra os bandos terroristas — segundo informou um comunicado da Junta — foram executadas conforme os planos aprovados e supervisionados pelos comandos orgânicos das Forças Armadas".

* Dirigente peronista. Ex-secretário de Imprensa da Frente Justicialista de Libertação (Frejuli) e ex-diretor do matutino Noticias de Buenos Aires.

Barreiras

A impossibilidade de se mexer no aparelho repressivo é uma barreira decisiva para a volta à democracia. Mas não é a única.

A irresponsável aventura bélica das Malvinas, com seu saldo de mortos e mutilados, seu sórdido mercado negro com os alimentos dos jovens soldados e a covardia de muitos chefes, exige sanções que vão mais além da simples reforma de alguns oficiais superiores.

As investigações, segundo os dirigentes políticos e sindicais mais combativos, não devem limitar-se ao conflito bélico e ao genocídio: devem compreender também os delitos econômicos cometidos no calor de uma luta política que só beneficiou o capital financeiro e de uma corrida armamentista que provocou uma sangria de cerca de 8 bilhões de dólares.

Figuras eminentes do regime iniciado a 24 de março de 1976, como o brigadeiro Cacciato, o general Harguindeguy e o ex-ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, tiveram um vertiginoso crescimento de seus patrimônios, o que inflama as suspeitas de uma opinião pública empobrecida pelo "Mágico de Hoz" e outros seguidores da Escola de Chicago. E é, precisamente, das genialidades dos *Chicago Boys* que decorrem outras calamidades que tornam problemática a volta à democracia.

A dívida externa subiu em seis anos de 9 a 39 bilhões de dólares; a indústria de manufaturados foi reduzida de 50%; o Produto Interno Bruto (PIB) se manteve estagnado (anos de pequeno crescimento e outros de retrocesso); o desemprego atingiu 2 milhões de trabalhadores. Tudo isso para que o índice de inflação — que em 1982 estará na casa dos 200% — continue sendo o mais alto do mundo.

Essa crise argentina que se encaixa e se retroalimenta com a

crise mundial, provoca terríveis resultados sociais: o país sul-americano que, juntamente com os Estados Unidos, abrigou as grandes imigrações europeias no fim do século passado, "vomitou" ao mundo dois milhões de emigrantes nos últimos seis anos; 15 mil crianças morrem sem atingir um ano de vida devido à subnutrição e às doenças da miséria; são organizadas panelas populares na Grande Buenos Aires e na própria Capital Federal. (Somente em uma paróquia, a de Quilmes, a cargo do bispo Novak, são alimentadas 27 mil pessoas.)

Multidões de mendigos e camelo perambulam pelas ruas de Buenos Aires, a outrora orgulhosa capital europeizante, que está aprendendo, pagando um preço muito alto por suas lições de "latino-americanização".

Entre o ceticismo e o ódio

Para esses argentinos desempregados, que não têm seguro social, para esses trabalhadores que recebem um salário mínimo de 65 dólares mensais quando o orçamento familiar ultrapassa 100 dólares, para esses empresários falidos pelos créditos "indexados" que multiplicam o capital inicial a ser restituído, para os produtores rurais dos estados que assistiram impotentes à derubada das economias regionais e para uma vasta classe média proletarizada, as eleições estão muito longe de serem um remédio.

Encurralados entre o ceticismo e o ódio — que faz com que muitos dirigentes provejam uma explosão social — se vêem um paliativo, uma trégua na transição a um governo civil. "Pelo menos os milicos vão embora", diz o homem da rua. Mas em seu foro íntimo, ele receia um retorno inevitável.

Esse ser anônimo, frustrado, enganado, humilhado, também não confia na classe política argentina. E ele tem boas razões

para essa desconfiança. Os políticos argentinos (salvo uma honesta minoria que é preciso reconquistar) apoiaram a implantação da ditadura; posteriormente, opuseram-lhe uma resistência apenas retórica; mais tarde, aderiram alegremente à trágica farsa das Malvinas e quando a derrota no arquipélago levou o Partido Militar à mais profunda divisão de sua história e ao extremo ponto de fraqueza, não souberam aproveitar as circunstâncias para impor uma democracia real, sem concessões.

Ao contrário, os dirigentes da Multipartidária, que congrega peronistas e radicais, junto com outros partidos menores, saudaram o general Reynaldo Bignone — de reconhecida atuação na repressão clandestina — como um "autêntico democrata" e se manifestaram preocupados com a cisão das forças armadas.

É que a crise não atinge somente esse Partido Militar que governou durante esses seis anos em benefício próprio e no de uma oligarquia latifundiária transformada em oligarquia financeira e cada vez mais vinculada ao capital transnacional. Abrange também um comando político envelhecido, esclerosado, cada vez menos representativo, que se apressa em oferecer a saída "democrática" ao regime oligárquico-imperialista.

A democracia "conciliada"

Nada nem ninguém pode fugir a essa cisão que paira sobre todos, a essa profunda divisão do corpo social que ameaça com a desintegração nacional. Há um divórcio entre os dirigentes e a base social, uma enorme brecha entre a sociedade civil e o Estado. A luta política superestrutural corre por um caminho; a luta social vai por outro. A primeira carece de força social organizada para impor um modelo representativo das maiorias; a outra é travada corajosamente nas ruas e

nos locais de trabalho, mas não consegue ultrapassar o teto corporativo, ou seja, os limites de simples agrupamento social, para transformar-se em poder político.

E isso explica o fato de os militares argentinos ainda estarem na Casa Rosada, apesar de todos os seus desastres e fracassos, e pretenderem "conciliar" a democracia com as forças civis. O que pressupõe, concretamente, "arranjar" um governo civil fraco, herdeiro da crise econômica mas carecendo do poder necessário para provocar as mudanças indispensáveis que permitiriam superá-la. Esse governo, que não poderá investigar o que seus antecessores fizeram, favorecerá a volta dos militares aos quartéis para lamberem suas feridas, se recompor para voltar quando as circunstâncias assim o exigirem.

Esse modelo de "democracia conciliada", estilo Napoleón Duarte, seria, além do mais, grato aos olhos do imperialismo ianque. Permitiria que os eleitores fossem reprimidos democraticamente pelos eleitos e evitaria surpresas desagradáveis (como a das Malvinas), às quais, de vez em quando, os militares ficam sujeitos.

A chave: o peronismo

Caso esse objetivo fosse atingido, a Argentina teria um governo peronista "moderado". Com dirigentes de colarinho branco que sabem usar os talheres de peixe nas recepções oficiais. Um governo que concretizaria a domesticação definitiva do grande movimento de massas que deve encabeçar a libertação nacional e social da Argentina.

Esse governo peronista não demoraria em se defrontar com suas próprias bases peronistas, que constituem o grosso da classe trabalhadora, como já aconteceu em 1975 durante a gestão de María Estela Martínez de Perón.

Dá que os olhares da oposição real se dirijam simultaneamente para o que está acontecendo no Movimento Peronista e no movimento operário organizado. Aí estão as chaves de um genuíno retorno à democracia.

John William Cooke, o grande teórico do peronismo revolucionário, registrava na década de 60 um fenômeno que continua em vigor: no peronismo, os dirigentes não estão à altura das bases. Muito tempo depois, um digno sucessor de Cooke, o escritor militante Rodolfo Walsh, diagnosticava que na Argentina — ao contrário do que aconteceu em outros países — a vanguarda revolucionária nascia do movimento de massas.

Ambas afirmações continuam sendo exatas em 1982.

Uma nova direção política

Nenhum dirigente iluminado criou o novo movimento sindical de base que se exprime nas Coordenações e nas regionais da CGT combativa com sede na rua Brasil; nem a associação das Mães da Praça de Maio; nem a organização de donas-de-casa que fazem "greve de consumo"; nem os grupos incipientes que pedem a anulação do serviço militar e a redução drástica das despesas militares, nem os novos organismos que congregam os desempregados; nem tantas outras expressões de rebeldia que brotam das entranhas do povo, como as assembleias populares que se realizam nos bairros e têm o nome sugestivo de "Conselhos Abertos" (*Cabildos Abiertos*).

Essas expressões, que abrangem desde a reivindicação econômica até a resistência cultural à imposição de um novo modelo de lavagem cerebral coletiva, demonstram a energia política que um novo projeto, uma nova direção política, deve organizar para impor uma democracia ge-

núna. Um verdadeiro Estado Social de Direito. Um *Nuremberg* definitivo que não seja só vinganças, mas sim uma garantia contra futuros genocídios.

A Frente de Libertação

O vento do povo precisa de um canal para chegar a seus objetivos históricos, para erradicar o poder econômico, político e militar de uma oligarquia que está levando o país à beira da guerra civil.

A solução está no peronismo. Como sempre. Mas não só no peronismo. É também em qualquer peronismo. Mas num peronismo renovado, democratizado, no qual os trabalhadores não sejam somente "a coluna vertebral do Movimento" (como reza um antigo axioma) mas a cabeça e o motor das transformações.

Esse peronismo com mentalidade de vitória, iluminado por um programa, conduzido por legítimos representantes das bases, pode convocar e dirigir uma extensa Frente de Libertação Nacional. Isto é, um canal mais amplo para a recuperação da democracia, para o qual devem convergir outras correntes libertadoras, oriundas da esquerda, do cristianismo, do pensamento democrático e nacionalista que foi cunhado no velho tronco radical.

Sem uma Frente que sintetize as aspirações sociais e políticas dos setores populares não há possibilidades de se mudar esse empate histórico entre uma maioria desarmada e uma minoria que se apóia nas baionetas.

As alternativas da Frente são sombrias. Seja em se tratando de um golpe repressivo para impedir as eleições, seja de uma democracia em acordo com o Partido Militar.

As duas são igualmente funestas. As duas manteriam o país no cone de sombra e terror em que ingressou há muitos anos, aliás, anos demais.

Uma agricultura em retrocesso

Um estudo da FAO evidencia que a África está doente e que a única possibilidade de cura reside num aumento de sua produção agrícola interna

O retrocesso crônico da produção alimentar e a falta de recursos para reativar a agricultura ficaram em evidência durante a 12ª Conferência regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), realizada em Argel entre 29 de setembro e 2 de outubro.

O relatório apresentado pelo diretor-geral da FAO, Edouard Saouma, aos ministros e delegados presentes, foi um inventário da inquietante situação da alimentação e da agricultura, que qualificou como o "mais decepcionante de todos os setores da economia africana". E citou alguns dados:

— Nos últimos dez anos, a produção alimentar por habitante diminuiu em dez por cento.

— Nesse período, as importações de alimentos duplicaram em volume e quintuplicaram em valor.

— A África perde a cada ano seis milhões de hectares de terras produtivas.

Auto-suficiente em matéria de alimentos da colonização, a África comprova que a dependência do Ocidente deixou-a num beco-sem-saída. A colonização e a neocolonização significaram a inserção do continente na economia mundial por meio de sua subordinação às potências ocidentais.

Monocultura de exportação

Essa inserção consistiu em liquidar uma economia rudimentar, mas auto-suficiente, que ga-



"A agricultura é o mais decepcionante dos setores da economia africana"

rantia a produção local dos alimentos, para abrir espaço a amplos cultivos de monoculturas destinados à exportação.

Segundo esse esquema desigual de divisão internacional do trabalho, os países do continente receberiam em troca os bens industriais do Ocidente.

Esse esquema regeu, em geral, as relações entre o Terceiro Mundo e as potências capitalistas. Mas a África, em razão de seu maior atraso relativo e de uma indústria virtualmente inexistente, sofreu de forma particular suas consequências.

As monoculturas centralizadas em um, dois ou três produtos por nação, teoricamente deveriam expandir as exportações e permitir a esses países a importação dos bens necessários ao seu desenvolvimento, incluindo os produtos alimentares que deixa-

riam de cultivar.

O resultado é que a região não só padece de fortes déficits comerciais, como também suporta o peso de um constante aumento das importações de alimentos.

Esse quadro crônico se agravou há mais de dois anos atrás, com a queda vertical dos preços das matérias-primas. E para completar, nos países cujos regimes políticos propiciaram uma imitação do estilo de vida ocidental (limitado à burguesia; aos altos escalões da burocracia e à classe média, óbvio), as receitas derivadas das exportações são quase que totalmente canalizadas para as cidades e os gastos supérfluos.

Um continente doente

À margem desses desvios, é verídico o fato de que a África

Os limites do desenvolvimento regional

Um estudo comparativo da Nigéria com o seu equivalente na América Latina, o Brasil, coloca em discussão o modelo transnacional de desenvolvimento econômico

Ladislau Dowbor*

carece dos capitais necessários para incorporar suas extensas terras virgens e utilizar seus recursos naturais, único meio para empreender o desenvolvimento agrário.

"A África está doente — disse Saouma — e sua única possibilidade de cura reside num forte incremento da produção agrícola interna e num aumento de suas exportações, particularmente de produtos agrícolas."

A recomendação de aumentar as exportações, supondo-se que fosse viável, poderia ter como resultado uma melhoria da situação a curto prazo, mas em nada contribuiria para tirar a África do beco-sem-saída em que se acha.

O incremento e a diversificação da produção agropecuária destinada aos próprios mercados seria uma solução parcial a longo prazo, saindo do caminho que o colonialismo impôs.

Mas, salvo algumas exceções, nada indica que no conjunto africano essas metas possam ser atingidas num futuro imediato.

A escassez de capitais continuará pesando e a atração de recursos externos que só estariam interessados em expandir as monoculturas, só agravaria o problema.

Por outro lado, enquanto se mantiver o ciclo recessivo, os preços das matérias-primas continuarão baixos. E como consequência da redução das contribuições dos órgãos de cooperação internacional, particularmente pela diminuição das contribuições dos Estados Unidos, há menos disponibilidade de recursos para assistência técnica e financeira.

E, por isso, foram suspensos em muitos países da África projetos de desenvolvimento agrário que tinham sido considerados prioritários e dos quais o programa de desenvolvimento das Nações Unidas e outras agências da ONU participavam. ●

Com quase um milhão de quilômetros quadrados, 85 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 80 bilhões de dólares, a Nigéria é indiscutivelmente um grande país, e um gigante em termos de África subsaariana, exercendo em grande parte o papel preponderante que o Brasil exerce no continente latino-americano.

Pela sua dimensão geográfica e econômica, a Nigéria escapa às dúbias teorizações sobre a "viabilidade" dos pequenos países subdesenvolvidos. Apresenta ainda maior interesse teórico por se tratar de um dos raros países com essas características que não se vê obrigado a organizar (ou desorganizar) a economia em função de uma crise crônica de balanço de pagamentos. Assim, a Nigéria exportou, no período 1976-1978, 95,5% do petróleo da África subsaariana, além de assegurar 41,5% do total das exportações da região.

O Produto Interno Bruto apresenta as mesmas estatísticas invejáveis do Brasil, com uma progressão anual média de 3,1% nos anos 1960 e de 7,5% na última década, atingindo em 1979 a soma de 75,1 bilhões de dólares. Durante os anos 1970, a indús-



Shehu Shagari (à esquerda)

tria conheceu um aumento de produção de 11,2% ao ano.

A Nigéria dá-se ainda ao luxo de promover este ritmo de crescimento industrial com uma inflação que não ultrapassa 20% ao ano, índice modesto quando comparado com os 100% brasileiros, e também compreensível: dispondo do petróleo para financiar o seu desenvolvimento, não recorre à inflação para esmagar a capacidade de compra dos trabalhadores, como faz o Brasil.

* Trabalho apresentado pelo autor, como contribuição ao debate na Conferência Regional Latino-Americana, realizada na cidade de Belo Horizonte, Brasil, em agosto de 1982

"Milagre" nigeriano

Mas a Nigéria não é mais milagreira que o Brasil. Suas exportações atingem cerca de 20 bilhões de dólares por ano, nível comparável ao do Brasil, mas a taxa de crescimento das importações durante o período 1970-1979 foi de 20,6% por ano. Mais uma vez fica provada a lei segundo a qual, nos países subdesenvolvidos, a modernização acelerada baseada em transnacionais leva a encargos permanentes em divisas mais que proporcionais às divisas economizadas pela substituição das importações.

E tem mais. Se o "milagre brasileiro" conseguiu colocar o país na sexta posição no mundo no que toca à fome da sua população, com 13 milhões de pessoas em nível gravíssimo de subnutrição — menos de 1.600 calorias por dia, quando a *poverty line* até da Índia é fixada em 2.100 calorias por dia — o milagre nigeriano não é bem melhor.

A esperança de vida na Nigéria está situada em torno de 49 anos, e a produção de alimentos por pessoa baixou de 100 em 1969-1971 para 87 em 1977-1979. Durante esse período, a produção agrícola regrediu num ritmo negativo de 0,8% ao ano, contrastando com o ritmo de investimentos que cresceu de 17,8% ao ano, enquanto até o consumo de fertilizantes crescia num ritmo de 33% ao ano. Em 1977, esse país não conseguia assegurar senão 83% das necessidades de calorias por dia, um dos níveis mais baixos da própria África.

Como não lembrar para a Nigéria a famosa frase cunhada para o modelo brasileiro: "A economia vai bem, o povo é que vai mal"...

Como já afirmara o professor Akin L. Mabogunje, falando sobre o desenvolvimento rural nigeriano, esse tipo de "milagre" que cria monumentos tecnológicos em ritmo acelerado, gigantes

de pés de argila onde as massas populares, e particularmente as massas camponesas, se vêem esmagadas num processo de modernização que corresponde muito mais a uma extensão das linhas de produção dos países desenvolvidos, do que propriamente a um amadurecimento interno do conjunto das estruturas econômicas.

O sistema transnacional

O problema chave, sem dúvida, está nesta questão: a que ponto o crescimento implantado através das transnacionais, solidamente ligado às matrizes do Norte e apenas parcialmente respaldado pelo Estado e pelas pequenas e médias empresas locais, pode ser efetivamente absorvido produtivamente pela rede econômica e social do país?

Não há dúvida que as condições de "assimilação", ou de não rejeição, são muito melhores no Brasil, formado desde o início de sua colonização para agir em função de metrópoles externas, européias e, mais tarde, norte-americana. Mas a realidade é que os efeitos reais do recente "salto" dos semi-industrializados ainda não foram avaliados. Enquanto o Irã desmoronou, a Coreia do Sul, a Argentina e o México gemem, a Nigéria parece entrar por sua vez na fase de colher os frutos de um desenvolvimento que não respeita as realidades nacionais.

Não se trata aqui de questionar propostas alternativas, cuja necessidade não precisa mais ser demonstrada, e cuja urgência decorre da própria falência e tensões originadas no processo centralizado de modernização intensiva.

Preocupa-nos mais fixar os parâmetros dessas transformações, já que o próprio fato do descompasso entre a teoria do desenvolvimento integrado e a sua aplicação indica que o problema é bem mais amplo.

Novo realismo econômico

Para já, e contrapondo-nos às numerosas posições pessimistas, é preciso salientar o revigorecimento do conjunto das propostas de desenvolvimento descentralizado. Torna-se claro, a nível internacional e nos mais diferentes sistemas econômicos, que o conjunto de opções básicas do desenvolvimento regional — desenvolvimento com participação das comunidades em vez de desenvolvimento imposto de cima, decisões descentralizadas em vez de decisões dependendo de inúmeros escalões burocráticos, revalorização dos pequenos projetos mobilizadores em contraposição aos macroprojetos das grandes empresas nacionais e transnacionais, tecnologia adaptada e assimilável pelas comunidades em contraposição à tecnologia de ponta reservada a setores particulares, iniciativas e controle comunitário em vez de objetivos restritos ao lucro privado — já não constituem opções poéticas ou saudosistas, e sim a ponta-de-lança do novo realismo econômico.

Em outros termos, se durante esses 30 anos do pós-guerra tivemos um predomínio absoluto do processo centralizador, com a palavra "economias de escala" em todas as bocas, o conjunto de deformações estruturais absolutamente dramáticas que esse desenvolvimento desvinculado do controle social originou, está levando atualmente a uma reviravolta que começa a se generalizar.

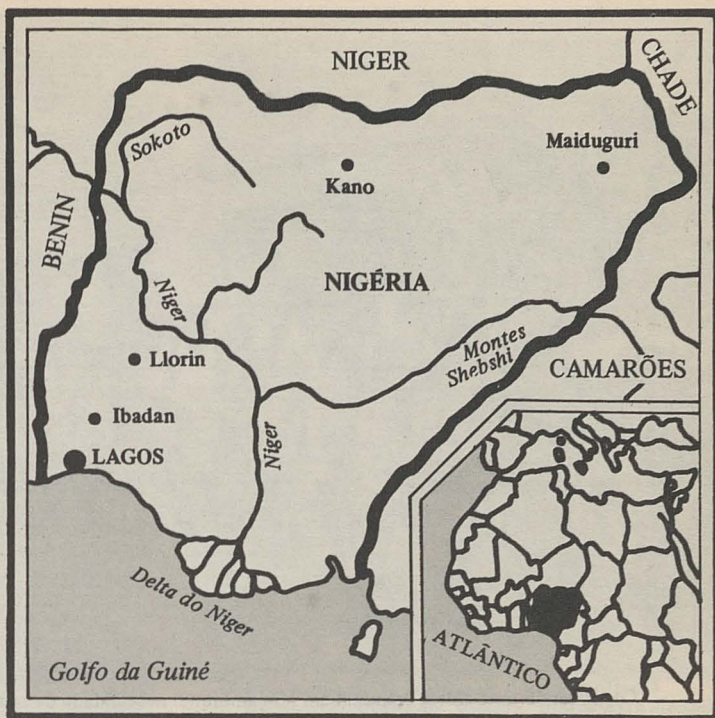
Basta ver, para sentir a força desta nova corrente, o processo de descentralização em curso nos países socialistas, em particular na Polónia, com as modificações da constituição em 1973, ou o processo de fundo lançado na França, onde depois de reger durante dois séculos as relações entre administração central e administração regional, desaparece a figura do *préfet* nomeado pelo executivo, substituído pelo

"conselheiro regional" eleito diretamente pela comunidade, encarregado de integrar através do controle e iniciativa locais as iniciativas ministeriais, invertendo os polos políticos de decisão.

Experiências no Terceiro Mundo

A mesma tendência está tomando vulto nos países do Terceiro Mundo, onde as iniciativas descentralizadoras se multiplicam com rapidez impressionante, impulsionadas, é verdade, por uma crise sem precedentes. São significativas as iniciativas mexicanas na província de Jalisco, a experiência na Índia de desenvolvimento por "blocos" de aldeias, a do Paquistão, com o sistema de conjuntos de aldeias denominados *markaz*, a experiência de Moçambique com as aldeias comunais, a de Cabo Verde que hoje promove o desenvolvimento integrado por ilhas, em contraposição ao desenvolvimento setorial via ministérios, a experiência da Guiné-Bissau e do seu Departamento de Desenvolvimento Regional no Secretariado do Plano, e de tantos outros países.

Interessante e característica é a recente decisão de reorientar a política de desenvolvimento no Mali, colocando no centro do Plano Nacional 1981-1985 a dinamização dos *tons* tradicionais: "Considerando que o mundo rural constitui no momento atual uma necessidade imperiosa, e considerando que a auto-suficiência alimentar é a prioridade das prioridades, que não poderá ser assegurada sem uma luta consequente contra a degradação do meio agrícola e pecuário, o Conselho Nacional recomenda a rápida formação dos *tons* (aldeias tradicionais, base associativa popular), como unidade de base da nossa economia rural...".



Necessidade de mudanças institucionais

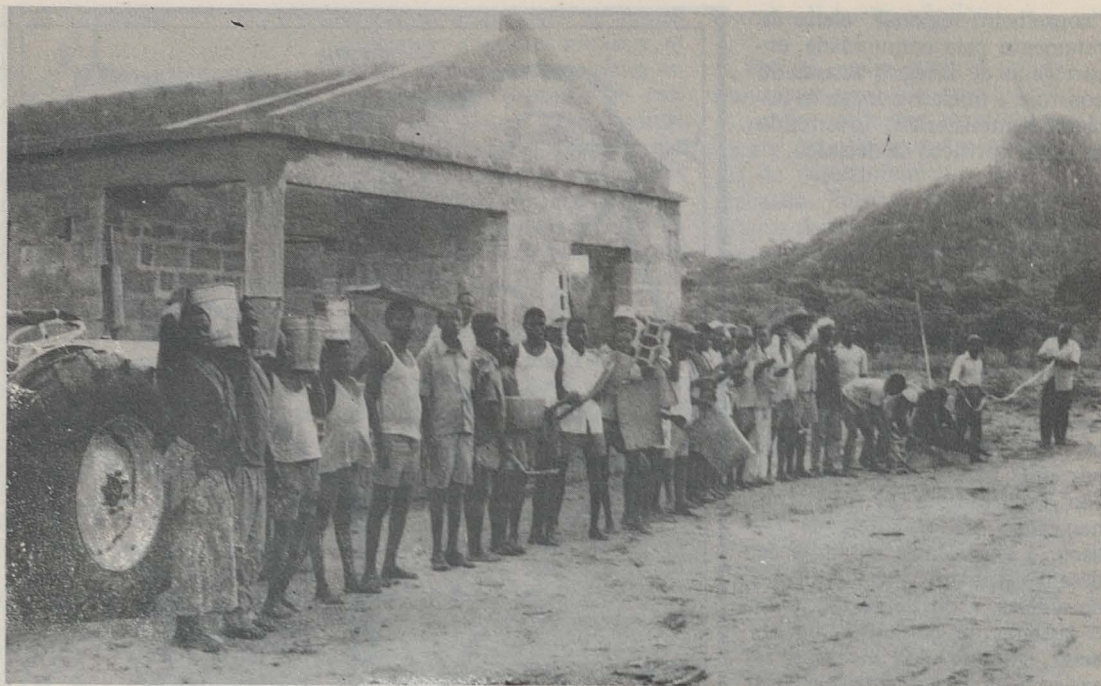
Neste sentido, é compreensível, mas fora de hora, o desencorajamento apresentado por vários teóricos que vieram batilhando há anos por essa opção, pois o campo político da sua aplicação está justamente começando a se abrir. No entanto, essa constatação relativamente otimista não deve nos impedir de ver que o desenvolvimento regional não pode existir sem certas transformações institucionais de fundo pelas quais é preciso lutar.

Antes de tudo, é preciso ver com realismo o contexto Norte-Sul no qual se inserem as agriculturas do Terceiro Mundo. Um exemplo que sempre citamos, é o dos termos de troca para a transferência de tecnologia. Um agrônomo ocidental custa a um país subdesenvolvido uma média de 60 mil dólares, em divisas, por ano de trabalho. Ora, para

produzir essas divisas com exportações primárias, por exemplo de arroz, que rende cerca de mil dólares para cada três toneladas exportadas, seriam necessárias 180 toneladas de arroz, por ano, para pagar esse técnico. Ora, na Guiné-Bissau, onde fizemos esse cálculo, produzir 180 toneladas de arroz implica o trabalho de um ano de pelo menos 150 pessoas; assim, os termos de troca situam-se numa ordem de 100 a 150 homens/ano do Sul em troca do trabalho de um homem/ano do Norte.

Uma nova ordem econômica

Filosofias à parte, não há a mínima possibilidade de se falar em promoção do desenvolvimento, comunitário ou não, quando esse desenvolvimento implica a manutenção dessa ordem de relações entre os países ricos e os países pobres. O tema já foi exaustivamente tratado nas sucessivas conferências internacio-



Construindo uma aldeia comunal em Moçambique: necessidade de mudanças institucionais profundas.

nais de luta pela Nova Ordem Econômica Internacional, mas não podemos esquecer que constitui parte integrante e necessária de qualquer esquema de desenvolvimento regional.

Com efeito, de pouco adianta realizarmos experiências-piloto de desenvolvimento comunitário se estamos inseridos numa máquina de extorsão do excedente, a nível internacional, tal como existe hoje.

Outro ponto-chave que condiciona o desenvolvimento regional é o sistema de preços relativos e de troca desigual que predomina dentro do próprio país. Com efeito, a polarização Norte-Sul tem o seu reflexo fiel dentro dos países subdesenvolvidos, em termos de polarização e de sistema interno centro-periferia, entre o pólo industrializado da capital e o interior do país.

Nos pontos mais recuados do Maranhão, no Brasil, ou nas aldeias de certas regiões da África, encontramos um consumo elevado dos produtos supérfluos fa-

bricados pela chamada indústria de substituição de importações. Os salários incorporados nesses produtos, incluindo os enormes custos de transporte e de serviços de apoio e manutenção, constituem uma forma de extorsão decisiva do magro excedente agrícola, liquidando qualquer possibilidade de acumulação produtiva a nível do agricultor.

Assim, acumulam-se os efeitos negativos da relação de troca (termos de troca extremamente desfavoráveis para o produto agrícola, relativamente ao produto industrial urbano), com os efeitos negativos do perfil de produção industrial, o que leva o excedente local a ser desperdiçado em consumo não produtivo tais como relógios, fogões a gás etc., em vez de elevar o consumo de insumos agrícolas que permitiriam, em outra fase, o acesso generalizado e não espoliativo a esses produtos de consumo durável.

Enquanto o desenvolvimento estiver baseado nesse novo dua-

lismo que constitui o pólo transnacional concentrador de renda e a agricultura esmagada pela necessidade de criar divisas e de escapar o seu excedente para os macrocentros urbanos, não se pode falar em desenvolvimento regional, pois este implica não só uma forma de gerir o desenvolvimento, como também uma forma de repartição do produto.

O papel do Estado

Outro fator-chave que deve ser encarado com realismo é o papel do Estado. Estreitamente vinculado ao interesse das transnacionais, o Estado subdesenvolvido busca, sem dúvida nenhuma, realizar os interesses das classes dirigentes locais e, nesse sentido, tem uma certa funcionalidade econômica e racionalidade de gestão, mas busca-os dentro de um quadro geral, definido a nível supranacional, pelo pólo dominante do capitalismo.

Assim, o Estado reproduz o processo concentrador de renda, e mantém o processo de exten-



Apesar de industrialmente forte, a Nigéria (com um PIB da ordem de 80 bilhões de dólares) enfrenta os mesmos problemas do "milagre" brasileiro (à direita)

são das linhas de produção do Norte para o Sul, impedindo uma interação direta e equilibrada das duas grandes bases produtivas do país, a agricultura e a indústria, interação que fica mediada pelo sistema internacional, com todos os seus custos e deformações.

O mecanismo atual é coerente, e os seus nós estão solidamente amarrados. O Estado tem o apoio das transnacionais produtoras do grande equipamento agrícola, fundamentalmente interessadas em promover e sustentar a grande propriedade rural, única capaz de absorver essa "revolução verde" sem raízes locais.

Por outro lado, os grandes proprietários têm evidentemente muito mais presença junto ao Executivo, podendo pressionar para impedir qualquer veleidade de redistributivismo agrário. O próprio Estado, no seu sistema centralizado de gestão, não tem também a possibilidade administrativa de levar crédito e outras

formas de apoio — ainda que o quisesse — ao pequeno agricultor, pois o controle de aplicações teria que se realizar a nível das próprias comunidades, de maneira descentralizada.

Modelo absurdo

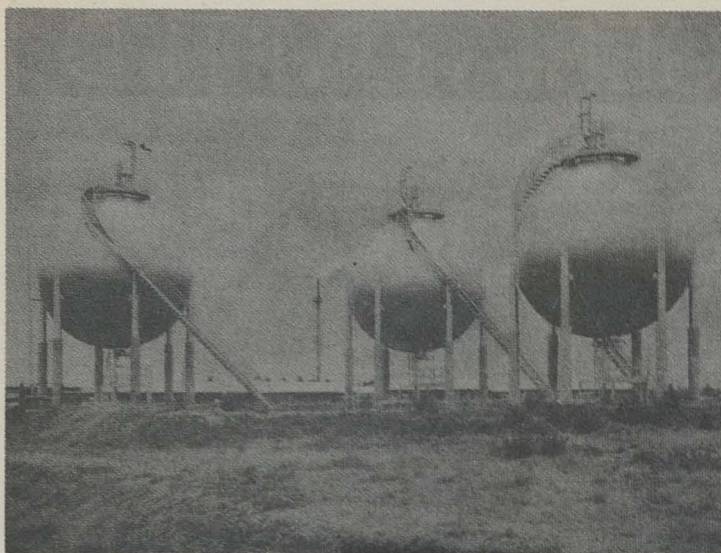
Mantém-se assim uma estrutura absurda da propriedade rural, espelhada no caso extremo brasileiro onde, numa superfície de 850 milhões de hectares, com mais de 300 milhões de hectares de terras cultiváveis, utilizam-se menos de 50 milhões de hectares, e diariamente afluem milhares de pessoas às cidades, por falta de terras...

E mantém-se igualmente uma forma absurda de acesso aos recursos subsidiados pelo Estado, encaminhados à grande propriedade e, indiretamente, às transnacionais, exigindo por sua vez o reforço da agricultura exportadora para fechar o circuito de produção que tem o seu elo dominante na área internacional.

Estado e desenvolvimento regional, no nível atual de organização e de distribuição de forças políticas, constituem sistemas que se excluem, e não há projeto-piloto que subsista.

Como sempre, a tônica do problema tem sido colocada sobre os fundos, os recursos, passando relativamente despercebida a gigantesca subutilização dos fatores de produção que a centralização e a vinculação com o conjunto do sistema Norte-Sul — com o seu pólo interno — originam.

Com impassividade burocrática e gritos *pro forma*, de sacrifício, os países do Norte transferem para os continentes subdesenvolvidos o seu pouco menos de meio por cento do PIB, sob forma de ajuda a empréstimos subsidiados. Esses fundos são canalizados, com a mesma impassividade, para organismos de elaboração e avaliação de projetos, que por sua vez contratam consultores e especialistas para terem a certeza da utilização



A Nigéria exportou (1976-1979) 95,5% do petróleo da África subsaariana

adequada dos fundos concedidos. Na nossa experiência de gestão de cerca de trezentos projetos na Guiné-Bissau, constatamos o esgotamento real dos fundos nas intermediações sucessivas, sendo realista afirmar que quando 20% dos fundos atribuídos a um projeto rural se concretizam em benfeitorias efetivas a nível da comunidade para a qual estavam destinados, trata-se de um sucesso absolutamente excepcional.

Sistema rígido

O desenvolvimento por projetos e não por unidade regional (que poderia assim ser constituída em instância política de decisão) leva à desintegração do processo de desenvolvimento em segmentos técnicos — há projetos distintos de hidráulica rural, de saúde, de educação, de sementes, de abertura de estradas, cada qual obedecendo a ministérios diferentes e a hierarquias independentes — acarretando por um lado a passividade da comunidade e, por outro, esgotamento dos recursos no autofinanciamento burocrático das

próprias hierarquias.

A rigidez deste sistema de desenvolvimento, ou de apoio ao pseudo desenvolvimento, não deve ser subestimada: trata-se de um sistema administrativo-burocrático que dispõe da sua hierarquia, desde as instâncias internacionais na ONU, Banco Mundial, Fundo Europeu de Desenvolvimento, BID, BAD etc., até os sistemas nacionais e regionais de distribuição de recursos como, no Brasil, o Banco do Brasil, a Sudene etc., com um sem número de funcionários e pesadas rotinas hoje difíceis de modificar.

Mais uma vez, as alternativas são colocadas de maneira errada: os países do Norte dizem que os países subdesenvolvidos não têm capacidade de planificar a nível nacional e que em consequência é melhor planificar bem a pequena unidade que constitui o projeto. Em consequência, promoveu-se uma atomização do desenvolvimento via projetos, reduzindo ainda mais o controle das populações sobre o próprio desenvolvimento, além de multiplicar superprojetos irracionais para racionalizar e justificar os enormes custos de gestão das entidades financiadoras.

Gestão comunitária

Ora, entre a planificação centralizada que coloca problemas (para os quais os próprios países socialistas hoje estão bem alertados) e a atomização do processo em projetos setoriais, existe evidentemente a alternativa da gestão comunitária e integrada — intersetorial — do conjunto dos projetos que interessam a uma comunidade, tornando os ministérios executores técnicos a serviço das comunidades, que são os sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Outro ponto chave a ser levado em conta, é o da acumulação comercial e dos serviços em geral. Muita pesquisa tem sido dedicada às bases produtivas da comunidade ou do município, no sentido do abastecimento em sementes melhoradas, em meios de produção adaptados, criação de equipamento coletivo, bem como a organização comunitária das tarefas rurais, revalorizando-se os mutirões etc.

Com muito menos interesse tem-se visto essa parte menos nobre do desenvolvimento regional que são as esferas de circulação nos seus diversos aspectos: comércio, transporte, preços, informação, estocagem, seguros etc. No entanto, o que nos mostra a realidade é que a esfera de circulação encontra-se de maneira geral muito mais monopolizada do que a esfera da produção, e podemos dizer que de pouco adianta fazermos grandes esforços para aumentar a produtividade do pequeno produtor ou da comunidade, se não rompermos o círculo implacável de apropriação do excedente suplementar pelos circuitos comerciais e financeiros.

As regras do jogo

Em outros termos, os produtores rurais constituem moléculas isoladas, e o tecido que garante o funcionamento do conjunto através dos circuitos de circula-

ção pertence quase sempre a uma rede, controlada de fora da comunidade ou da região e ditando as regras do jogo.

Em duas regiões completamente diferentes da África e do Brasil, por exemplo, encontramos rigorosamente o mesmo sistema: o comerciante adianta o pagamento de um número de sacos de arroz ao produtor, proporcional à safra esperada. Procede-se assim à chamada venda "na folha". Logo após a colheita, o agricultor deve restituir ao comerciante que lhe adiantou fundos para "fechar" o ano agrícola, uma quantia, em dinheiro ou em produto, três vezes superior, constituindo um empréstimo a juros reais de 300% sobre um período de alguns meses.

Como falar em dinamizar a produção, em elevar a capacidade de acumulação produtiva, nessas condições? Por acaso o produto suplementar não entrará no mesmo sistema de acumulação comercial e de esterilização de poupança a nível local? É evidente que, além de toda a problemática da produção, deve ser enfrentado o problema da descentralização e do controle local dos circuitos de circulação da mercadoria.

Em outros termos, quando falamos em recuperação do controle da população, através das suas instâncias regionais de organização, sobre o seu próprio desenvolvimento econômico, devemos necessariamente nos referir ao processo conjunto de reprodução do capital, e não a um ou outro segmento.

No Plano de Desenvolvimento da Guiné-Bissau, a revalorização das comunidades e a retenção do excedente pelo produtor local passa assim diretamente pela reorganização das "redes de apoio" à esfera produtiva: crédito rural e abastecimento em meios de produção estreitamente associados a nível descentralizado, sistema de estocagem do produto — ponto importante da

1982 — out./nov. — no. 49



Nigeria—
Growing market, booming economy.

You gain 50 years marketing and manufacturing experience in Nigeria by talking to A.C.C.

No other company can offer such a wealth of experience of the Nigerian market.

Well Established, progressive, independent.

A.C.C. is an independent business with 50 years of association with and in Nigeria: its present management is vigorously following a corporate policy of expansion and diversification.

Not just importers A.C.C. successfully handles the products of many important principals from overseas (Quaker Oats, Heinz, Thermos) but the strength of the company lies in its expanding manufacturing

activities in Nigeria itself.

A.C.C. manufacture established branded goods such as Trebor Confectionary, Chasebrough Ponds Vaseline and cosmetics, and over-brand non-ethical pharmaceuticals.

An A.C.C. plastics plant supplies containers for its products. A.C.C. has also recently diversified into the supply of building materials.

Distribution of Products

A.C.C. has a fleet of vehicles which supply a country-wide network of vigorous Nigerian distributors from its factories in Apapa and Depots in Kano and Onitsha.

Talk to A.C.C. first

A.C.C. has the right combination of experience and enterprise to help you establish your production in a fast growing market that's full of potential.

A.C.Christlieb

50 years of marketing and manufacturing experience in Nigeria.

35, Creek Road, P.O. Box 392, Apapa, Lagos - Nigeria. Telephone: 44768/9/70 Cable: Christlieb, Apapa.



O consumo elevado de produtos supérfluos é reflexo fiel da polarização Norte/Sul: impossibilidade de acumulação produtiva a nível do agricultor

acumulação camponesa — a nível individual, comunitário e regional, infra-estrutura e meios de transporte, redes de comercialização controladas pela comunidade para a compra e venda primárias.

Absorção do excedente

As alternativas apresentadas nesse campo têm sido, significativamente, redes privadas que absorvem impiedosamente qualquer excedente que surja a nível do produtor rural, esterilizando-

o, ou gigantescas burocracias estatais que esmagam este mesmo produtor sob o peso de intermediários, — aqui controladores e "agentes de campo" — da burocracia exigida e, frequentemente, da corrupção. Casos recentes como os da mandioca de Pernambuco (Brasil), e do Senegal, rigorosamente semelhantes nos seus efeitos desmoralizadores, com deturpação total dos objetivos iniciais de fomento rural, mostram apenas que não se substitui impunemente a transnacional pela macro-rede estatal.

terceiro mundo - 45



O Estado subdesenvolvido busca realizar os interesses das classes dirigentes locais

que compõem a atividade econômica. A informática progrediu mais rapidamente do que ele poderia ter sonhado e, no entanto, os sobrecustos administrativos gerados pela centralização, seja nos países socialistas, nos países capitalistas desenvolvidos ou nos países subdesenvolvidos, atingiram tal nível, a gestão econômica tornou-se tão complexa que o processo de inversão de tendência, da centralização para a descentralização, tornou-se inevitável.

As propostas de municipalização, de desenvolvimento regional integrado, adquirem assim



Entre o privado e o estatal centralizado, aponta-se, evidentemente, para as estruturas municipais mais leves, e controláveis pela comunidade local na medida em que a sua dimensão as torna relativamente mais transparentes, e em que não atinge a dimensão a partir da qual cargos de gestão se tornam fonte de força política e de capacidade de reprodução de privilégios.

Inversão da tendência

Dizia Oskar Lange, um dos maiores planejadores que a Polônia teve, que, com o tempo, o progresso da informática permitiria definir a nível centralizado o problema da coerência entre os milhões de pequenas decisões

uma nova viabilidade. No entanto, o fato é que mesmo as experiências tentadas com apoio de governos não tocam nas estruturas globais, externas e internas, que em grande parte determinam o sucesso ou não das experiências.

Muito pouco foi feito tanto na Nigéria quanto no Brasil para se tocar no sistema Norte-Sul, nas estruturas internas de concentração da renda, nas estruturas do Estado, no controle das redes de serviço, nos sistemas de financiamento e de acompanhamento de projetos.

Um fato novo nesse conjunto é, sem dúvida, o tempo. Os recentes relatórios da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), da OMS (Organização Mun-

dial de Saúde) e do próprio Banco Mundial, não deixam dúvidas quanto à gravidade da situação: 10 milhões de crianças de menos de 5 anos morrem por ano neste nosso capitalismo subdesenvolvido, de uma causa tão prosaica como a fome. Das 125 milhões de crianças nascidas em 1982, segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 17 milhões não chegarão aos cinco anos. O Banco Mundial alerta para a elevação da população em situação de pobreza absoluta, que atingia 800 milhões de pessoas em 1980. René Dumont aponta, nos seus sucessivos estudos, para a destruição das terras pela monocultura de exportação e para a destruturação das comunidades rurais, tecido social tão subestimado da produção agrícola, e tão lento de se recompor.

O Plano de Ação de Lagos contém a declaração de 48 chefes de Estado, de que serão necessários esforços heróicos para simplesmente manter os povos na situação atual de subalimentação. E o Brasil, que já se declara com uma economia capitalista "madura", consegue o sexto lugar no mundo em quantidade de subnutridos...

O modelo centralizado de modernização está se esgotando, generaliza-se a compreensão do aspecto político e social do desenvolvimento econômico, torna-se cada vez mais claro o drama da modernização que se desvincula das condições culturais e econômicas do grosso da população, revalorizam-se as bases rurais do desenvolvimento industrial.

O que não podemos deixar de ver, no entanto, é que o conjunto desta orientação tem pouca perspectiva — e compreende-se perfeitamente a falência de tantas experiências-piloto de desenvolvimento descentralizado — se não se encara e promover as modificações de estrutura bem mais amplas que ela exige. ●

Da prosperidade à crise

Atravessando uma grave situação financeira, o país do *apartheid* compromete sua imagem de solidez econômica que Pretória projetou no mundo

Gabriel Omotozo

A imagem de solidez econômica que com grande esforço o regime da África do Sul procurou projetar no cenário internacional, ficou comprometida depois que Pretória colocou-se na fila dos governos que solicitam auxílio ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Depois de ter recorrido nos últimos meses aos bancos internacionais à procura de empréstimos que, segundo as autoridades econômicas sul-africanas, provocaram um endividamento muito alto, o governo de Pretória pediu ao FMI um maxicrédito de 1,1 bilhão de dólares.

A modalidade dessa operação significará, para o regime racista, a submissão às condições do FMI, que podem acarretar contradições com a política econômica do regime e com certas instituições relacionadas com o *apartheid*.

Ouro e fatores estruturais

O delegado sul-africano solicitou o crédito ao Fundo em 5 de outubro e embora se soubesse, há tempos, que a economia sul-africana estava em apuros, os dados e análises que circularam depois do pedido deixaram como resultado uma mudança de imagem que constitui mais uma preocupação para Pretória.

A origem dos problemas está no déficit do balanço de pagamentos, que atingirá um ponto recorde este ano.

A causa imediata desse défi-

cit é a queda do preço do ouro, metal do qual a África do Sul é o maior produtor mundial, mas também influem fatores estruturais.

O *boom* do preço do ouro se registrou em fins da década passada e o preço recorde foi de 850 dólares a onça. A alta excepcional incrementou notavelmente o valor das exportações e, já que se verificou durante um período relativamente prolongado, proporcionou ao país um elevado poder aquisitivo.

Durante aqueles anos, o regime esteve em condições de sanear sua economia, porém se comportou como se o *boom* fosse eterno. Assim, aumentou verticalmente seus gastos militares e expandiu o sistema burocráti-

co e de subsídios que mantém o *apartheid*.

A tendência se inverteu com a subida do dólar e as altas de juros nos Estados Unidos, que fizeram com que o interesse dos capitais especulativos se voltasse para o ouro, cuja cotação portanto desceu.

Em junho deste ano, a onça de ouro foi cotada em 358 dólares e apesar de que, quando Pretória recorreu ao FMI tivesse havido uma reanimação (em 11 de outubro foi cotado a 438,5 dólares na Bolsa de Londres), os dados sobre o balanço de pagamentos revelavam uma situação insustentável.

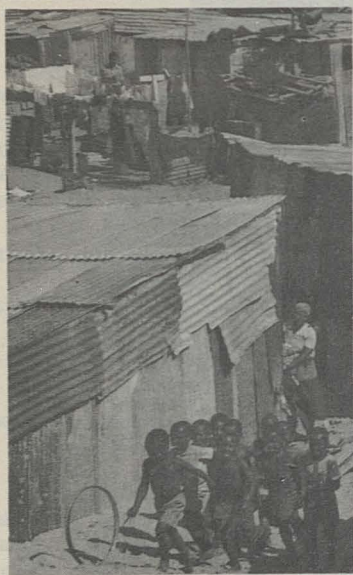
Incapacidade ou erro de cálculo?

O auge da prosperidade tinha ocasionado, em 1979, um superávit de 3,3 bilhões de dólares no balanço de pagamentos. Mas a incapacidade ou o erro de cálculo, que impediu a contenção das importações quando o quadro se modificou, ficou em evidência em 1981, marcando um déficit de mais de quatro bilhões de dólares.

O déficit será maior, segundo as estimativas para este ano, to-



Reunião do FMI: possibilidade de contradições com o "apartheid"



A fachada de prosperidade dos brancos não consegue esconder a crise econômica que atinge, principalmente, a maioria negra.

talizando um recorde negativo de cerca de seis bilhões de dólares.

Em relação ao crescimento econômico, ocorre o mesmo. Depois do considerável aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) em 1980 — 8,1% —, baixou para 4,6% em 1981 e a menos de um por cento para este ano, segundo as previsões que também anunciam uma taxa de crescimento negativo para 1983.

Se a retórica racista de plena adesão aos princípios do liberalismo econômico correspondesse à realidade, a intervenção dos inspetores do FMI não causaria espanto.

Mas independente de o FMI, controlado pelo maior aliado da África do Sul, os Estados Unidos, se decidir ou não impor as

mesmas rígidas condições que aos demais países do Terceiro Mundo, o certo é que, do ponto de vista ortodoxo e sobretudo do tradicional Fundo, a economia sul-africana configura um quadro de anomalia incompatível com suas receitas. A África do Sul utiliza um sistema duplo de câmbio, concede subsídios aos produtores agrários e mantém uma burocracia exagerada, três aspectos que deveriam ser corrigidos, mas que encontrarão a firme oposição dos círculos racistas.

Manutenção do "apartheid"

O gigantismo burocrático é indispensável para que Pretória mantenha o sistema de segregação racial, que implica um sem-número de mecanismos de controle sobre a subjugada população de cor, majoritária (os brancos só constituem 19% da população).

Os subsídios agrícolas absorvem recursos enormes, por meio de facilidades, como por exemplo, créditos baratos. Trata-se de um instrumento que favorece exclusivamente os agricultores brancos, que são precisamente a base do Partido Nacional, governista.

Como uma preparação ou adequação parcial às previsíveis exigências do FMI, antes de apresentar o pedido, as autoridades tomaram algumas medidas que afetam aquelas instituições racistas: desvalorizaram o rand¹ em 35% em relação ao dólar, e aumentaram o imposto geral sobre as vendas de quatro para seis por cento.

Esse imposto, que prejudica, de forma particular, os setores de menores receitas, isto é, a pauperizada maioria negra, indica quais são aqueles que receberão a maior carga da crise que atinge a economia sul-africana. ●

1) moeda nacional sul-africana

Os três círculos da "segurança global"

A invasão de Beirute e o massacre de Sabra e Shatila são apenas um indício de até onde Sharon e Begin podem chegar

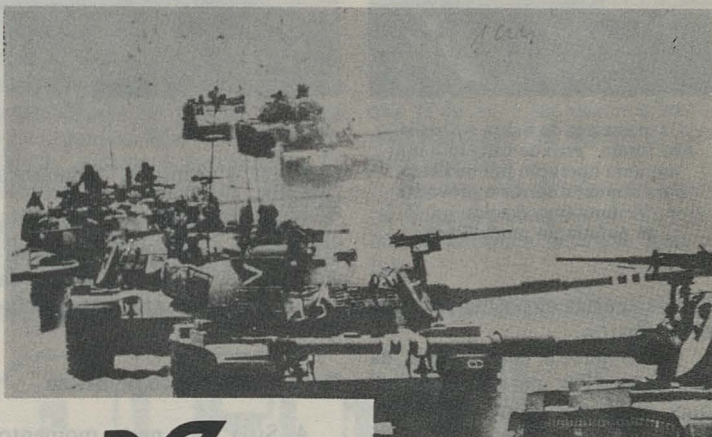
Esteban Valenti

“Os interesses e a estratégia defensiva de Israel não se limitam aos países árabes do Oriente Médio, ao Mediterrâneo e ao mar Vermelho, mas por razões de nossa segurança nos anos 80 devem estender-se e incluir países como a Turquia, o Irã, o Paquistão, e regiões como o golfo Árabe e a África. Particularmente, os países da África Central e do Norte.”

Com esta frase que não deixa lugar a dúvidas, o ministro da Defesa de Israel, general Ariel Sharon, definiu a estratégia do atual governo de Menahem Begin, em palestra realizada no Instituto de Estudos Estratégicos, em dezembro último, em Telavive.

Ampliando este conceito, o ministro-general explicava recentemente: “O fato é que Israel é um país muito especial. E é por isso que ele tem de enfrentar problemas gerais de segurança global. Tais problemas foram resumidos em três círculos. O primeiro círculo, o terrorismo palestino. O segundo, o enfrentamento com os países árabes, que ainda hoje nos ameaçam com 13 mil tanques. O terceiro círculo, o expansionismo soviético que vem se estendendo há muitos anos no Oriente Médio e na África”.

Essa síntese do pensamento da “segurança global” e da teo-



PAZ AGORA

שלום עכשיו

Apesar da reação interna (“Paz Agora”), Israel se arma para objetivos mais amplos

Sabra e Shatila que comoveram a opinião pública mundial com suas imagens aterradoras, fazendo Israel pagar um alto preço político, não são, infelizmente, como alguns pretendem, uma consequência inevitável da guerra. São uma ferida que pode nos mostrar, se formos observadores atentos, uma doença muito mais profunda e grave que ameaça a convivência pacífica e as relações internacionais.

Ora dos “três círculos”, pode dar uma idéia do perigo, não só para a região mas para o mundo todo, que implicam os planos bélicos do atual governo israelense.

Os massacres nos campos de

Os tanques israelenses que invadiram o Líbano, em uma operação sem precedentes históricos mesmo nesta conturbada região, são uma clara expressão do tipo de aplicação que os setores mais belicistas de Israel pretendem



Os massacres de Sabra e Shatila não foram "erro de cálculo", mas sim uma operação premeditada para semear o terror e provocar uma fuga maciça da população muçulmana



dar às teorias expostas pelo general Sharon.

Os objetivos declarados da operação "Paz para a Galiléia" que, de acordo com serviços de inteligência norte-americanos, já provocou de 8 a 12 mil mortos e 50 mil feridos, foram não só a destruição das bases da OLP mas provocar também um êxodo maciço de toda a população palestina.

O massacre de Sabra e Shatila "não foi um erro de cálculo", afirmou um observador da ONU em Beirute, mas uma operação premeditada para semear o terror e provocar uma fuga maciça de população muçulmana, e especialmente palestina, da capital.

Nesse contexto, a criação de um governo no Líbano, que dependesse do ponto de vista político exclusivamente dos tanques israelenses e das armas de Telavive, era um elemento chave do plano Begin-Sharon.

Diante deste fato, surge a pergunta: que projeção posterior

pode ter o plano da "segurança global"?

Naturalmente, começarão a atuar sobre os círculos sucessivos, isto é, os países árabes da região e a Síria em primeiro lugar.

O valor estratégico de Bekaa

A Síria tem neste momento 30 mil homens no vale do Bekaa e esta mobilização se justifica não tanto do ponto de vista político interno do Líbano, mas fundamentalmente por um fator militar: o vale está localizado em uma posição estratégica insubstituível para a defesa do território sírio. A partir daí, as colunas blindadas de Sharon poderiam penetrar profundamente em território sírio e cercar a capital, Damasco.

Esse vale, que mudou tantas vezes de nome através dos séculos, foi cenário na antiguidade de todas as invasões dos povos da península de Anatólia e do resto da Ásia Menor em direção à Palestina e ao Egito, e é um ponto-chave para toda a região.

Uma agressão contra a Síria, ou contra suas forças localizadas

no Líbano, pode modificar totalmente a situação dessa zona.

A Síria assinou em 1980 um Tratado de Assistência Militar com a URSS, que embora não incluía as forças que forem deslocadas fora de seu território, determina uma co-responsabilidade soviética na defesa do país.

Atacar as forças sírias no vale do Bekaa implica, necessariamente, atacar sua retaguarda, as zonas de abastecimento, e conduziria a uma espiral onde entrariam obviamente em ação as cláusulas do tratado sírio-soviético.

Em última análise, os observadores militares consideram que o alto comando israelense, que conta basicamente com o apoio dos setores mais belicistas dos Estados Unidos, poderia se sentir tentado a lançar uma operação que desestabilizasse toda a região.

Os Estados Unidos enviaram a Israel, do mês de fevereiro de 1980 até o momento, mais de 1,8 bilhão de dólares em ajuda militar. Trata-se das mais sofisticadas armas e sistemas bélicos produzidos pela indústria norte-americana. Inclui dos caça-bombardeiros e caça-interceptadores

bi-sônicos F-15 e F-16, aos canhões automáticos de 155mm ou os sistemas de mísseis ar-ar, ar-terra e terra-ar, que constituem a coluna vertebral do poderoso dispositivo militar israelense.

Essas armas estão integradas num esquema que, para qualquer observador militar, demonstra claramente seu conteúdo fundamentalmente ofensivo.

As operações no Líbano, combinando a aviação, a artilharia de campanha e a marinha, com penetrações fulminantes de blindados e de infantaria motorizada, constituem uma demonstração das doutrinas e dos esquemas operacionais táticos e estratégicos que o general Sharon e seus comandados dirigem e experimentam.

Os 45 mil homens que intervieram diretamente nas operações ou na ocupação dos territórios do Líbano, e os 40 mil prontos para entrar em ação, não po-

dem ter sido mobilizados só para a luta contra os combatentes da OLP.

É verdade que em Tiro, Sidon e Beirute o exército de Begin encontrou, por parte dos combatentes da OLP, uma duríssima resistência. Tanto é verdade, que o correspondente do jornal israelense *Maariv*, afirmou que "devemos reconhecer a coragem dos combatentes que estamos enfrentando nesta guerra e considerá-los seriamente".

Mas o dispositivo militar é, de todas maneiras, excessivo. Seus objetivos são muito maiores, mais vastos, mais complexos.

E quais são? A invasão da Síria? A ocupação de todo o Líbano? A perspectiva de uma guerra generalizada na região? Ou será que o general Sharon e o *premier* Begin, autores e executantes da teoria da "segurança global", pretendem manter permanentemente tensa a região, desfechando golpes em diferentes direções?

O ataque ao reator nuclear experimental no Iraque, realizado pela aviação israelense em junho de 1981, é, dentro dessa ótica, uma confirmação sinistra de até onde podem chegar os círculos do general Sharon.

A onda de horror que comoveu o mundo provocada pelos massacres de mulheres, crianças e anciãos nos campos palestinos de Beirute, cometidos com a cumplicidade e a participação das tropas israelenses, produziu, sem dúvida, efeitos importantes dentro do próprio Israel.

Mas nem todos os que ergueram a voz de protesto naqueles dias enxergaram que os 1.500 mortos de Sabra e Shatila podem ser uma pálida imagem do horror que pode vir a ser desencadeado pela aplicação dos planos de Begin e Sharon.

Em um dos círculos do general Sharon poderia explodir uma bomba atômica, e então seria o fim...

CHASQUI

REVISTA LATINOAMERICANA DE COMUNICACION

- POR UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA
- NOVAS CORRENTES TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO
- COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
- INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS
- DEMOCRATIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIVOS

Dirija-se a CHASQUI, apartado 584, Quito, Equador



Goiânia, outubro de 1982

Sr. Editor,

aqui estão alinhavadas estas "Notas Pelo Direito à Indignação". Foram escritas diante do horror desencadeado pelos carneiros Begin-Sharon sobre as populações Palestina e Libanesa.

Estas "Notas" nada têm a ver com a ourivesaria da literatura ponderada... É uma poesia suja porque reivindica a paixão e não a "neutralidade". É suja para ter forças suficientes para gritar dentro dos limites do verso ou fora deles contra a selvageria dos terroristas que governam Israel.

SANAÚD*

(Ou notas pelo direito à indignação)

Sangram cedros calcinados
no Vale de Bekaa.

Sangram cérebros triturados
sob as areias de Sabra e Shatila.

Sob paredes dinamitadas
brotam braços
como gritos,
como lírios degolados.

entre ferros retorcidos
explode a imprevista
cabeça dos cavalos
— os olhos vazios
buscando decifrar inutilmente
a ferocidade dos homens —,
escorre o cheiro gosmento
da peste que antecede
o assalto dos vermes.

O silêncio devorou
os faróis do Apocalipse.
Os faróis de Sharon
a varrer o rosto dos anciãos/
adormecidos,
os faróis de Sharon
a iluminar os punhais de Haddad.

* Sanaúd: palavra árabe que significa: "Voltaremos".

Desatou-se do céu
sangrando

um vento cego,
um vento sem misericórdia
a sepultar sob a areia
os olhos assassinados
— estrelas de espanto —
das crianças de Sabra e Shatila.
Desatou-se do céu violeta
um vento de misericórdia
a varrer, minucioso,
a memória dos vivos
(os olhos que visitaram
a carnificina,
oficina enlouquecida
de Sabra e Shatila,
gritam pela piedade
do esquecimento
para seguir vivendo.)

O grito devorado
pela boca feroz do silêncio
explodiu na ante-sala do império.
E desatou sua gangrena
sobre a mesa dos povos.
Impossível comer.
Impossível dormir.
Impossível prosseguir
sem polir cuidadosamente a memória
da sombra dos vermes que a corroem.

Que os assassinos
organizem comissões
para apurar os assassinatos.
E punir...
E poderemos retornar à paz
dos escritórios,
ao sono interrompido dos/
indiferentes.

Quem não decifra,
nesta manhã de mortos incontáveis,
a bengala que sustenta Begin?
Que ventre gestou
o vôo alucinado
dos bombardeios?

As bombas de fósforo
despejadas até a instância
tirânica

do desespero?
Que braços acalentaram o fogo
que destruiu Beirute?
Que nome leva o metal dos obuses,
a lagarta dos tanques
que retalharam a carne do Líbano?
Eu conheço a bengala de Begin,
entalhada nos ossos do massacre.

Treblinka, Auschwitz, Dachau,
Babi Yar

cobrirão com seu manto de horrores,
os horrores de Tal El-Zatar
Sabra e Shatila?

Depois de toda ferocidade,
apenas carne
no silêncio dos matadouros.
Nos punhais de Haddad
brilha uma estrela gamada.

Diante destes olhos,
exaustos navegantes
de outras tormentas,
desdobrou-se um campo
de espigas maduras.
Um impossível trigal
filho do sal
e das pedras do deserto.
Espigas infinitamente repetidas
até o sangrento horizonte de Bekaa.
A força do deserto

me traga, me domina,
me arrasta sonâmbulo
no seu torvelinho
ao estreito território
da miragem
que a pulsação do tempo
sempre adia.

Aqui vejo com os olhos dos meninos
de Sabra e Shatila
o ouro tenso das espigas palestinas.
Apalpo e não encontro
o grão que alimenta
que faz a massa
e nutre o sonho
da geração que virá
porque não virá nenhuma geração.

O grão aqui não é ouro.
É o estanho refundido
nas usinas do desespero.
É o grão que da morte se alimenta
com seus dentes de luz,
e morde a alma dos soldados
de Haddad.

Quando retornar o vento,
e a memória retornar
da terceira margem da dor
recomporemos os corpos,
o imenso grito soterrado,
nas valas comuns
cobertas de cal.
Recomporemos um canto
de terra vento e fuzis.
E traçaremos sobre a areia
com gesto de orvalho e estrela
a palavra "SANAÚD".

Pedro Tierra

Goiânia, setembro de 1982

Indira em Washington

Ao visitar o presidente Reagan, a primeira-ministra indiana reafirma sua imagem de independência ante as grandes potências

Ash Narain Roy

A recente viagem da primeira-ministra Indira Gandhi aos Estados Unidos pode ser chamada de viagem histórica, não só à luz de sua desastrosa visita anterior a Washington em novembro de 1971, mas também em termos dos resultados concretos das conversações com o presidente Reagan e outras altas autoridades do governo republicano.

O principal objetivo da visita de Indira Gandhi era, segundo expressou um diplomata indiano, "eliminar a má vontade dos Estados Unidos em relação à Índia", e dar início a um processo de amizade e melhor compreensão entre Washington e Nova Déli. Esse objetivo foi plenamente alcançado. O tom da visita foi estabelecido pelas palavras de alto louvor de Reagan em relação à Índia. O presidente norte-americano teve um gesto de cordialidade para com a ilustre visitante, trazendo para o relvado da Casa Branca uma orquestra sinfônica nova-iorquina conduzida pelo maestro Zubin Mehta (nascido em Bombaim) como fecho de ouro de um dos jantares mais elegantes já oferecidos pelos Estados Unidos a um dignatário estrangeiro. E até os meios de comunicação, que no passado haviam-se mostrado injustamente hostis à Índia e especialmente a Indira, tudo fizeram para melhorar a imagem do país e de sua líder.



Indira: "Somos um país não-alinhado"

Igual sucesso teve a primeira-ministra ao apresentar as opiniões de seu governo em relação a certas questões delicadas, bem como as "circunstâncias imperiosas" que a levaram a adotar certas linhas de política. Ao retornar à Índia, ela declarou aos jornalistas que estava muito satisfeita com sua viagem: "Acredito que conseguimos criar uma atitude amistosa e de maior compreensão, mas só o tempo poderá confirmá-lo".

O conflitivo reator de Tarapur

As relações indo-norte-americanas têm passado por muitos altos e baixos (mais baixos do que

altos). Desde a independência indiana, as diferenças de pontos de vista vêm causando choques entre os dois países. A Índia adotou desde a sua independência uma política de não-alinhamento, classificada por John Foster Dulles como "imoral". Foi esse mesmo Dulles que dividiu o mundo em dois lados — um lado Bom e um lado Mau — sendo o lado mau representado pelo comunismo, e o lado bom o dos países que se opõem ao comunismo. A Índia recusou-se terminantemente a aceitar essa dicotomia.

A tensão entre os dois países aumentou quando os Estados Unidos usaram o Paquistão, adversário da Índia, como elo importante da cadeia de alianças anticomunistas. Com relação à Cachemira, província disputada pela Índia e pelo Paquistão e eterno motivo de discussões na ONU, os Estados Unidos sempre se opuseram à reivindicação indiana, enquanto a União Soviética dava um apoio constante à Índia. Foi nesse contexto que o Ocidente condenou a tomada do enclave português de Goa, por parte de Nehru, em uma decisão que recebeu a adesão incondicional do bloco socialista. Além disso, durante a guerra de libertação nacional de Bangladesh, os Estados Unidos se alinharam uma vez mais com o Paquistão contra a Índia. Em virtude da chegada de milhões de refugiados de Bangla-

desh, e para salvaguardar sua frente estratégica e diplomática numa guerra contra o Paquistão de resultado incerto, a Índia assinou em 1971 um tratado de paz e amizade com a União Soviética o que obviamente irritou os Estados Unidos.

Porém, nenhuma destas questões teve repercussão tão negativa sobre as relações indo-norte-americanas quanto o problema do fornecimento de urânio enriquecido à usina nuclear de Tarapur. A controvérsia surgiu quando a Índia detonou seu primeiro artefato nuclear no deserto de Rajastan em 1974. Os objetivos norte-americanos de evitar a proliferação de armas atômicas, entraram em conflito com os objetivos indianos de conseguir auto-suficiência na área nuclear. Ignorando as obrigações contratuais assumidas pelos Estados Unidos em 1963, o governo Carter negou o suprimento de combustível nuclear à Índia. A lei contra a proliferação de armas nucleares, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1978, não só barrava o fornecimento de combustível, mas condicionava a abertura das usinas indianas à inspeção internacional. Como os Estados Unidos se recusassem a rever essa lei, e como o governo da Índia se recusasse a ceder, o acordo esteve prestes a ser denunciado unilateralmente.

Indira Gandhi encontrou uma solução viável para esse antigo problema após sua visita aos Estados Unidos: ambos os governos concordaram em deixar que a França forneça o combustível para a usina nuclear indiana de Tarapur. Num breve comentário, o *Indian Express*, de Nova Déli, diz que esse novo acordo "representa apenas uma forma muito engenhosa de contornar a contradição em que caíram os Estados Unidos ao darem à sua Lei de Não-Proliferação Nuclear efeito retroativo sobre um acordo internacional referente a

Tarapur, assinado 15 anos antes, ao mesmo tempo em que preservavam as condições restritivas do acordo de 1963". O semanário *Time* estava, portanto, certo ao dizer que "embora não tenham resolvido o problema, os dois lados conseguiram introduzir certas sutilezas".

O novo acordo vem sendo alvo de críticas ferrenhas nos Estados Unidos. Em tom de desespero, um deputado democrata observou: "A Índia vai receber urânio e a política norte-americana de não-proliferação vai por água abaixo". Por sua vez, um editorial do *New York Times* qualificou a transação de "triste símbolo do escasso interesse demonstrado pelo governo Reagan no tocante à não-proliferação de armas nucleares".

No entanto, parte da disputa continua pendente: deve a Índia, segundo os termos do tratado de 1963, obter permissão dos Estados Unidos para reprocessar o combustível de Tarapur? Os Estados Unidos dizem que sim, a Índia diz que não.

Armas para o Paquistão

Outro objetivo de Indira Gandhi, não declarado publicamente, era dissuadir o governo Reagan no tocante ao suprimento de caças F-16 ao Paquistão. Ao lhe perguntarem se o Paquistão seria capaz de utilizar esses caças contra a Índia, ela respondeu: "Mesmo sem estar tão bem equipado, o Paquistão já invadiu a Índia várias vezes. Após o fornecimento de equipamento militar pelo presidente Eisenhower, eles se viram de repente dez anos à frente da Índia... Agora, fizeram outro avanço de dez anos. E isso preocupa, não só a mim, mas a toda a população indiana". Por outro lado, a primeira-ministra se mostrou cética ante a hipótese de que o Paquistão viesse a usar contra a União Soviética as armas fornecidas pelos norte-americanos.

Convém notar que, embora Indira Gandhi não conseguisse impedir que o governo Reagan vendesse caças F-16 ao Paquistão, conseguiu convencê-lo de que os temores indianos eram algo mais que simples reflexos condicionados. A experiência dos Estados Unidos com Israel serviu para confirmar a preocupação da Índia e enfraquecer os argumentos norte-americanos. De qualquer modo, as conversações entre Indira Gandhi e Ronald Reagan constituíram um grande avanço no sentido de promover a distensão entre Nova Déli e Islamabad. Como declarou uma autoridade norte-americana: "Devemos fazer com que a Índia perceba que nossos interesses no sul asiático não são incompatíveis com os seus, e que o Paquistão não é a ponta de lança de alguma conspiração sino-norte-americana destinada a combater a influência indiana no sul da Ásia".

Outro objetivo da visita de Indira Gandhi aos Estados Unidos era fortalecer os laços econômicos entre ambos os países. Os Estados Unidos são o maior sócio comercial da Índia. O volume do comércio indo-norte-americano vem crescendo nos últimos anos, e passou de 1,8 bilhão de dólares em 1975 para 3 bilhões em 1981. Além disso, a Índia vinha sendo a maior beneficiária dos empréstimos da IDA, agência financeira do Banco Mundial, até que a decisão norte-americana de reduzir suas contribuições ao Banco passaram a afetar diretamente a Índia. Gandhi disse a Reagan que o corte desses créditos "brandos" representaria sério obstáculo ao desenvolvimento econômico da Índia e deixa-la em dificuldades para financiar programas de combate à pobreza. Tampouco neste ponto conseguiu convencer o presidente Reagan. De fato, teria sido melhor que ela houvesse mencionado a ajuda para o desenvolvimento no contexto mais amplo do diálogo



Os Não-Alinhados em Havana, 1979. A primeira-ministra quer anular as manobras da direita

Norte-Sul, reforçando assim as declarações atuais nessa área para futuras consultas ou conferências internacionais.

O problema afegão

Por ocasião da visita de Indira Gandhi a Washington, o *U. S. News & World Report* escreveu que "depois de mais de uma década de estreito relacionamento com a União Soviética, a primeira-ministra Indira Gandhi começa a afastar a Índia da órbita de Moscou e a encaminhá-la no sentido de relações mais amistosas com os Estados Unidos". Opinião errônea, que não leva em conta a linha independente adotada por Gandhi em sua política externa. Com efeito, a primeira-ministra indiana já disse em várias ocasiões que, embora a Índia pareça ser pró-soviética, "não deixamos que uma amizade supere a outra ou influencie nossas decisões e atos". Procurou mais uma vez desfazer quaisquer dúvidas quanto aos laços indo-

soviéticos, e afirmou: "Mantemos relações de amizade com a União Soviética, mas há quem procure ver algo mais, muito mais, no tratado de amizade e cooperação. Não concordamos com tudo o que os soviéticos fazem. Não aprovamos o sistema comunista. Estamos tendo dificuldades com os nossos comunistas e marxistas, dentro da própria Índia, mas isto não afeta nossa política global de coexistência com o maior número possível de países".

O recém-concluído acordo indo-francês para a compra de caças *Mirage 200* no valor de 1,3 bilhão de dólares também foi interpretado erroneamente pela imprensa ocidental como exemplo de afrouxamento dos laços indo-soviéticos. Em resposta à pergunta de por que a Índia não comprava armas dos Estados Unidos, Gandhi respondeu que tais decisões são tomadas à base de fatores como custos e transferência de tecnologia, pelo país vendedor, de modo a possibilitar

a fabricação nacional. Exemplo disto são as relações comerciais indo-soviéticas. O comércio entre os dois países ultrapassa os dois bilhões de dólares por ano, nos termos de um acordo de trocas que poupa divisas a ambos os governos. Somente este ano, a União Soviética terá fornecido à Índia mais de 15 milhões de barris de petróleo cru — quase um quinto do consumo indiano — sem exigir que a Índia faça o pagamento em dólares, moeda de que o governo indiano necessita para pagar outros fornecedores estrangeiros.

Por outro lado, a União Soviética já ofereceu armas à Índia em ocasiões em que o Ocidente se recusava a fornecê-las (em 1971), e ficou ao lado da Índia nas Nações Unidas por ocasião de problemas críticos, como Cachemira, Goa, e as guerras indo-paquistanesas etc.

No caso do Afeganistão, a Índia adotou a posição de que a União Soviética não deveria ser a única criticada, uma vez que os



Indira e Nehru: não se deixar envolver pelas rivalidades das superpotências

Estados Unidos frequentemente interferem nos assuntos de certos países em desenvolvimento. “Nesta, como em outras questões internacionais — disse Gandhi — não pendemos para nenhum dos dois lados”. E acrescentou: “Analisamos cada questão do ponto de vista indiano e em termos do direito da humanidade a uma vida pacífica e melhor”. Segundo ela, uma solução viável do problema afegão exigiria não somente a retirada das tropas soviéticas, mas também a eliminação de outras interferências nos assuntos internos do Afeganistão. “Sabemos que existem outras interferências que devem ser levadas em conta”. E disse francamente a Reagan que ouvira de ministros afegãos em visita à Índia que as chances de um acordo aumentariam quando certos países ocidentais deixassem de prestar assistência a “rebeldes” afegãos.

Não-alinhamento

Talvez o objetivo mais importante da visita de Indira Gandhi aos Estados Unidos fosse convencer o governo Reagan de que a Índia não pertence a qualquer grupo de poder, e de que possui todas as credenciais de um país genuinamente não-ali-

nhado. “Somos uma nação não-alinhada, — disse Indira à NBC — e acreditamos que isso convém tanto a nós quanto aos interesses da paz mundial”. Lembrou ela que depois que a Índia adotou essa política, sofreu duros ataques, e que seu pai, Jawaharlal Nehru, foi chamado de comunista. Se a Índia optou pelo não-alinhamento é que estava convencida de que tinha problemas muitos graves a resolver, e não poderia resolvê-los se se deixasse envolver nas rivalidades que separavam as superpotências, disse.

Indira Gandhi vinha sofrendo um isolamento em certos setores do mundo não-alinhado em razão de não ter-se mostrado muito crítica diante da intervenção soviética no Afeganistão, e por ter reconhecido o regime de Heng Samrin no Campúchea, ao qual se opõem os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia, Indonésia e Singapura). Isto poderia ser problemático ante a perspectiva de assumir a liderança no mundo não-alinhado, desde que surgiu a possibilidade de realizar na Índia a 7ª Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados, já que a realização da conferência em Bagdá tornou-se duvidosa em decorrência da guerra entre o Irã e o Ira-

que. E, agora que a nova reunião foi marcada para fins de fevereiro de 1983 em Nova Déli, ela pretende fazer o possível, como diligente estadista, para conquistar apoio e respeito em relação à sua política externa. Indira Gandhi está perfeitamente informada quanto às dissidências internas do movimento e quanto às manobras imperialistas que visam desestabilizá-lo. A primeira-ministra quer evitar divisões como as que se tornaram tão evidentes na reunião de Havana em 1979, sobre a questão de aprovar uma resolução na qual a União Soviética era qualificada de aliada natural dos países não-alinhados. Assim, sua visita aos Estados Unidos serviu de plataforma para afirmar suas credenciais de país não-alinhado, mas também em termos de anular de antemão as manobras de certos elementos reacionários do movimento.

Finalmente, para desviar a atenção do povo indiano dos problemas internos, tratou mais uma vez de reativar o papel da Índia como potência regional. Suas recentes visitas a dezenas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como sua iniciativa pessoal no sentido de realizar na Índia o diálogo Sul-Sul e a próxima conferência regional da Comunidade Britânica, além da próxima reunião de cúpula do Movimento de Não-Alinhamento, foram todos motivados por seu desejo de assumir a liderança do Terceiro Mundo. A importância da Índia em assuntos internacionais diminuiu durante seu governo de emergência e sob o regime Janata. Ao retornar ao poder em janeiro de 1980, Gandhi pôde novamente dar projeção ao seu país, e reconquistar para a Índia a posição destacada entre os líderes do Terceiro Mundo que teve Nehru em sua vida e se transformar no porta-voz natural das nações em desenvolvimento no Hemisfério Sul.

OPOSIÇÃO? SÁTIRA?
MOLECAGEM? SÓ NO
PASQUIM!

TODA QUARTA-FEIRA
NAS BANCAS!

MAS FAZENDO UMA
ASSINATURA SAI
MAIS BARATO!



EDITORA CODECRI LTDA.

Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ.

quero fazer uma assinatura do PASQUIM. Para
isso estou enviando cheque nominal à EDITORA
CODECRI LTDA. no valor e prazo anotados
abaixo.

**Assinatura
anual
4.800,00**

EXTERIOR - 150 dólares

**Assinatura
semestral
2.800,00**

EXTERIOR - 90 dólares

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST



25 anos de satélites O emaranhado de olhos espaciais

Desde o lançamento do primeiro Sputnik, em 1957, ainda não sabemos, concretamente, para que servem os satélites e qual o papel que representam para a Humanidade

*Fernando Reyes Matta**

Tudo começou com Arthur C. Clark, o escritor britânico de ficção científica que em meados dos anos 40 previu a possibilidade de colocar um satélite artificial no espaço, girando à mesma velocidade da terra. Se isso fosse possível, o satélite apareceria em relação à terra "estacionado" no firmamento. O resto consistia em utilizar o método clássico do espelho: receber um raio de luz e projetá-lo.

A era dos satélites teve início nos primeiros dias de outubro de 1957, com um enigmático "bip-

bip": os soviéticos haviam lançado o *Sputnik I*. Poucas semanas depois, os norte-americanos colocavam no espaço o *Explorer 1*. Tudo isso ocorreu há um quarto de século. Às vezes, é bom usar o pretexto dos aniversários para nos fazer refletir um pouco.

O mundo de hoje vive entregue a um dia-a-dia determinado pelos satélites de uma maneira muito mais profunda do que se possa imaginar. Já não se trata só das imagens que a televisão projeta vindas de qualquer lugar do mundo, da proximidade

com que a produção se torna simultânea para audiências multilíngues e multi-raciais. Sem dúvida, essa é a presença mais evidente, e pode-se estar mais perto da *lady* Diana e do príncipe Charles que os turistas postados nas ruas de Londres. Ou avistar, com muito mais emoção e proximidade que o público do estádio, o menino que abriu uma bola de futebol para deixar voar

* Pesquisador do Ilet (Instituto de Estudos Transnacionais) e diretor do boletim Altercom editado por essa organização

um pombo na solenidade de abertura do campeonato mundial. A tela da televisão é devorada à distância, e esquecemos o longo percurso através do espaço que nos faz estar ali "ao vivo". Mas os satélites são muito mais do que isso.

Entre a guerra e a paz

O Comitê do Espaço dos Estados Unidos divulgou que as grandes potências se apossaram, praticamente, do espaço ultraterrestre, apesar de ser um patrimônio universal de toda a humanidade. Existem atualmente 4.645 objetos que giram em torno da Terra, dos quais a metade pertence aos Estados Unidos, 1.786 à URSS, 42 ao Japão, 32 à França, 9 ao Canadá, 6 à China, 1 à Austrália e outro à Itália. Em compensação, só sete satélites pertencem ao Terceiro Mundo: à Índia e à Indonésia. Esse relatório foi preparado por ocasião da recente conferência das Nações Unidas sobre o Espaço Ultraterrestre (*Unispace 82*), realizada em Viena, e que deixou claro que o espaço é o novo cenário das confrontações do mundo internacional.

A primeira *Unispace* (predomina o nome em inglês) foi realizada em 1968. Ainda era época das primeiras pesquisas e todos os países se apressaram em declarar o espaço como um grande laboratório de reservas da humanidade destinado a usos pacíficos. Tudo era experimental, o homem não havia chegado à Lua. Uma época em que os astronautas ainda eram notícia. Hoje já não é a mesma coisa. Dois cosmonautas ultrapassaram 120 dias de voo; chegam outros para fazer-lhes uma visita e retornam à Terra; uma mulher (a segunda a percorrer o espaço) faz uma visita e retorna; e tudo isso não passa das colunas destinadas às informações de menor importância. E quando há alguma façanha a destacar, como as viagens do



Houve época em que os astronautas eram notícia. Hoje, Gagarin e Tamayo Méndez (o astronauta cubano) já fazem parte do passado histórico do planeta

táxi espacial *Columbia*, não se percebe as verdadeiras missões cumpridas pela nave: demonstrar que pode funcionar no espaço para recolher satélites, para ajustar outros ou para "comer" os do inimigo. A militarização do espaço é cada vez maior. A guerra das Malvinas é uma prova disso. O Pentágono, por exemplo, fez um pedido à Nasa de uns 20 vãos do táxi espacial para viagens com fins militares. Por trás de tudo isso encontra-se a defesa daquilo que já foi chamado de "a fronteira alta".

Aperfeiçoamento técnico

As duas superpotências lançaram ao espaço, só em 1980, 103 satélites militares: 89 da União Soviética e 14 dos Estados Unidos. Mas o problema não é de quantidade mas sim de aperfeiçoamento técnico. Um dos satélites norte-americanos foi destinado exclusivamente como monitor, para estudar a guerra Irã-Iraque, segundo fora determinado pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri). Sua análise foi compilada em um relatório da Comissão Internacional de Desarmamento das Na-

ções Unidas, publicado em outubro do ano passado. Esse documento traz uma massa de informação sobre a utilização militar dos satélites na época contemporânea. Nos últimos dez anos, os Estados Unidos e a União Soviética gastaram 300 bilhões de dólares para pôr em órbita satélites espaciais (1.736), e 76% foram destinados para uso militar. "Isso não só substituiu o que era até agora a façanha científica mais importante do homem, mas demonstra que as superpotências levaram sua briga interna à estratégia MAD (*Mutual Assure Destruction*), já que, com o emprego de satélites, serão aumentadas as possibilidades de destruição e morte para milhões de seres inocentes em caso de uma eventual confrontação nuclear", assinala o relatório preparado por uma Comissão de doze diplomatas, humanistas e homens de ciência que trabalharam em cumprimento da resolução 33-91 D, da Assembleia-Geral da ONU.

Os "espões" do espaço

O relatório também dá conta da presença da China no espaço, que depois de se tornar o quinto

país a incorporar-se ao “clube dos lançadores de satélites”, conseguiu, em 1975, colocar em órbita um aparelho militar. Tanto este como a centena de satélites com missões militares colocados no espaço a cada ano podem ser agrupados em dois tipos de ação: 40% estão destinados ao reconhecimento, enquanto que 60% atuam como “espiões” para o estabelecimento de alvos inimigos nos dois continentes.

Depois de ter trabalhado quase durante uma década com os satélites *Big Bird* de reconhecimento (com uma média de existência, entre 50 e 200 dias), a Agência Central de Inteligência (CIA), concretizou em 1980 o quinto tipo dessa geração de satélites. O Projeto 1010 — segundo assinalava uma notícia do jornal mexicano *Excelsior* em outubro de 1981 — permite transmitir imagens simultâneas, em forma digital, para uma estação terrestre. O novo tipo de satélite, o KH-11, tem uma órbita 50 quilômetros mais alta que o *Big Bird* e seu tempo de duração chega a 700 dias. A informação desse satélite é processada por um sistema de computação que permite melhorar a transmissão obtida pelos sensores remotos. Além do mais, o KH-11 pode realizar transmissões de televisão com câmaras *Vidicon* de múltiplo espectro. A União Soviética também tem desenvolvido sistemas avançados de reconhecimento via satélite. Utilizando as técnicas de captação por sensibilidade remota, aperfeiçoou a transmissão de dados dos satélites *Plesetsk* e *Cosmos*. Esses últimos têm uma curta vida no espaço. Vão, registram e voltam. Assim, por exemplo, o *Cosmos* 1170, de alta sensibilidade fotográfica, foi lançado a 1º de abril de 1980 e recuperado no dia 13 do mesmo mês. Ou o *Cosmos* 1224 lançado a 1º de dezembro desse mesmo ano e recuperado no dia 15. Essa prática continua até o presente.

Negócios espaciais

Se os usos militares definem em grande escala os satélites de hoje, existem outras realidades que colocam outros aspectos desses instrumentos, mas nem por isso menos desconcertantes. Existe um lema nos bancos internacionais: “o banco está sempre aberto”. Se estão dormindo em Nova Iorque, alguém está ativo em Toquio, e quando se abrem as portas em São Francisco os banqueiros europeus podem ir descansar. A chave da interrelação é dada pelos satélites e por um sistema mundial: *Swift* (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications*). O sistema é a base das operações “stateless money” (algo assim como dinheiro sem controle estatal), que a revista *Business Week* definia, em agosto de 1978, como “um extenso e integrado sistema global de capital e dinheiro, quase totalmente fora das regulamentações governamentais e que permite a remessa de bilhões de eurodólares, euromarcos e outras divisas ‘stateless’ que se atropelam em torno do mundo durante 24 horas por dia”.

O *Swift* é só um dos tantos ramos da “sociedade informatizada”, que surgiu em consequência das comunicações via satélite e do desenvolvimento da microeletrônica. A união do computador com o satélite transformou a circulação de informações e dados no mundo atual. Isso provocou o fenômeno da Transmissão de Dados Transfronteiras (TDF, *Transborder Data Flow*) que constitui um dos mais críticos desafios à soberania e à segurança nacional de qualquer país, especialmente daqueles do chamado Terceiro Mundo.

Ameaça às soberanias nacionais

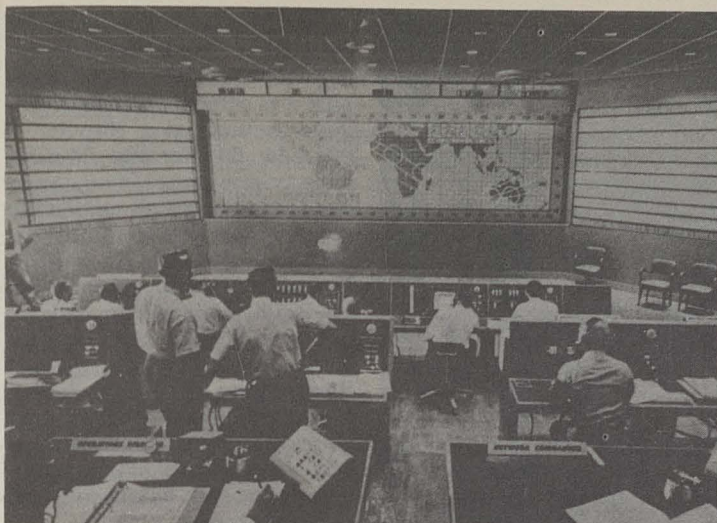
“A concentração extraordinária do mercado informativo, que

não tem paralelo em nenhum outro setor da economia mundial — assinalou a revista *South*, em janeiro deste ano — está ampliando a brecha existente entre o Norte e o Sul. As companhias obtêm dados nos países do Terceiro Mundo, processam-nos no Norte, obtendo verbas e trabalhos para sua indústria processadora de dados e os vendem posteriormente aos países de origem. A informação de importância sobre os países em desenvolvimento é armazenada especialmente nos Estados Unidos, o que é considerado uma ameaça à soberania nacional desses países”.

Toda essa operação de obtenção de dados e concentração dos mesmos é a chave para as operações das grandes corporações transnacionais. O mercado mundial, ou a “aldeia transnacional” como foi chamada pelo pesquisador holandês Cees Hamelink, exige a rápida circulação da informação e do uso constante dos circuitos de satélites. A mesma edição do *South* assinalou a respeito: “Em geral, os países em desenvolvimento não têm controle sobre a informação fornecida pelas subsidiárias das corporações transnacionais a suas centrais através da rede de computação. Pelo menos dez mil companhias sediadas em países em desenvolvimento têm filiais fora de seus próprios países. Mais de duas mil têm filiais em seis ou mais países. O conhecimento de dados ou recursos computadorizados por diferentes países pode significar que importantes decisões políticas, econômicas ou sociais que atingem um determinado país do Terceiro Mundo se encontrem fora de seu território”.

Fluxo informativo

A preocupação por essa presença externa em um país, ou pela invasão invisível, não é só do Terceiro Mundo. A França, na época de Giscard d'Estaing, já



A união do computador com o satélite transformou inteiramente o panorama das comunicações

havia criado uma comissão para o assunto que elaborou o *Relatório Nora-Minc* destinado a advertir sobre os perigos da dependência provocados pelas novas tecnologias da informática e da necessidade de reforçar a soberania nesse aspecto. A análise foi concentrada, especialmente, na forte presença da IBM na França e na capacidade dessa transnacional de obter e processar sem nenhum controle qualquer informação da realidade do país. De fato, a IBM chegou a ser uma das maiores transnacionais do mundo com volumes de venda, em 1981, de 17 bilhões de dólares e tem em suas mãos 50% da produção de computadores e serviços. Os satélites e as possibilidades de criar redes mundiais para o fluxo informativo desempenham um papel relevante em suas atividades. Uma dessas redes é a SBS (*Satellite Business Systems*), fundada por subsidiárias da IBM, da *Comsat General Corporation* e da *Aetna Life and Casualty Company*. Seu negócio é a rapidez de transmissão informativa para todo o sistema de processamento e decisões das grandes corporações.

Mas os satélites integram também uma série de outras redes, destinadas a usos mais amplos, vinculadas a necessidades de desenvolvimento. Os mais conhecidos, pelo uso que a televisão faz deles para anunciar o tempo, são os satélites meteorológicos. Entre 1958 e 1976 tinham sido lançados 116 satélites desse tipo. A cifra aumenta permanentemente, já que os dados meteorológicos também se tornaram uma referência essencial para as decisões das corporações vinculadas à agroindústria e à navegação.

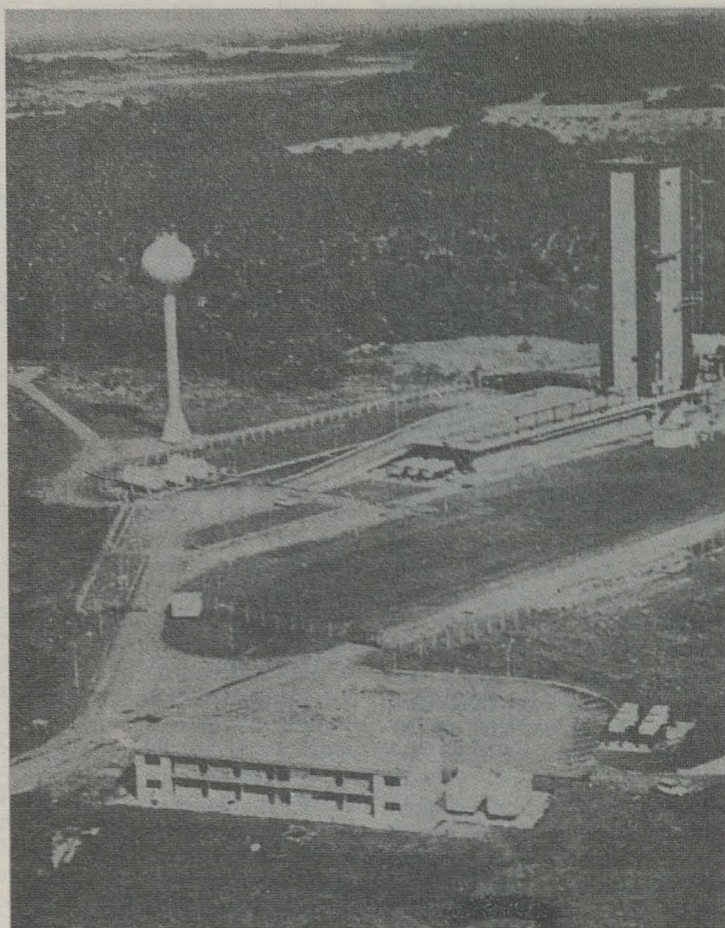
Colheitas e vozes

Mas é no âmbito da exploração do campo que os satélites, com instrumentos de alta sensibilidade, têm conseguido prestar serviços muito úteis à primeira vista, mas inquietantes quando surge a pergunta: quem usa esses dados e para quê? O mais conhecido desses satélites é o *Landsat*, destinado à observação das condições agrícolas, da potencialidade das próximas colheitas e das melhores condições do solo em qualquer lugar do mundo. Criado para a observação dos cultivos de trigo no mundo, especialmente da União Soviética, o *Landsat* se converteu num

“olho” espacial inquietante para os agricultores e peritos do campo em muitas partes do mundo. Na realidade, é um negócio que acarreta ao mesmo tempo grandes gastos para os países periféricos. A estação receptora do *Landsat* custa entre 5 e 10 milhões de dólares. A isso devem ser acrescentadas as despesas anuais de operação que são, aproximadamente, de um milhão de dólares, além de uma cota anual de 200 mil dólares paga à Nasa para a transmissão de dados. Dois exemplos ilustram bem esta situação: o Brasil (estação receptora instalada em 1975) teria gasto naquele ano 8,4 milhões de dólares e a Argentina (estação instalada em 1977) já teria chegado a seis milhões de dólares de despesas. A quantia pode não ser tão significativa se ela for relacionada à produtividade agrícola, mas essa relação não parece, por enquanto, ainda tão evidente. Pelo contrário, ela semeia inquietações e dúvidas sobre as novas formas de dependência que o sistema abrange. De fato, além disso, existe a intenção, por parte da administração norte-americana, de transformar o *Landsat* em um sistema privado, explorado por alguma corporação *ad hoc*. Em junho de 1980, o administrador da *National Oceanic and Atmospheric Administration*, Richard A. Frank, assinou que “o setor privado será eventualmente o proprietário e operador do Sistema *Landsat*”.

Os satélites no cotidiano

As utilidades dos satélites não param aí. Eles estão envolvidos com milhares de decisões cotidianas: reservas de vôos, transferências de dinheiro, informação sobre recursos naturais ou uma simples chamada telefônica requerem a utilização dos satélites. No mundo socialista, as comunicações telefônicas, as transmissões via telex e os sinais de televisão circulam através do siste-



O Brasil optou por lançar seu satélite através do foguete francês Arianne cuja base de lançamento (acima) está situada na Guiana Francesa

ma *Intersputnik*. No chamado mundo ocidental e na grande maioria dos países do Terceiro Mundo é evidente o predomínio da *Intelsat*.

A *Intelsat* foi criada entre 1964 e 1965 com um claro predomínio da entidade norte-americana *Comsat*, mantido até hoje. No entanto, o acordo definitivo da entidade, subscrito em maio de 1971, definiu um caráter mais participativo dos demais membros. Em 1980, a *Intelsat* contava com 105 países signatários e havia chegado à geração *Intelsat IV-A*, com capacidade de seis mil circuitos bidirecionais telefônicos, dois canais a mais de televisão e vinte

"transpodadores" (nome que se dá à unidade dos satélites capaz de receber, amplificar e transmitir). Hoje, a *Intelsat* já se encontra na geração *Intelsat V*, dos quais dois foram lançados para a região do Oceano Atlântico, um como satélite primário e outro de reserva. A nova série de sete satélites tem um custo de 580 milhões de dólares. Com seus respectivos lançadores e a sua colocação em órbita custará, em média, 70,5 milhões de dólares, para um custo por satélite de 270 milhões de dólares. O contrato de fabricação dos *Intelsat V* foi dado à *Ford Aerospace* em forte concorrência com a *Hughes Corporation*.

A fabricação e o lançamento de satélites é, cada vez mais, um negócio de grande volume de capital e as corporações nele envolvidas começaram a disputar o mercado do Terceiro Mundo, onde vários países anunciaram seu desejo de possuir um satélite doméstico próprio e convocaram licitações a respeito. Na América Latina, a disputa concentrou-se no Brasil, Colômbia e México, que entre 1983 e 1985 esperam contar com satélites nacionais. O Brasil optou por lançar o seu, através do foguete *Arianne*, criado pela entidade espacial europeia e operado pela França, com uma base de lançamento na Guiana Francesa.

Perguntas ainda sem respostas

Se em outubro de 1957, o mundo escutou com surpresa e certo espanto o "bip-bip" do primeiro aparelho lançado ao espaço, hoje já ninguém se espanta com as transmissões diretas a partir de uma nave espacial ou com qualquer outro evento ocorrido nos diversos cantos do mundo. Os satélites são parte do nosso cotidiano mas, como tantas outras coisas da vida diária, dão margem a um grande número de perguntas. Para onde vai esse poder de comunicação e observação? De que maneira essa nova tecnologia pode ser preservada em benefício de todos os países e povos? Ou será que ela vai se constituir, inevitavelmente, num outro espaço de dominação? Será ainda possível resgatar os satélites a fim de que contribuam para o diálogo internacional e para o conhecimento e aproximação entre seres humanos e culturas diferentes? Ou essa é só uma máscara do verdadeiro objetivo que já cumprem? Em suma, para que têm servido os satélites nestes últimos 25 anos? Temos avançado em direção a novos espaços da guerra ou da paz?

Concurso Continental de Jornalismo "Simón Bolívar"

1. A Organização Internacional de Jornalistas, a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap) e o Sindicato Nacional de Redatores da Imprensa do México convocam os jornalistas e alunos de jornalismo da América Latina e Caribe para o Concurso Continental de Jornalismo "Simón Bolívar", como homenagem ao Libertador americano e editor do periódico "Correio do Orenoco", por ocasião do bicentenário do seu nascimento, em 1983.

2. O tema da convocatória é o seguinte: *causas e origens das insurreições populares em países da América Central e Caribe, e realizações do poder sandinista na Nicarágua*.

3. Poderão concorrer aos prêmios os jornalistas filiados às organizações membros da Felap e alunos de jornalismo latino-americanos ou caribenhos, naturais ou naturalizados, que publiquem — sem limite de extensão — artigos, reportagens, crônicas, entrevistas, ensaios ou uma série deles, em jornais, revistas, emissoras de rádio ou televisão, folhetos etc.

4. Os trabalhos deverão ser escritos em espanhol, português, inglês ou francês, embora se recomende que nos casos destes últimos, sejam traduzidos para o espanhol.

5. O período de publicação de trabalhos compreende de 1º de janeiro até 30 de novembro de 1982, e só se aceitarão os trabalhos recebidos antes do dia 31 de dezembro deste ano.

6. Os envios, em caso de publicações impressas, terão que ser feitos em três vias, através de recortes; em casos de peças de rádio ou televisão deverão ser remetidas as gravações, de preferência em cassete, com uma carta ao diretor da empresa onde conste sua publicação, data e nome do autor.

7. As obras deverão ser entregues pelo correio, registradas ou pessoalmente na Felap, Nuevo León, 144, Dpto. 101, Col. Hipódromo-Condesa, México, D. F., C. P. 06170, ou endereçá-las ao Apartado Postal 11-466, México DF.

8. Serão concedidos dois prêmios: um de mil dólares para jornalistas profissionais e outro, de quinhentos dólares para alunos de jornalismo.

9. Os alunos de jornalismo provarão sua condição de estudantes mediante um "Faço Constar" da sua faculdade ou centro de comunicação, e seus trabalhos podem ser inéditos, isto é, não necessariamente publicados.

10. O júri pode declarar o prêmio vacante, e também conceder menções honrosas às obras que

considere merecedoras de tais distinções. Em todos os casos, serão dados diplomas alusivos.

11. As organizações patrocinadoras — OIP, Felap e SNRPM — se reservam o direito de reproduzir os trabalhos laureados na revista *El Periodismo Latinoamericano*, em *Cuadernos Felap* ou em outra publicação.

12. O júri, integrado por representantes das três organizações patrocinadoras, se reunirá na Cidade do México e anunciará os nomes dos ganhadores em 28 de janeiro de 1983, data do 130º aniversário de nascimento de José Martí, editor do periódico *Patria*, órgão do Partido Revolucionário Cubano.

13. A entrega dos prêmios será feita durante o Ano Bicentenário de Bolívar em data que oportunamente se informará, e coordenadamente entre a Felap e as organizações nacionais de jornalistas naqueles países nos quais residam os ganhadores.

Satélite: nova forma de domínio das transnacionais

Mais de 70 pesquisadores da comunicação de 20 países latino-americanos, europeus, africanos e dos Estados Unidos participaram, no início de agosto no México, de um seminário internacional de especialistas no assunto, organizado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo (Ceestem). A necessidade de uma Nova Ordem Informativa Internacional como alternativa às transnacionais da comunicação e o perigo dos satélites como uma nova forma de domínio e dependência foram algumas das conclusões do seminário. Jorge Nuno, subdiretor-geral da Ceestem, assinalou que o Terceiro Mundo se converteu "no objetivo fundamental" das indústrias culturais transnacionais e que as repercussões disso, hoje relativamente latentes, podem ser fatais no futuro. Nuno defendeu também a necessidade de uma legislação para o espaço, particularmente sobre o papel dos satélites de comunicação. "As possibilidades de desenvolvimento dos países da América Latina — disse ele — além de encontrarem dificuldades políticas e econômicas, têm agora de encarar o fato do imperialismo, com seus sofisticados satélites, conseguir uma forma a mais de domínio ao recolher uma informação mais completa sobre os recursos da região". No discurso de encerramento, Jorge Nuno se referiu às declarações feitas recentemente por Amadou M'Bow, diretor-geral da Unesco, que confirmavam "a urgente necessidade de estabelecer uma Nova Ordem Informativa Internacional".

NOVO HORÁRIO DA *aeronica*



PASEO DE LA REFORMA, 322-B. COL. JUAREZ - C. P. 6600 - MÉXICO, D. F.

RL527	RL529	RL529	RL525	RL525	RL521	RL521	RL521	Nº DO VÔO	RL520	RL520	RL524	RL524	RL528	RL526
Sab.	Qua	Qui-Dom	Ter	Seg-Qui Sex-Dom	Sex	Ter	Qua-Sab Dom	FREQUÊNCIAS	Ter-Sab Dom	Seg-Sex	Seg-Qui Sex-Dom	Ter	Qui-Dom	Qua-Sab
7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 0	EQUIPAMENTO	7 2 0	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7
14:00 ↓ 15:50 16:20 ↓ 17:00	14:00 ↓ 16:00	16:45 ↓ 18:45			19:00 ↓ 19:20	10:30 ↓ 10:50	14:20 ↓ 14:40	■ MIAMI LL ■ MEXICO LL LL SAN SALVADOR ■ ■ SAN SALVADOR LL LL MANAGUA ■ ■ MANAGUA LL LL SAN JOSE ■ ■ SAN JOSE LL LL PANAMA ■	13:20 ↑ 09:00	18:00 ↑ 13:40			15:45 ↑ 13:45	13:00 ↑ 10:00
			11:30 ↓ 12:10 12:40 ↓ 14:40	08:20 ↓ 09:00 09:30 ↓ 11:30							13:10 ↑ 12:00	16:40 ↑ 16:30		

A partir de 15 de junho de 1982

TELEFONES:
Reservas e passagens — 511-3617 e 511-3290
Aeroporto e cargas — 784-0476 e 762-4708



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

aeronica
PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

Cordel: uma manifestação popular autêntica

A predominância dos modelos culturais importados não fez desaparecer o talvez único canal de expressão da cultura realmente popular

Joseph M. Luyten*

A literatura de cordel, assim chamada na península ibérica pelo fato de os folhetos serem dispostos a cavalo sobre um barbante, é, antes de mais nada, um fenômeno ocidental. Desde a Idade Média, vemos poetas populares indo de um castelo a outro, passando por povoados, mosteiros e feiras, cantando notícias misturadas com histórias de santos e outros assuntos de antanho. Foram os primeiros jornalistas e, sem dúvida, os primeiros críticos de costumes, já que observavam muito e não tinham o hábito de ficar no mesmo lugar. O que é mais importante: eram, com raras exceções, elementos do povo e cantavam para quem os queria ouvir.

Com o passar dos anos, os poetas iam munindo-se de livretos impressos, o que veio a caracterizá-los como *colportage* na França, *chap books* na Inglaterra

e "literatura de cegos" em Portugal e Espanha. Com a colonização da América, essa manifestação de cultura popular foi se difundindo aqui e tomou nomes como *corridos* no México, *payadas* na Argentina e Uruguai, *poesia criolla* no Chile e "literatura de cordel" no Brasil. Na Europa, essa poesia popular cessou mais ou menos no final do século passado. Na América, existe ainda incipiente na maioria dos países

mas, entre todos, se destaca o Brasil como possuidor da mais vasta e mais disseminada literatura popular em verso. E dentro do país, sobressai a região nordestina como centro perpetuador dessa manifestação literária do povo.

O Nordeste, por várias razões de cunho histórico e social, concentrou uma série de valores culturais que antes eram comuns a todo o país. A imigração europeia na segunda metade do século passado e no início deste destruiu muitos costumes locais no centro-sul do país mas, em contrapartida, as grandes migrações internas têm como principal ponto de partida aquilo que se conhece como o "sertão" nordestino, o "polígono das secas", o que abrange o interior dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

É de se estranhar que haja uma literatura popular tão rica,



JERONIMO

PIA

Jeronimo (caval) 22

* Jornalista, pesquisador em Literatura Popular e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo



Capa do folheto ilustrada com xilogravura de José Sálvio Silva Diniz (CE).



Capa do folheto ilustrada por xilogravura.

Capas de folhetos cujos autores são, respectivamente: Paulo Teixeira de Souza, Firmino Teixeira do Amaral, João Melquíades Ferreira e Joaquim Batista de Sena

tão variada e tão bem difundida numa nação primordialmente iletrada, em que a imprensa chegou somente em 1808, onde a primeira universidade data da década de 30 (a Universidade de São Paulo) e que tem um dos índices mais baixos de leitura de jornais de toda a América (2,7%).

A maior literatura popular do Ocidente

Há dois aspectos da literatura popular que devemos ressaltar: a parte oral e a escrita. O aspecto oral é muito abrangente. Há mais de dois mil "cantadores" ativos nos mais variados rincões do

país, cuja produção escapa a toda tentativa de controle. A poesia oral também é conhecida com o nome de "repentismo" já que os poetas têm o costume de improvisar os poemas no momento, havendo, inclusive, grandes duelos poéticos chamados "desafios", alguns dos quais se tornaram muito famosos. Como o público é geralmente iletrado ou semi-iletrado, há uma grande facilidade para decorar trechos inteiros que são passados adiante, com um mínimo de mutações.

Casos há em que esses poemas são registrados ou pelo próprio poeta ou por alguém que saiba escrever e, assim, temos o início daquilo que se chama,

hoje em dia, de literatura de cordel. Muitos estudos ressaltam o fato do analfabetismo ser característica dominante em boa parte dos poetas. (Basta aqui lembrarmos três nomes de pessoas que nunca escreveram e que, nem por isso, deixaram de ter suas idéias discutidas até hoje: Homero, Sócrates e Jesus Cristo.)

Sobretudo nos últimos 100 anos, temos cada vez mais poesias populares impressas. Geralmente, esses poemas se apresentam em folhetos rústicos, papel jornal, capa simples, de 8, 16 ou 32 páginas (economia resultante da dobra do papel). O que assusta a muitos é a quantidade de folhetos publicados e suas tiragens, em alguns casos, astronômicas. Num país de modesta produção editorial, onde são raros os autores da classe burguesa que editam mais de cinco mil exemplares, temos numerosos folhetos que ultrapassam a casa de um milhão de exemplares vendidos e, ainda mais, são diversos os poetas que têm 200, 500 e até mil folhetos publicados. (Em Salvador, Bahia, vive o poeta Rodolfo Coelho Cavalcante, com mais de 1.400 trabalhos impressos.)

Não se sabe, exatamente, quantos títulos de literatura de cordel já apareceram. Calcula-se algo entre 20 e 25 mil. Devido ao material perecível com que são impressos os folhetos, são poucos os casos de se encontrarem exemplares antigos no meio popular. Além disso, a literatura de cordel encontrou sempre, se não oposição frontal, pelo menos, grande desprezo do setor intelectualizado da população. Até hoje, boa parte da população letrada do Brasil simplesmente desconhece qualquer referência a esse aspecto da cultura popular. As pesquisas e estudos, com algumas honrosas exceções, vinham sendo feitos em moldes

paternalistas no sentido "folclore de redoma". Além disso, o interesse dos intelectuais brasileiros praticamente só começou depois que pesquisadores franceses, americanos e outros aqui estiveram. Hoje há algumas dezenas de teses universitárias a respeito, escritas no Brasil, França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

Cordel, a literatura do povo

Pode-se dizer que, hoje em dia, os folhetos de cordel tratam de todos os assuntos pelos quais se interessa o povo. O homem simples dá um grande crédito ao poeta popular, já que aprendeu, desde o advento da colonização, a desconfiar das fontes oficiais de comunicação. Assim, o sertanejo somente acreditou que o homem tinha visitado a lua, depois que foram publicados folhetos a respeito.

A literatura de cordel expressa, pois, fielmente, a opinião popular a respeito de qualquer assunto. Embora haja alguns folhetos em prosa, mais de 95% aparecem em forma poética. Entre os grandes assuntos de que trata a literatura de cordel, podemos agrupar alguns como: desafios, heroísmo, religião, histórias medievais, licenciosidade e de cunho jornalístico ou "de época", como são chamados. Praticamente em todos, nota-se um posicionamento do poeta, de forma essencialmente opinativa, a favor de pontos de vista populares.

● Desafios

Normalmente são relatos de dois poetas que porfiam cantando ao som da viola ou do pandeiro. Embora procurem derrotar-se mediante artifícios poéticos, o mais simpático é sempre o que consegue agregar mais elementos de condição popular. Vejamos a



P/A

Francisco A. da Silva

"Peleja de José de Souza Campos com João de Barros", em que um defende o tempo presente e o outro, o passado:

JS. É no traje e na comida no passeio e na guarida em nossa moderna vida podemos andar decente pois o pobre inteligente vive no lugar do rico portanto dizendo eu fico tempo bom é o presente.

JB. Você falou no trajar veja a mocidade estar em busca do lupanar pelas estradas imorais nos cabarés infernais procuram se destruírem pra no escuro caírem o tempo bom não vem mais.

● Heroísmo

É nos heróis populares que o poeta procura retratar aquilo

que todos gostariam de ser mas não podem devido a condicionamentos sociais e políticos. É por isso mesmo que muitos dos heróis do povo são exatamente aqueles que, de alguma maneira, lutam contra a ordem estabelecida (geralmente a política).

Valeriano Félix dos Santos, poeta negro da Bahia, conta em seu folheto "Zumbi, rei dos Palmares" a luta e o aniquilamento de um dos maiores quilombos (agrupamentos de escravos fugidos) da história do Brasil:

.....
A ambição dos senhores,
Os fazendeiros locais
É prender aqueles negros,
Castigá-los muito mais;
Desonrar-lhes moralmente,
Queimar seus canaviais!

Criancinhas e mulheres
São roubados nos caminhos;
O Quilombo de Palmares

Não tolera seus vizinhos;
Esses têm armas e leis
Os negros lutam sozinhos!

Vinte e cinco expedições
Tinham sido derrotadas;
Nos encontros violentos
Foram todas dizimadas
Pelos negros, cujas mãos
Estão de sangue banhadas.

Em "A vida eterna de Santo",
do jovem poeta paulista Laerte
Coutinho, temos:

Neste ano uma tragédia
Caiu sobre o povo inteiro
Tombou morto um operário
Ferido em tiro certoiro
Foi Santo Dias da Silva
Trabalhador brasileiro.

Este crime verdadeiro
Estarreceu a nação
Santo morreu ali mesmo
O rosto colado ao chão
Quando a bala de um polícia
Atravessou-lhe o pulmão.

Além do herói que se opõe frontalmente ao poder constituído, temos ainda o "amarelinho", nome dado por causa da pele amarelada (devido a endemias) do homem interiorano. Este herói toma nomes como Pedro Malasartes, João Grilo ou Camões e é a versão modernizada de Thijl Uilenspiegel da medieval Flandres ou Pedro Urdemales, da Espanha. Neste caso, o personagem popular sempre vence pela astúcia e termina, inevitavelmente ridicularizando os poderosos.

• Religião

Entre as muitas outras facetas da religiosidade popular do homem brasileiro, podemos lembrar as suas tendências de conservadorismo de práticas religiosas mas isso não significa que ele está necessariamente de acordo com os ditames do clero. Indubi-

tavelmente, o maior "santo" do Nordeste é o padre Cícero Romão Batista, fundador e pároco de Juazeiro. O "Padim Ciço", como é popularmente chamado, morreu em 1934, aos 90 anos, e passou boa parte de sua vida suspenso das ordens pelo Vaticano. Atualmente, vive ainda, pregando pelo sertão, o frade capuchinho italiano frei Damião, considerado a "reincarnação" do padre Cícero. Devido ao conteúdo escatológico de seus sermões, frei Damião é proibido de pregar em muitas dioceses do Nordeste mas a adoração popular é cada vez maior.

Apesar de tudo, o povo não esconde sua admiração por sacerdotes "modernos" que tomam a sua defesa. Assim temos, de autoria anônima, o folheto "O martírio do padre João Bosco": Eis o início:

Tenho diante dos olhos
Um drama muito esquisito,
Ocorrido em Mato Grosso,
Num povoado e distrito
Do local Barra do Garças,
Nome Ribeirão Bonito.

Mulheres gritam socorro
No antro de uma prisão;
Casa e roçado entre chamas,
Não há arroz nem feijão;
Socos, coronhadas, tiros,
E um padre morto no chão...

Um outro padre também recebeu vários poemas populares. Foi em 1969, em Recife. Chamava-se Henrique, tinha 29 anos e era assessor da Diocese de Olin-
da para assuntos da juventude.

* O padre João Bosco foi morto pela polícia militar de Mato Grosso quando procurava defender algumas mulheres camponesas que estavam sendo torturadas. Recentemente, houve diversos poemas a favor do padre italiano Vito Miracapillo, expulso do Brasil.

Segundo o poeta Patativa do Assaré:

.....
Anônimos telefonemas
com assuntos de terror
chegavam constantemente
cheios de ódio e rancor
contra o padre Henrique, o amigo
da paz, da fé e do amor.

Os ditos telefonemas
faziam declaração
de matar 30 pessoas
sem ter dó nem compaixão
que tivessem com D. Helder
amizade ou ligação.

.....
Rádio, TV e jornais
nada ali noticiaram
porque as autoridades
estas verdades calaram
e o padre Antonio Henrique
morto no mato encontraram.

Estava o corpo do padre
de faca e bala furado,
também mostrava ter sido
pelo pescoço amarrado
provando que antes da morte
foi bastante judiado.

Em folhetos ligados à religião, escritos no passado, era muito comum haver ataques aos protestantes, os "crentes" ou "seitanova". Também é muito grande o número de livretos contando histórias do diabo, o "cão". É interessante observar que o diabo popular não é tão nefasto e repelente como o demônio oficial da Igreja. Pelo contrário, convive com as pessoas e, embora mau, é aceito como algo inevitável.

• Histórias medievais

São inúmeros os folhetos que tratam de episódios do ciclo carolíngio, arturiano ou medieval. Antigamente, se pensava que eles eram diretamente originários de tradições populares daquelas

épocas. Na realidade, não passam de passagens para verso de trechos tirados de uma obra chamada "História do Imperador Carlos Magno e os doze pares da França", livro indispensável em qualquer fazenda ao lado do catecismo e dos almanaques populares. A única diferença está no fato de muitas dessas histórias terem sofrido algumas alterações. Por exemplo, o cavaleiro andante virou vaqueiro e o rei, fazendeiro ou usineiro. Mesmo assim, há inúmeras histórias de princesas e príncipes mas, mesmo essas, servem de alento para o povo pois o Bem sempre vence e virtudes como bondade, justiça, perseverança e pobreza são louvados.

● Licenciosidade

Há poucos casos de folhetos pornográficos. Não que isso deva ser acrescentado à virtude do homem do povo. O que acontece é que o poeta ou o vendedor do folheto geralmente apresenta seu produto em feiras, estações rodoviárias e outros locais de grande afluência de público. Evidentemente, há fiscais de prefeitura e guardas. Se um poeta reclama contra a carestia, pode até ser perdoado por um delegado esclarecido, mas ninguém o salvará da acusação de pornográfico.

● Cunho jornalístico ou "de época"

É essa espécie de folheto que tende a aumentar cada vez mais em nossos dias. Geralmente, são de oito páginas e tratam de algum assunto ligado ao dia-a-dia. Constituem o verdadeiro jornalismo do homem do povo. São sempre muito mais formativos do que informativos. Nem sempre têm a preocupação de informar rapidamente, embora frequentemente isso aconteça. Já



no dia seguinte ao atentado ao papa João Paulo 2º, apareceu um folheto em São Paulo da autoria de Jotabarro. Outro exemplo, foi o de um julgamento no Rio de Janeiro que motivou a atenção de todo o país. Era o caso de um *playboy*, o "Doca Street", que havia matado sua amante, também mulher da alta sociedade, e depois, alegando "legítima defesa de honra", fora absolvido no primeiro júri popular. No se-

gundo, foi condenado a 15 anos de prisão. O poeta Raimundo Santa Helena, no mesmo dia, já estava vendendo seu folheto "Doca Street condenado" e justificava sua ação na contra-capta do livreto: "O importante na literatura de cordel não é lucrar; é levar sem demora a mensagem-verdade ao povão".

É nessa modalidade de folhetos que vêm à tona todas as verdades e sofrimentos do povo.



Sua cobertura, apesar dos exemplos anteriores, nem sempre é imediata mas a mensagem vem, poderosa, inevitável e em quantidades sempre assombrosas. Por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, houve a publicação de um milhão de folhetos de 48 autores.

Os títulos costumam ser do gênero jornalístico popularesco e as capas são geralmente fotos do evento ou do personagem envolvido ou, então, xilogravuras feitas para a ocasião. Enunciaremos aqui alguns títulos que, por si só, podem mostrar a potência comunicativa desses folhetos de cordel:

- O drama do favelado
- A vida do operário e o nordestino no Rio
- Cordel pela anistia ampla, geral e irrestrita
- O drama de Glória Maria (sedução de uma garota negra)
- A carestia (escrita por uma menina de 14 anos do Rio de Janeiro)
- Zé Matuto no Rio de Janeiro
- O trem da madrugada (transporte dos habitantes da periferia)
- A escravidão moderna
- O sofrimento do nortista em São Paulo
- A vida do violeiro

— A diferença do pobre para o rico

— A doença do rico é a saúde do pobre

— A dor que mais dói no pobre é a da humilhação

— O Brasil é o estudante pobre

— Papai Noel é do asfalto e na favela não passou

Essa lista pode se alongar indefinidamente. Todos esses folhetos citados são recentes, o que mostra a pujança do poeta popular brasileiro na conscientização de seu povo. Não há aqui lugar sequer, para citar, devidamente, os mais significativos. Vamos apenas reproduzir um deles, "Brasil chorando". Seu autor se chama José João dos Santos e vive há muitos anos no Rio de Janeiro. Não é engajado politicamente ou de outra forma. É apenas um homem do povo que relata o sofrimento de seu país. O folheto foi escrito em outubro de 1981.

Eu tinha feito um protesto
De não fazer poesia
Me referindo à política
Inflação nem carestia
Mas vou por obrigação
Falar na situação
Deste Brasil de hoje em dia

Sempre o povo brasileiro
Enfrentou dificuldade
Mas dando viva ao Brasil
O país da liberdade
Mas a coisa apertou tanto
Que a pobreza verte pranto
De fome e calamidade

Depois que o Homem fez
Um cavalo da nação
Botou a sela e montou-se
Soltou as rédeas da mão
Deixou correr à vontade
Onde a carestia invade
Na fúria do tubarão

O Homem só quer saber
Se o outro conseguiu

Os altos milhões de dólares
Que emprestado pediu
Que o minério vai pra lá
E a pobreza que vá
Pra a ponte que partiu

Quando é entrevistado
O Homem diz, eu prometo
Combater a inflação
Mas o povo toma espeto
De sofrer mais não aguenta
Dando até cento e oitenta
Num quilo de feijão preto

Quando o repórter pergunta
Aonde está o feijão?
Ele diz, este problema
É caso sem solução
Já deixei isto de lado
Estou mais preocupado
Com petróleo e inflação

O Homem não quer saber
Se povo come ou não come
Quando aumenta o salário
O tubarão cresce o nome
Com todo feijão guardado
E o povo sentenciado
Morrer aos poucos de fome

De qualquer mercadoria
Sobe o preço toda hora
Será que nosso governo
Não sabe que o povo chora
Vendo a carne mas não come
Nunca se viu tanta fome
Como se está vendo agora

Se cresce trinta por cento
Nos mais mesquinhos salários
Aumenta cinquenta, cem,
Nos gêneros mais necessários
Cobrando os trinta que aumenta
Depois o pau se rebenta
Nas costas dos operários

Faz vergonha este Brasil
Com tamanha imensidão
De terra fértil, que dá
Tudo que plantar no chão
E os pobres brasileiros
Dando duzentos cruzeiros
Por um quilo de feijão

Quando aparece um feijão



9-10.

MARCELO SOARES

Que dizem vir doutra terra
Em frente aos supermercados
Forma uma praça de guerra
Onde a polícia se mete
Usa bomba e cassetete
E o povo todo desterra

Se o governo protege
Toda nossa agricultura
Para que o brasileiro
Possa comer com fartura
Porém logo o tubarão
Compra toda produção
E aquela safra segura

Com suas frotas possantes
Carrega tudo que houver
E armazena em seus silos
Dizendo as vezes que quer
A tabela eu não atendo
Tenho tudo mas só vendo
Pelo preço que eu quiser

Nem o poderoso pode
Ir contra a sua vontade
Disfarça pelos jornais
Para esconder a verdade

Dizendo que veio de fora
O povo nas filas chora
A triste calamidade

Eu pergunto, aonde está
a força, a Revolução
Que veio pra melhorar
Do povo a situação
Não quer usar o poder
Prá duma vez combater
A fúria do tubarão...

Isto é problema interno
De Brasil com brasileiro
Nem inflação de moeda
Que come o nosso dinheiro
É coisa da nossa terra
Não tem nada a ver com guerra
Que zôa no estrangeiro

Dinheiro de operário
Não dá prá pão e banana
Leite em pó, pobre nem fala
É pro filho de bacana
O infeliz marmiteiro
O que ganha um mês inteiro
Não dá para uma semana



Outrora o Zé marmiteiro
Levava arroz com feijão
Com uma sardinha frita
Um pouco de macarrão
Hoje o pobre que dá duro
Tem que comer arroz puro
Beber água e comer pão

Morar debaixo da ponte
E se cobrir com papel
Andar de tanga e descalço
Que a situação cruel
Faz o pobre assim viver
Se não ganha pra comer
Como é que paga aluguel

Tem muito pai de família
Que se sujeita a morar
Num quarto de três por três
Com seis filhos pra criar
Devendo cinco ou seis meses
Sendo cobrado mil vezes
Sem ter jeito de pagar

A mulher magra e doente
Roupa e calçado não tem
Vai prá casa de madame
Ganhar a vida também
Desce toda madrugada
Volta de noite pisada
Pelos cavalos do trem

Diz, eu estou trabalhando
Prá pagar o aluguel
De vez em quando é cantada
Porém bancando a fiel
Mas ao voltar do trabalho
Lá um dia quebra um galho
Com um (coiô) no hotel

Aprende a fazer biscate
Com pouco está viciada
Corta o cabelo e se pinta
Começa a andar perfumada
Compra calçado e vestido
Depois o pobre marido
Está de cabeça pesada

Quando o coitado percebe
Que está sendo traído
Quer proibir a mulher
Ela diz para o marido
Eu fui trabalhar porque
Pelo ganho de você
De fome eu tinha morrido

Este é um dos motivos
Da grande corrupção
Pobre se sujeita a tudo
A fim de ganhar o pão
O filho dá prá roubar
A mulher vai se virar
E haja prostituição

Na roça se cria filho
Com um regime exemplar
O garoto quando cresce
É homem, vai trabalhar
Na cidade não se entende
O pivete só aprende
Fumar maconha e roubar

Se houvesse um interesse
Da alta sociedade
Amparando esses pivetes
Que vagam pela cidade
Com trabalho e instrução
Acabava com ladrão
Com crime e barbaridade

Os homens nem estão ligando
Pro infeliz brasileiro
Só estão preocupados
Com petróleo e com dinheiro
Emprestado a peso bruto
E o bom do nosso produto
Vai todo pro estrangeiro

O Brasil tem que tomar
Uma providência drástica
Contra esses que nos tira
Uma riqueza fantástica
Com seu dinheiro de cima
Levando matéria-prima
E mandando matéria plástica

Nosso Brasil é imenso
E grande riqueza tem
No minério, na pecuária
Tudo que plantar dá bem
Pode engrandecer seu nome
E liquidar com a fome
Sem dever nada a ninguém

A grande fertilidade
Deste solo brasileiro
Dá para encher o Brasil
De agricultura e dinheiro
O Cruzeiro em vez de queda
Valoriza a moeda
E empresta ao estrangeiro

Juro que assim fazendo
A coisa vai melhorar
Zelando nossas riquezas
Um novo Brasil nos dar
Liberto da dívida externa
Assim livre se governa
O Brasil mais popular.

Chile: vendida a editora "Gabriela Mistral"

A editora "Gabriela Mistral", uma das mais importantes da América Latina no começo dos anos 70, foi vendida em leilão público em Santiago do Chile, no final de outubro. A decisão de vender as instalações da "Mistral" provocou o protesto dos seus 250 funcionários, que entraram em greve. O movimento — que recebeu o apoio de vários dirigentes sindicais — pedia que a empresa fosse declarada unidade econômica pelo governo militar, para que assim ela continuasse a funcionar sob a direção de um interventor do Estado. A "Mistral" teve seu apogeu durante o governo de Salvador Allende, até que com o golpe militar de 1973, sofreu intervenção e foi feita concorrência pública para sua aquisição pelo setor privado.

Equador: avaliam alfabetização em "quechua"

O Equador está realizando estudos para determinar o alcance do seu programa de alfabetização em *quechua*, uma das línguas faladas pelos indígenas e seus descendentes, que constituem quase metade das populações da Bolívia, Peru e Equador. Ao todo, participam do programa 136 alfabetizadores e 12 monitores. Estes últimos moram nos respectivos lugares de trabalho e colaboram na formação de novos alfabetizadores para estender a ação do programa ao rádio. Por enquanto, o programa de alfabetização está limitado às províncias de Loja e Zamora Chinchipe.

Até agora, a mais importante iniciativa no sentido de valorizar o idioma *quechua*, tinha sido realizada durante o governo de Velasco Alvarado (1968/75), no Peru. Nos últimos tempos de seu governo, Alvarado oficializou o *quechua*, transformando-o na segunda língua do país, ao lado do espanhol. A oficialização foi uma das medidas tomadas para pôr fim ao preconceito vigen-

te nos países andinos contra a herança cultural da população indígena, ainda fortemente marginalizada.

Para salvar a memória histórica do Movimento Operário Brasileiro

Nos últimos dez anos, a atividade científica volta a estudar a história das classes populares no Brasil. Estudiosos brasileiros e estrangeiros começaram a produzir todo tipo de material, inclusive bibliográfico, que objetivam abrir mais campos de pesquisa do assunto. Mas esse trabalho tem encontrado grandes obstáculos pela carência de fontes e pela dificuldade de acessos às existentes.

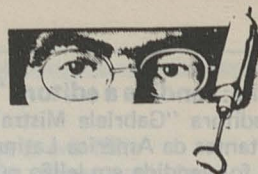
Espelho da dramática situação do patrimônio bibliotecário e arquivístico brasileiro, as fontes da história social brasileira foram em grande parte destruídas pelas forças repressivas que, num determinado momento da história brasileira, fizeram a guerra contra militantes, partidos políticos, sindicatos e instituições culturais democráticas, com a desculpa da luta contra a subversão.

Em Milão, um grupo de intelectuais já iniciou o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, patrocinado pela Prefeitura de Milão e cujo acervo se compõe do Arquivo Astrojildo Pereira (organizações operárias no Brasil), Arquivo Roberto Morena, Arquivo do Movimento Guerrilheiro, além de uma biblioteca, uma emeroteca e um setor audiovisual.

Diante da carência de fontes, o Arquivo em Milão solicita a todos os interessados enviarem toda e qualquer espécie de material sobre o assunto para que seja acrescentado ao seu acervo. Informações e detalhes: Presso Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Via Romagnosi 3 — Tel.: (02) 864408 — Milão 20121, Itália.

1º Congresso Operário Brasileiro (COB)





NOS BASTIDORES DA CIA



Sede da CIA em Langley, Virgínia, EUA

Em suas memórias a serem publicadas em breve — e parcialmente adiantadas pela revista *Time* — o ex-presidente norte-americano James Carter explica que, durante a famosa “crise dos reféns” no Irã, o governo do seu país se mantinha a par do que estava acontecendo dentro da

embaixada norte-americana ocupada em Teerã, graças a “agentes de informação” (eufemismo para designar os espões) que passavam por jornalistas. Com sua candura característica, o presidente confessa um fato da maior gravidade: foi sob sua própria administração que a “comunidade de



inteligência" norte-americana começou a violar as normas éticas e os limites legais que o mesmo Carter havia imposto à CIA e a suas agências irmãs.

A "limpeza de pele" da CIA teve início em 1975, quando uma comissão do Congresso presidida pelo senador Frank Church começou a investigar as "operações sujas" da "companhia" (termo forjado a partir da sigla CIA), inclusive sua participação na desestabilização do governo constitucional chileno de Salvador Allende e outras *covert actions* (operações clandestinas) com métodos tão pouco éticos como a chantagem, a falsificação de documentos, o sequestro ou simplesmente o assassinato. (A Comissão Church chegou a contar vinte tentativas de assassinato a Fidel Castro e muitos cubanos pensam que esse número é bem maior.)

Carter prometeu que esses "episódios tão lamentáveis" não se repetiriam e iniciou um processo de reestruturação da CIA. No fim de 1977, já haviam sido demitidos ou transferidos uns 800 agentes. A maioria deles havia operado no Vietnã e dificilmente poderiam ser reeducados em práticas diferentes dos *dirty tricks*. Começava uma onda de revelações, confissões ou memórias de ex-agentes revelando detalhes de operações que, segundo o próprio Carter, "causam repugnância à moral nacional". O Congresso ditou normas proibindo a realização de operações clandestinas sem expressa autorização presidencial e limitando, entre outras coisas, o recrutamento de jornalistas norte-americanos como agentes da CIA no exterior (uma medida necessária para restabelecer a credibilidade da imprensa norte-americana).

A CIA e seus asseclas fizeram uma revisão nos seus procedimentos para dar prioridade à coleta de informações via satélite e

sofisticados mecanismos de interceptação e controle das comunicações internacionais. Contudo, como observou David Lennon no *Financial Times* de Londres, "as fotografias das forças soviéticas ou das interceptações dos códigos do Pacto de Varsóvia, que geralmente são indecifráveis, dizem algo sobre a capacidade militar dos soviéticos, mas pouco sobre suas intenções".

Era ainda mais difícil avaliar eletronicamente as paixões e tensões no Terceiro Mundo. A CIA foi incapaz de prever a derrubada do xá do Irã e não parece ter avaliado corretamente o estado de ânimo dos generais argentinos, ao ponto de o presidente Reagan chegar a acreditar que poderia impedir a malfadada guerra das Malvinas com uma ligação telefônica.

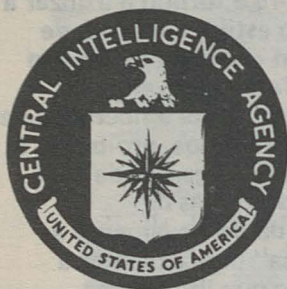
A julgar pelas suas memórias, o próprio Carter deu marcha-à-ré e tornou a utilizar a espionagem no velho estilo, até o fim de seu mandato. Reagan continua na mesma linha. Já conseguiu fazer aprovar pelo Congresso uma lei que limita a liberdade de imprensa nos Estados Unidos, proibindo a divulgação dos nomes de agentes da CIA e dá impulso a novas normas de funcionamento que darão novamente à agência "carta branca" para executar à vontade as operações que lhe forem encomendadas, com detalhes incômodos sobre quantos crimes ou assassinatos terão de ser cometidos para melhor defender os interesses norte-americanos. São apenas detalhes técnicos que competem aos especialistas.

A marcha-à-ré no processo de moralização da CIA — que talvez nunca tenha sido mais cosmético — coincide com os rumos que a administração Reagan vem imprimindo à política externa dos Estados Unidos. Nesse contexto, os artigos publicados neste relatório especial não perdem atualidade, e todos eles são inéditos no Brasil.

Uma universidade contra a "companhia"

Com as guerras de libertação, os acadêmicos norte-americanos se interessam em estudar os movimentos guerrilheiros. Inquietação científica?

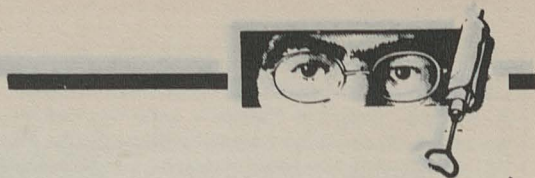
Roberto Molteno*



No fim dos anos 60 foram intensificadas as guerras de libertação na África Austral. O MPLA abriu sua vitoriosa frente oriental em Angola em 1966. Naquele mesmo ano, a Swapo deu início à luta armada nas províncias de Ovambo e na faixa de Caprivi, na Namíbia. No ano seguinte, forças guerrilheiras do Zimbábue começaram uma série de campanhas militares que só foram sufocadas pela presença de tropas sul-africanas na Rodésia. A Frelimo abriu uma nova frente na província moçambicana de Tete.

Essa grande mobilização, sacrificada e heróica, demonstrou claramente ao governo norte-americano

*O autor é um sul-africano branco, exilado atualmente em Londres. Foi professor na Universidade de Zâmbia, onde obteve em primeira mão a informação que explicita neste artigo, resumido da revista African Youth, editada em 1979. Apesar da situação ter se modificado nesses últimos anos, achamos que o artigo não perdeu atualidade.



Jogos de guerra dos estrategistas norte-americanos: estudando o controle dos conflitos locais

no que os dias da dominação branca no sul do continente estavam contados. A menos que fosse feita alguma coisa...

O Conex III

Em março de 1969, o professor Lincoln Bloomfield, diretor de um "projeto de controle de armas" do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT) elaborou e levou adiante a operação *Conex III*, um simulacro (que durou dois dias, com monitoração de TV e com dados processados por computadores) sobre a conduta provável dos Estados Unidos em caso de um conflito com a África Austral. Essa operação era parte de um projeto do MIT para estudar "o controle (obviamente, por parte de Washington) dos conflitos locais".

Duas conclusões do estudo alarmaram os estrategistas norte-americanos. Primeiro, que à medida em que o conflito crescesse aumentaria o apoio da União Soviética e da China aos movimentos de libertação e, segundo, que os Estados Unidos não tomariam nenhuma posição. De acordo com conclusões do relatório final: "Os Estados Unidos permitirão que o conflito siga seu curso sem nenhuma assistência ou intervenção substancial".

À luz da aberta — e fracassada — participação da CIA em Angola, anos depois, deve-se chegar à conclusão de que o "jogo de guerra" do MIT foi errado, ou que a CIA tirou suas conclusões do mesmo. De toda forma, é óbvio que o *Conex III* chamou a atenção da inteligência norte-americana sobre a África Austral, o que determinou imediatamente o início de uma série de estudos especializados sobre a região.



“Observação participante”

Em outubro de 1970, o professor Robert I. Rotberg, também do MIT, escreveu para a Universidade de Zâmbia (Unza): “Espero que os senhores queiram participar de um estudo sobre as políticas, a psicologia e as táticas dos movimentos de libertação africanos... Sua dinâmica interna é pouco entendida e seu potencial revolucionário não é bem conhecido”.

O Departamento de Ciências Políticas da Unza entendeu os perigos que esse projeto representava para a Zâmbia e para os movimentos de libertação, e solicitou maiores detalhes sobre o mesmo.

Ficou claro, nas propostas, que a maioria dos participantes seriam norte-americanos e não zambianos, que a duração “mínima ideal” seria de cinco anos (e disso se deduziu que se tratava mais de vigilância permanente dos movimentos de libertação que de um estudo sociológico formal) o que, sem ser totalmente financiado, o MIT já havia prometido uma contribuição, tendo sido solicitado o restante à Fundação Ford.

A redação do projeto, por outra parte, era abertamente hostil aos movimentos de libertação e deixava clara sua intenção de infiltrar-se. A palavra “libertação” aparecia sempre entre aspas e o objetivo nº 3 propunha:

“Aprender sobre a estratégia e táticas dos movimentos de libertação e tomar conhecimento das guerras internas e externas de pequena escala e como promovê-las, contê-las ou preveni-las”.

O estudo incluiria “uma análise das posições operacionais, técnicas de recrutamento, treinamento, mobilização e comunicações nas áreas de atuação, estratégia e tática, liderança, política interna, ideologia e relações internacionais”. A proposta a África do Sul, Namíbia, Rodésia (atual Zimbábue), Angola, Moçambique e Malawi, colhendo dados através de “entrevistas, pesquisas, observação participante (!!!) e análises da imprensa”.

Ficava claro que se tratava de uma pesquisa detalhada do tipo da que era empregada pela inteligência militar. Assim, o projeto foi recusado.

Insistência

Rotberg insistiu e viajou pessoalmente à Zâmbia para convencer diretamente o governo. Os movimentos de libertação foram alertados e se pronunciaram energeticamente contra e Rotberg acabou na

África do Sul, estudando a atividade política dos negros nos “bantustões”.

Mas as tentativas norte-americanas de infiltração nos movimentos de libertação através de “acadêmicos” não acabaram aí.

Em 1973, Sheridan Johns trabalhava no *Institute of Communist Studies* da Universidade de Columbia. O doutor Bowyer Bell também fazia pesquisas no Instituto de Estudos de Paz e Guerra da mesma universidade.

Bowyer Bell é um conhecido direitista e um íntimo colaborador dos serviços de inteligência, perito em guerra de guerrilhas. Pesquisando essas lutas — diante das quais adotou sempre uma atitude francamente hostil — entrou em contato com um professor da Universidade de Zâmbia, a quem escreveu uma carta particular (evitando assim abordar diretamente o assunto, após o fracasso de Rotberg) perguntando-lhe se os movimentos de libertação estariam dispostos a serem pesquisados.

O projeto de pesquisa era praticamente o mesmo de Rotberg. Bowyer Bell acrescentou que Johns viajaria à Zâmbia para fazer os contatos preliminares.

Mas o destinatário da carta não simpatizava com as idéias propostas. Os movimentos de libertação foram postos a par dos preparativos, a informação foi publicada nos jornais e Johns não conseguiu entrar em contato com nenhum guerrilheiro. A tentativa foi frustrada, ao menos na Zâmbia.

Uma camuflagem melhor

Quase ao mesmo tempo, foi realizada outra tentativa por outros canais, desta vez melhor camuflados.

A 20 de fevereiro de 1974, o professor Mazrui, cidadão ugandense, solicitou à Associação Africana de Ciências Políticas o reconhecimento de um Comitê de Pesquisa das Forças Armadas nas Sociedades Africanas. O Comitê (cujos demais membros não foram consultados) incluía entre sete temas o estudo dos movimentos de libertação e seria montada uma seção especial em Dar-es-Salaam, na Tanzânia. É preciso lembrar que isso ocorreu antes do golpe de abril de 1974 em Portugal e a Tanzânia era então a sede dos escritórios no exterior da Frelimo, do MPLA, do ANC sul-africano e da Zanu e Zapu do Zimbábue.

Mazrui era um ativo opositor do governo ugandense de Milton Obote e apoiou publicamente o golpe de Idi Amin. Trabalhava nos Estados Uni-



Um dos objetivos permanentes: infiltrar-se nos movimentos de libertação africanos

dos na Universidade de Michigan (com um salário de setenta mil dólares) mas canalizou sua proposta através do *Hoover Institution* (ver artigo nesta edição). Era, além do mais, um íntimo colaborador de outro especialista em movimentos de libertação, nada menos que nosso conhecido Robert Rotberg, com quem havia escrito um livro em conjunto.

A proposta de Mazrui não incluía um pedido de financiamento, de onde se conclui que este já havia sido concedido. A iniciativa era hábil. Era apresentada por um africano e buscava apoio em uma instituição africana. Sendo um comitê, teria caráter de instituição permanente, o que permitiria uma contínua vigilância sobre os movimentos de libertação. Felizmente, a Associação Africana de Ciências Políticas percebeu o que estava por trás daquilo e recusou o projeto.

“Ajuda” a refugiados

Poucos meses depois desses fracassos, o professor Christian P. Potholm, do Bowdoin College em Maine, Estados Unidos, apresentou à Unza um projeto de pesquisa sobre:

“... a transferência internacional de ajuda aos refugiados, particularmente no que diz respeito à África, destinado a elaborar estratégias para: 1) incrementar a geração de ajuda; 2) assegurar que as nações africanas recebam maior porcentagem; 3) coordenar e maximizar o fluxo de ajuda internacional para os refugiados na África”.

Como os únicos refugiados na Zâmbia procediam dos países da África Austral que ainda não tinham sido libertados, e como eram em maioria ativistas dos movimentos de libertação, a pesquisa permitiria a Potholm um fácil acesso a estes.

A Unza recusou a proposta “por não constituir uma atividade acadêmica séria”.

Logo ficou claro o objetivo real de um projeto que parecia ser muito atraente para os africanos. A pesquisa seria financiada pela Fundação Rockefeller e o currículo apresentado pelo próprio Potholm demonstrou que:

Jamais estivera interessado em refugiados, que sua vinculação com Rockefeller datava de anos atrás (desde 1958 recebia bolsas da fundação), que era estreitamente ligado ao Departamento de Estado, que entre suas áreas de pesquisa figurava o tema “Subculturas de Espionagem Internacional” e que suas simpatias pela direita e seu interesse pela espionagem se refletiam em suas obras publicadas, entre elas uma sobre a revitalização das técnicas de treinamento militar dos Estados Unidos.

Conclusão

À medida que aumenta a intensidade das guerras de libertação cresce o interesse dos acadêmicos norte-americanos por penetrar e monitorar os movimentos guerrilheiros. Esses acadêmicos não aceitam o “não” como resposta. Recorrem, simplesmente, a subterfúgios como o ocultamento de informação relevante, o disfarce da verdadeira intenção dos estudos, o uso de intermediários negros etc. Os vínculos entre os acadêmicos norte-americanos de direita, as fundações e o governo norte-americano são conhecidos.

O primeiro dever dos intelectuais de esquerda é de ficarem vigilantes diante dessa situação. O segundo é informar os movimentos de libertação. Os universitários que se aliam ao imperialismo devem ser condenados como inimigos da liberdade. ●

A comunidade de espionagem

Uma dúzia de agências norte-americanas se dedicam à espionagem e suas atividades se estendem por todo o mundo

Roberto Remo



Quando se fala em espionagem norte-americana, geralmente se pensa na CIA. No entanto, a *intelligence community* dos Estados Unidos compreende pelo menos doze agências oficialmente dedicadas a atividades de inteligência no interior e no exterior do país. Essas agências

estão oficialmente coordenadas pela CIA. Na prática, gozam entretanto de suficiente autonomia a fim de tornar impossível, para qualquer comitê do Congresso norte-americano, controlar todas as suas atividades.

Já em 1975, o jornalista *free-lancer* Tad Szulc denunciava que nesse ano só uma delas, a NSA (National Security Agency) manipulava uma quantia de dez bilhões de dólares. As *covert actions* (operações clandestinas) não figuram obviamente no orçamento oficial.

São os seguintes os membros da comunidade de inteligência norte-americana:



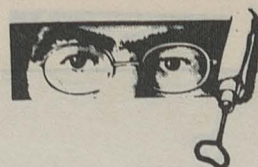
Robert McNamara, fundador da CIA, mostra num mapa do Vietnã os objetivos dos bombardeios que ordenou, como secretário de Defesa, em 1971



Central Intelligence Agency (CIA)

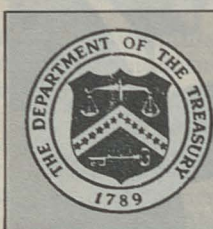
Criada em 1947 e dirigida por William Casey, tem como objetivo coordenar as atividades de inteligência dos diferentes departamentos e agências do governo norte-americano, fazer recomendações ao Conselho de Segurança Nacional, avaliar a informação adquirida por meio de suas atividades de espionagem e contraespionagem no mundo, divulgar a informação para quem deve utilizá-la e encarregar-se das operações clandestinas no exterior.

O primeiro serviço norte-americano de espionagem foi criado em julho de 1941 pelo coronel



William J. Donovan, por ordem do presidente Roosevelt, com o nome de Escritório de Coordenação de Informações. No ano seguinte, foi rebatizado de *Office of Strategic Services* (OSS). Dissolvido quando do fim da Segunda Guerra Mundial, suas atividades foram transferidas pelo presidente Truman para o *Central Intelligence Group*, depois transformado na atual CIA.

Seu pessoal estável consiste em alguns milhares de homens nos Estados Unidos, mas já em 1974 os ex-agentes Marks e Machetti informavam em seu livro "A CIA e o culto da inteligência", que mais de 150 mil pessoas estavam direta ou indiretamente vinculadas às suas atividades em todo o mundo.



Treasury Department

O Departamento do Tesouro (Secretaria de Fazenda do governo norte-americano) tem uma sessão especial dedicada a analisar a economia dos países do mundo. Esse departamento manipula, além disso, o Serviço Secreto, encarregado da segurança do presidente.



William Casey, atual diretor da CIA

80 - terceiro mundo



National Security Agency (NSA)

O mais secreto dos serviços secretos, foi criado a 4 de novembro de 1952 por decreto de Truman, porém sua existência permaneceu ignorada até que em 1957 construiu uma sede em Fort Meade, Maryland. Nessa ocasião, disseram que sua criação separada dentro do Departamento de Defesa era para realizar "funções técnicas altamente especializadas".

Seu primeiro objetivo — e único oficial — é o de monitorar as telecomunicações de outros países (rádio, telégrafo, radar, telefone e televisão), decifrar códigos e aplicar técnicas de computação à espionagem.

A NSA emprega no mínimo 25 mil pessoas nos Estados Unidos e cerca de 100 mil no exterior.

A NSA opera bases de espionagem eletrônica como as que foram fechadas no Irã e na Etiópia e as instaladas na Turquia, na fronteira com a URSS. Tad Szulc afirma que observadores aéreos da NSA interceptaram sinais dos rádiotransmissores portáteis da guerrilha do "Che" Guevara na Bolívia, em 1967, o que permitiu a sua localização e captura pelos *rangers*. Desde 1967, envolveu-se em assuntos internos norte-americanos, interceptando comunicações dos opositores à guerra do Vietnã e esteve ligada à CIA na "Operação Caos" contra a esquerda norte-americana.



Bureau of Intelligence and Research (I & R)

Dependente do Departamento de Estado, o Escritório de Inteligência e Pesquisa ocupa-se de compilar e analisar informação econômica, militar e política do exterior para apoiar o processo de tomada de decisões.

no. 49 — out./nov. — 1982



**Energy Research
and Development
Administration (ERDA)**

Agência especial do Departamento de Energia dedicada a detetar provas nucleares de outros países, recopilar informação sobre energia nuclear em geral e, principalmente a partir da "crise petrolífera", estudar o problema energético mundial.



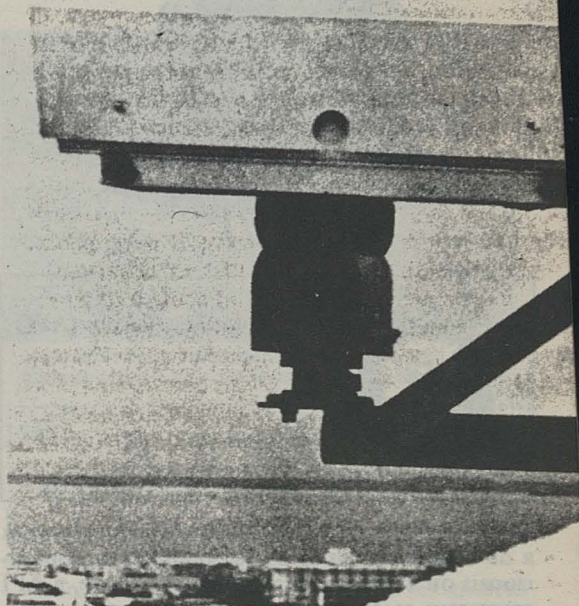
**Defense Intelligence
Agency (DIA)**

Criada por Robert MacNamara, secretário de Defesa do ex-presidente Kennedy e ex-presidente do Banco Mundial, para coordenar a ação dos diversos serviços de informação do exército, a DIA abastece o Pentágono de inteligência militar. Segundo o *Congressional Quarterly*, essa agência empregou em 1975 cinco mil pessoas, com um orçamento de 130 milhões de dólares. Dela dependem hierarquicamente o G-2, a ONI e a AFI.



Army Intelligence (G-2)

Dedicado a obter informações de interesse para o exército, esse serviço de informação conhecido como G-2, não apenas se dedica a espionar seus colegas de outros países como também, durante a guerra do Vietnã por exemplo, investigou e infiltrou-se no movimento pacifista nos Estados Unidos. Calcula-se que empregue umas 40 mil pessoas.

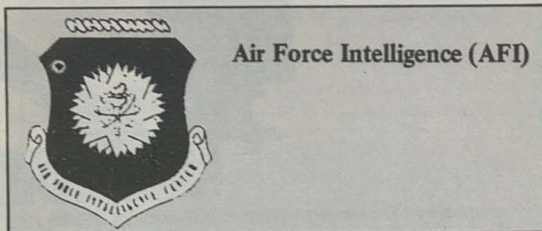
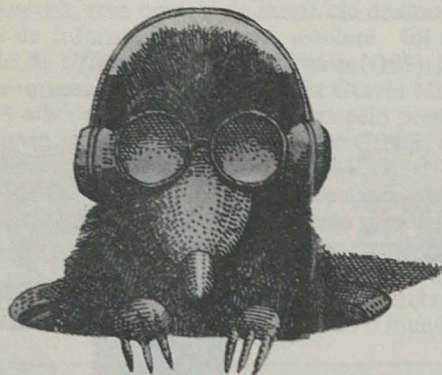


Uma das câmaras de tevê instaladas na embaixada dos Estados Unidos na Jamaica



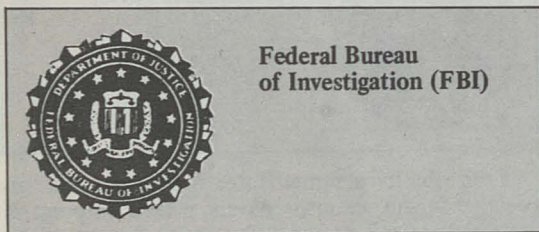
**Office of Naval
Intelligence (ONI)**

Com objetivos semelhantes à anterior, mas especializada em assuntos navais, a ONI empregaria cerca de dez mil pessoas. Seu maior fracasso foi a captura do seu navio-espião "Pueblo", em 1968, pela marinha norte-coreana. Outro desses navios com equipamento eletrônico altamente sofisticado, o "Liberty", foi avariado durante a guerra árabe-israelense de 1967. Embora a ONI afirme que já não possui navios desse tipo, ficou comprovado que outro deles, o "Apolo", esteve ancorado em Lisboa nas vésperas do golpe contra a ditadura, em 1974.



Air Force Intelligence (AFI)

Paralela às anteriores, tem entre outras funções a de determinar os alvos de bombardeios convencionais ou atômicos. Segundo o *Le Monde*, a AFI empregava cerca de 60 mil pessoas, com um orçamento de 2.800 milhões de dólares em 1976. Nos últimos anos deve ter cedido parte de suas funções à supersecreta *National Reconnaissance Office*, que opera os satélites espies.

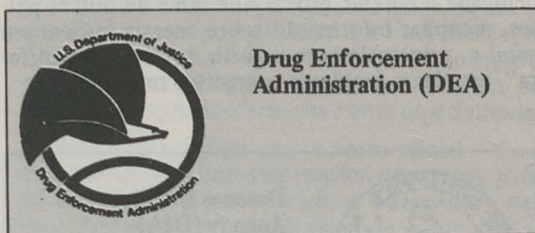


Federal Bureau of Investigation (FBI)

Dependente do Departamento de Justiça, adquiriu fama na luta contra a *mafia* nos "anos loucos" da década de 20. Sua atividade principal, entretanto, é a de contraespionagem e a espionagem aos estrangeiros nos Estados Unidos. Desde a época do macartismo, destacou-se na luta contra a oposição política nos Estados Unidos, infiltrando-se nos movimentos oposicionistas. Mais recentemente, centrou sua atividade sobre os Panteras Ne-

gras e contra o movimento independentista porto-riquenho.

Embora seus estatutos o proibam de agir no exterior — que é a área da CIA — seus próprios documentos recentemente publicados comprovam que pelo menos desde 1960 atuou no México, infiltrando-se no governo, nos sindicatos e nos partidos políticos, incluindo entre as suas atividades — destinadas a dividir a esquerda e evitar uma aproximação entre esta e o governo — a explosão de bombas.



Drug Enforcement Administration (DEA)

Dependente do Departamento de Justiça, assim como o FBI, a DEA recopila informação sobre os aspectos internos e internacionais do tráfico e consumo de drogas. No entanto, além dessas funções, frequentemente serve como cobertura para a CIA, papel que herdou de sua predecessora, a *Office of Public Safety* (OPS), dissolvida em 1973. Em 1975, o jornalista Jack Anderson revelou que pelo menos treze agentes especializados em narcóticos, treinados pela CIA numa escola de contraespionagem, trabalhavam para a DEA, assim como outros 64 ex-agentes da CIA.

Com o pretexto de combater o narcotráfico internacional, a DEA infiltra forças policiais de outros países nos quais realiza tarefas de espionagem por sua conta ou a cargo de outras agências.

Outros organismos norte-americanos que também recolhem todo tipo de informação e cujas fronteiras com as tarefas de espionagem não estão muito bem delineadas, são o Escritório do Alcool, Tabaco e Armas de Fogo, o *Internal Revenue Service*, a Comissão Federal de Comunicações, agências especializadas dos departamentos de Agricultura, do Comércio e do Interior e a *Agency for International Development* (AID) que, com o pretexto de formar quadros nos países do Terceiro Mundo, promovem neles programas de "segurança pública" e treina forças "anti-subversivas". Foi com a cobertura da AID, por exemplo, que Dan Mitriane — instrutor na prática de torturas, executado pelos *tupamaros* em 1970 — trabalhou no Uruguai.

Golpes, invasões, assassinatos...

Uma tentativa de síntese das
operações mais importantes da CIA

Gregorio Selser



1948

18 de setembro. De acordo com a Lei de Segurança Nacional, fica oficialmente criada a *Central Intelligence Agency* (CIA), a cargo do almirante Roscoe H. Hillenkoetter que, pouco depois, é substituído pelo ge-

neral Walter Bedell Smith, chefe do estado-maior do general Dwight Eisenhower durante a Segunda Guerra Mundial. Smith chama em sua ajuda o advogado Allen W. Dulles, ex-chefe da OSS, encarregada da contraespionagem norte-americana na Europa.

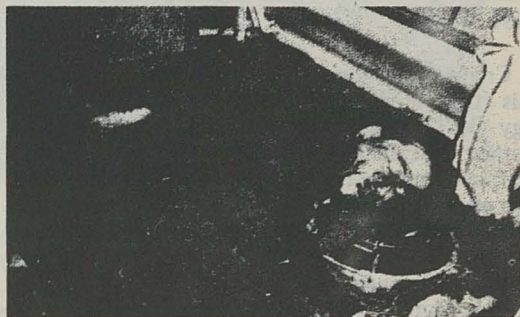
1948-1950

A CIA usa a *American Federation of Labour* (Federação Norte-Americana do Trabalho) para, mediante subornos, provocar operações diversionistas nas centrais operárias da Itália e França, destinadas a impedir o triunfo das associações comunistas.

1982 — out./nov. — no. 49

Emprego de fundos do Plano Marshall para financiar na Itália o Partido Democrata Cristão e outros, a fim de impedir o triunfo do PC.

Financiamento de movimentos clandestinos na Hungria, Albânia, Ucrânia e Polônia.



Ngo Dinh Diem foi assassinado em 1963 num golpe que a própria CIA forçou, quando ele deixou de ser útil

1949

Ao se produzir a instauração da República Popular da China, com a derrota de Chiang Kai-Chek, início de *raids* aéreos em território chinês para ajudar os focos nacionalistas ainda resistentes.

Início de operações de reforço de remanescentes do exército de Chiang que se internam na Birmânia.

1950

Provisão, com armas e dinheiro, do exército de Chiang em Taiwan (Formosa) e na Malásia. Reforço simultâneo à "resistência" do Tibet diante de sua eventual ocupação pelo exército de Mao-Tse-Tung.

Ao explodir a Guerra da Coreia, a CIA fracassa naquilo que era de sua competência lógica: advertir Washington sobre a iminência do conflito em razão da concentração bélica em ambos os lados da Coreia.

1950-1953

Irrestrito apoio ao governo das Filipinas, encurralado pelas guerrilhas de esquerda *Huck* ou *Huck-lahaps*.

Consentimento e/ou fomento do tráfico clandestino de opiáceos através do chamado "Triângulo de Ouro" asiático com destino ao Ocidente, do

terceiro mundo - 83



qual participam aviões pertencentes a uma empresa aérea de carga e passageiros criada com esse objetivo pela CIA. Em terra, o tráfico circula desde a Birmânia, através do Laos (com intervenção das tribos *meo*), do Campuchea e da Tailândia.

1951

Criação do Centro para Estudos Internacionais (CIS) do Massachusetts Institute of Technology (MIT), com vultosos fundos destinados a investigar "academicamente" países considerados "críticos" ou "estratégicos". O CIS será o protótipo para a criação de outros institutos universitários com objetivos semelhantes, que eventualmente servirão de fachada para "pesquisadores" e "pesquisas" financiadas pela CIA.

Começam a funcionar as emissoras de rádio "Europa Livre" e "Voz da Liberdade", financiadas pela CIA e com programas orientados aos países do Leste europeu, cuja rebelião essas agências estimulam de forma permanente.

1953

Agosto. Ativa participação de agentes da CIA no levante militar contra o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh, no Irã, a quem destituem e prendem em nome do xá Reza Pahlevi. As medidas nacionalizadoras da riqueza petrolífera são anuladas e ela é redistribuída entre as célebres "Sete Irmãs", com menor participação de uma companhia francesa.

1954

Em consequência da queda de Dien-Bien-Phu,



em poder das forças de Giap e da liquidação do império francês na ex-Indochina, os Estados Unidos substituem a França e se negam a ratificar o Tratado de Genebra que punha fim à guerra do Vietnã. Começa o respaldo ativo a um títere local, o fanático religioso direitaista Ngo Dinh Diem, selecionado pelo MIT para governar uma parte do Vietnã e impedir a sua reunificação. A CIA desempenhará um papel preponderante nesse país até a derrota dos Estados Unidos em fins de abril de 1975.

Junho. Derrubada na Guatemala do presidente Jacobo Arbenz Guzmán, antecedendo uma campanha de abrandamento psicológico semelhante à realizada no ano anterior no Irã. Os fundos da CIA são o meio idôneo para corromper chefes e oficiais do exército local, para armar um exército mercenário, instalar potentes estações radiofônicas em Honduras e mesmo para adquirir os aviões restantes da Segunda Guerra Mundial e pagar suas tripulações, com os quais dará apoio à operação decisiva.

1956

Intervenção solapada na preparação do levante na Hungria.

1958

Participação nos movimentos rebeldes contrários ao presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, por causa de sua política nacionalista e não-alinhada. Os rebeldes são abastecidos com dinheiro, armas e aviões de bombardeio com base nas Filipinas. A CIA é denunciada abertamente na imprensa indonésia, e por causa disso são suspensas todas as operações.

Primeira intervenção secreta na política interna do Chile, por meio da contribuição de fundos de propaganda contra o candidato popular Salvador Allende; assim, o conservador Jorge Alessandri consegue vencer.

1959-1961

Treinamento e financiamento de tibetanos exilados para operações de hostilidades no território do Tibet.

Começam as operações contra o território da Cuba revolucionária, por meio de incêndios de canaviais usando aviões e avionetas com base na Flórida, com o propósito de desestabilizar o governo de Fidel Castro.



1960

Março. Allen Dulles recebe autorização do presidente Eisenhower e do vice-presidente Nixon para preparar um exército mercenário a fim de invadir Cuba e liquidar com o processo revolucionário. Põe-se em execução o projeto de participação direta de membros da CIA e de colaboração dos governos ditatoriais da Guatemala e da Nicarágua.

Maio. Quando a União Soviética abate em seu espaço aéreo um avião espião U-2, fica mundialmente a descoberto a existência desse tipo de intervenção sobre uma nação soberana. Eisenhower assume a responsabilidade mas o *premier* Nikita Krushchev nega-se a assistir em Paris a uma reunião de cúpula preparada com antecedência.

1961

Abril. Ruidoso fracasso da expedição mercenária de Playa Girón, financiada, adestrada e despachada pela CIA. O presidente Kennedy assume a responsabilidade mas afasta, semanas mais tarde, o chefe Allen Dulles, dada a incapacidade "técnica" demonstrada no episódio.

Kennedy autoriza a criação da *Defense Intelligence Agency* (DIA) e aguça ainda mais a intervenção dos Estados Unidos no Sudeste Asiático.

A CIA intervém, com autorização de Kennedy, no ex-Congo belga contra o nacionalista Patrice Lumumba, que é assassinado. Aviões B-26 apóiam mercenários belgas e de outras nacionalidades para fortalecer o regime pró-norte-americano de Mobutu e Aduola.

Setembro. Na Argentina, tentativa de golpe contra o presidente Arturo Frondizi, previamente desestabilizado, utilizando cartas fraudadas nas dependências da CIA com a ajuda de opositores internos.

Novembro. O presidente populista José María Velasco Ibarra é derrubado no Equador, por instâncias da CIA, assumindo o cargo seu vice, Carlos J. Arosemena, derrubado por sua vez também pela inteligência norte-americana em 1963.

1961

Adestramento e apoio permanente a exilados cubanos para tarefas de hostilização e terrorismo, que incluem projetos — fracassados — de matar Fidel Castro e outros líderes do Terceiro Mundo. Pe-



Patrice Lumumba é capturado

lo menos em um caso, são contratados para o projeto elementos da *mafia* norte-americana.

1962

Intervenção desestabilizadora na Guiana, contra o governo do primeiro-ministro Cheddi Jagan, de esquerda.

1962-1963

"Investimento" de não menos de 20 milhões de dólares para apoiar centenas de candidatos da direita em eleições para governadores, congressistas e vereadores brasileiros, com o propósito de impedir a consolidação política do presidente João Goulart.

1963

Setembro. Na República Dominicana, Juan Bosch é derrubado por um golpe inspirado e dirigido pela CIA.

1964

A CIA "coloca" o general da força aérea René Barrientos como presidente da Bolívia, mediante um golpe militar.

"Injeção" de não menos de 20 milhões de dólares em favor do candidato democrata-cristão Eduardo Frei, no Chile, diante de seu opositor, Salvador Allende, com aplicação da chamada "Campanha do Terror". Novamente, a CIA impõe seu candidato no Chile.

Ativa participação da CIA nos preparativos do golpe militar de 31 de março no Brasil, com a der-



rubada do presidente constitucional Goulart. Por sua vez, o presidente Lyndon Johnson ordenou que certos navios de guerra dos Estados Unidos estivessem nas proximidades do Rio de Janeiro, "em caso de necessidade".

Incidente forjado no Golfo de Tonquim, o que vai facilitar para Johnson a escalada total da guerra contra o povo vietnamita.

Escalada definitiva do apoio bélico secreto a 35 mil *meo* ou grupos tribais do Laos, assim como a outros 17 mil tailandeses, contra os movimentos de esquerda nesses países e contra o Vietnã.



Forças "ocultas" forçaram a renúncia de Jânio e, posteriormente, derrubaram o governo de João Goulart

1965

Desencadeia-se, sem controle, no Vietnã a política do "contraterror", que culminará anos depois com a "Operação Fênix", a cargo de um tal William Colby, depois chefe diretor da CIA.

Maio. Insurreição popular na República Dominicana que é liquidada pela intervenção aberta de 40 mil soldados por terra, mar e ar. Nesse contingente, encontram-se agentes da CIA, da DIA e do FBI, que disputaram entre si a garantia do poder para outro homem dos Estados Unidos, Joaquín Balaguer.

Setembro-outubro. Banho de sangue na Indonésia. Os mortos e desaparecidos são calculados em mais de um milhão, em repressão ideológico-política inspirada pelas técnicas e táticas da CIA, que compensa assim seu anterior fracasso de 1958. E, é claro, Sukarno é derrubado.

1966

Fevereiro. Com um golpe militar em Gana, a CIA afasta do poder o líder da luta anticolonialista panafriana, Kwame Nkrumah.

86 - terceiro mundo

1967

Intervenção da CIA e das forças especiais anti-guerrilheiras dos Estados Unidos para sufocar as guerrilhas do "Che" Guevara na Bolívia.

A revista *Ramparts* e o *New York Times* brigam para revelar grande parte das atividades da CIA, não apenas nas universidades, sindicatos e organizações políticas dos Estados Unidos, como também no exterior. Também é publicado o apoio a revistas de fama mundial como *Encounter* e o suborno a líderes estudantis e sindicais.

Com o golpe dos coronéis na Grécia, por gestão de uma empresa transnacional norte-americana, a CIA proporciona reforços aos militares para a sua permanência no poder até 1974.

1970

Meses antes das eleições presidenciais no Chile, a CIA dá dinheiro em favor do candidato conservador Jorge Alessandri, como já fizera em 1958 e 1964 contra Salvador Allende. Mas, dessa vez o candidato da Unidade Popular triunfa. A CIA, com autorização do presidente Richard Nixon, empreende as operações *Track I* e *Track II*, que incluem subornos, assassinatos, apoio a setores de oposição e a jornais como o *El Mercurio*, bloqueio econômico em combinação com organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento), greves desestabilizadoras como as dos camioneiros, até a culminação do golpe militar de setembro de 1973, com apoio da DIA. Allende é assassinado.



As lições de Mitrono no Uruguai: tortura

no. 49 - out./nov. - 1982



1970

O general Lon Nol, agente da CIA, derruba com o apoio norte-americano o príncipe neutralista Norodom Sihanuk no Camboja. Estende-se a esse país a guerra do Sudeste Asiático, que terminaria para Lon Nol a 17 de abril de 1975, quando fugiu para o Havaí diante do avanço dos *khmer* vermelhos.

Chega a Montevideu, Uruguai, Dan Mitrione, que instrui a polícia política com técnicas de torturas, assassinando pelo menos três pessoas inocentes nas sessões de treinamento. Mitrione foi sequestrado e executado pelo Movimento de Libertação Nacional nesse mesmo ano. No entanto, seus ensinamentos deram frutos e, nos anos seguintes, pelo menos 40 mil pessoas foram torturadas no Uruguai.

A ANTI-CIA

☐ As atividades clandestinas da CIA em todo mundo começaram a ser denunciadas por uma série de revelações sobre a sua natureza, seus procedimentos e os nomes reais de seus agentes e contatos.

Uma parte dessas revelações procediam do Congresso norte-americano, escandalizado pela reiterada violação da CIA, não só de normas essenciais do direito internacional, como de violações das próprias leis norte-americanas. Mas as denúncias mais eficazes têm sido, sem dúvida, as provenientes de ex-agentes, muitos deles arrependidos e convencidos do dano que a CIA causa aos povos do mundo inteiro, incluindo o dos Estados Unidos.

Philip Agee, autor do famoso "Diário da CIA", é um deles. O permanente trabalho de denúncia empreendida com este livro é sistematizado hoje

na revista *Covert Action*, especializada, como indica seu nome, na divulgação das atividades clandestinas da CIA no mundo.

Pela seriedade da sua informação, *Covert Action* se converteu rapidamente numa fonte inestimável, não só para jornalistas e pesquisadores, mas, sobretudo, para as organizações populares que estão na mira da CIA e nela encontram uma arma de defesa. A repercussão das denúncias da *Covert Action* e de outras entidades chegou a tal ponto que, em consequência, o Congresso norte-americano aprovou uma lei que proíbe a divulgação de listas de nomes de agentes da CIA.

Outra publicação especializada na divulgação das atividades clandestinas da CIA é a *Counter Spy*, revista editada na capital norte-americana.

Maiores informações: *Covert Action Information Bulletin* — P. O. Box 50272, Washington, DC 20004 USA (Estados Unidos).

Counter Spy Magazine — P. O. Box 647, Ben Franklin Station, Washington, DC 20044 (Estados Unidos).

CovertAction

INFORMATION BULLETIN

Number 17 Summer 1982 \$2.50

U.S. Fakes Data in Chemical War



Philip Agee:
permanente trabalho de denúncia

COUNTERSpy

The Magazine For People Who Need To Know
Volume 5 Number 2 \$2 Feb-April 1981

Secret World Bank
Document on Marcos
AFL-CIO and Poland
U.S. Bases in Oman
Gen. Haig and RCMP
George Bush
CIA in Africa





1974-77

De acordo com pesquisas realizadas pelo jornalista Joe Trento, a CIA recruta em 1974 um grupo de exilados cubanos para trabalhar a serviço da Dina chilena e do *Boss*, serviço secreto sul-africano. Como retribuição, a Dina assassinou 17 agentes do Serviço de Inteligência cubano e o *Boss* forneceu informações sobre atividades "subversivas" na África. Estariam incluídas entre as vítimas do grupo cubano o ex-comandante do exército chileno, general Carlos Prats e sua mulher Cora, assassinados em 1974 na Argentina, o ministro da Defesa chileno Oscar Bonillo, cujo helicóptero explodiu no Chile em março de 1975, o ex-chanceler chileno Orlândo Letellier e sua secretária Ronni Moffit, mortos por uma bomba em pleno centro de Washington em setembro de 1976, e o economista sul-africano Robert Smit, assassinado em sua residência em 1977. Todas essas operações foram desenvolvidas em pleno período de investigações sobre as atividades "repugnantes" da CIA.

1975

Apoio, durante o período de transição que levou à independência de Angola, aos líderes Jonas Savimbi, da Unita, e Holden Roberto, da FNLA, ambos agentes da CIA; o segundo destes, desde 1958. Já com Agostinho Neto no poder, em novembro, apoio renovado a Savimbi e Roberto, assim como a mercenários de origem européia e latino-americana, que só acabará com a retirada da autorização de operações clandestinas, ordenada pelo Congresso dos Estados Unidos.

Abril. Liquidação do poder da CIA no Vietnã, com a derrota completa das forças invasoras dos Estados Unidos.

A CIA destina vários milhões de dólares ao fortalecimento da oposição direitista na Austrália, já que o governo trabalhista de Gough Whitlam propunha-se a fechar a base norte-americana de comunicações via satélite de Pine Gap, considerada a maior desse tipo fora dos Estados Unidos. As instalações são usadas, além de sua função declarada, para realizar espionagem eletrônica sobre a União Soviética e o Sudeste Asiático. Sem motivo aparente, o governador geral John Kerr (que fora oficial de inteligência durante a Segunda Guerra Mundial) convocou eleições antecipadas nas quais saiu vitoriosa uma coligação direitista encabeçada por Malcolm Fraser.

1976

São denunciadas, reiteradamente, na Jamaica, tentativas de destabilizadoras da CIA contra o governo de Michael Manley.

1977-1978

Retumbante fracasso da CIA em prever os acontecimentos revolucionários no Irã.

1981

Jon Glassman, agente da CIA sediado no México, escreve um "Livro Branco" sobre a "Interferência Comunista em El Salvador", que será divulgado pela Casa Branca para justificar sua política intervencionista naquele país centro-americano, apesar de a própria imprensa norte-americana ter pulverizado o relatório. Finalmente, Glassman admitiu que "algumas" das conclusões eram "interpretações pessoais", e não estavam baseadas necessariamente em evidências concretas.

Moçambique expulsa do país cinco agentes da CIA, que agiam com a cobertura da embaixada norte-americana.

A 4 de dezembro, Reagan assina um decreto que autoriza a CIA a realizar ações clandestinas no exterior, sem necessidade de comunicar ao Procurador-Geral. Também se permite que a Agência atue clandestinamente nos Estados Unidos, o que até então era totalmente proibido.

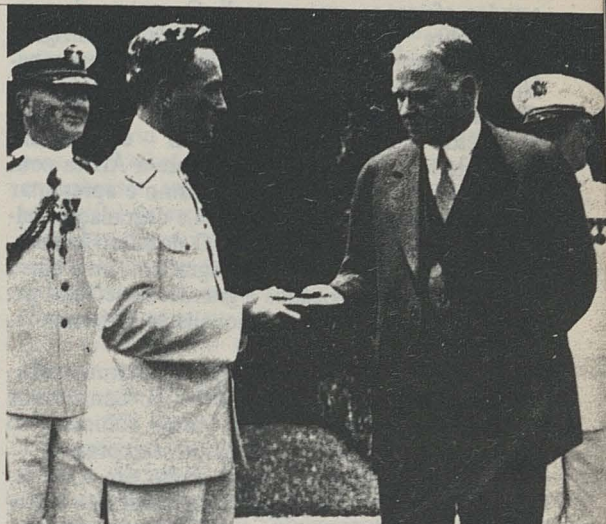
Uma epidemia de malária provoca em Cuba 158 mortos. Registram-se mais de 300 mil casos dessa doença, com sérias consequências sobre a produção. O governo cubano acusa a CIA de ter introduzido a doença na ilha, como parte de um programa de guerra bacteriológica.

Durante os meses de maio e junho, com poucos dias de separação entre um e outro, morrem em desastres de aviação o presidente do Equador, Jaime Roldós, o comandante da Guarda Nacional panamenha, general Omar Torrijos, e o comandante do exército peruano, general Rafael Hoyos. Nenhum dos acidentes foi esclarecido satisfatoriamente e em diversas publicações latino-americanas foram levantadas suspeitas sobre a possível participação da CIA nos possíveis atentados.

Bancos de cérebros

Pesquisadores universitários elaboram alternativas para a política externa dos Estados Unidos em estreita vinculação com os serviços de inteligência

Ken Lawrence



Objetivo de Hoover (à direita): combater o marxismo



Nem toda a "inteligência" que o governo norte-americano utiliza em seu processo de tomada de decisões é compilada, elaborada e processada pela CIA e demais agentes de espionagem. Grande parte da mesma provém de institutos de pesquisa, públicos e privados, que, traba-

lhando em estreita vinculação com a *intelligence community*, apresentam uma imagem de centros acadêmicos aparentemente inofensivos.

Um desses centros é o *Hoover Institution on War, Revolution and Peace*, fundado no início do século pelo ex-presidente norte-americano Herbert Hoover. Em estreita vinculação com a espionagem norte-americana, o *Hoover Institution* dirigiu, por exemplo, a *Civil Communications Intelligence School* durante a Segunda Guerra Mundial. Essa contribuição é muito importante para a CIA já que, fundado três décadas antes, o *Hoover* tem arquivos muito mais volumosos sobre certos temas, incluindo entre outras "jóias" o arquivo completo da *Okhrana*, a polícia secreta da Rússia imperial,

comprado do ex-embaixador do czar na França depois da Revolução de Outubro.

"O objetivo da instituição — disse o próprio Hoover em 1959 — será demonstrar, através de suas pesquisas e suas publicações, os males das doutrinas de Karl Marx — ou seja o comunismo, o socialismo, o materialismo econômico ou o ateísmo — e proteger, assim, dessas ideologias, o *american way of life*". Os torturadores nazistas se regozijariam em seus túmulos se soubessem da utilidade que seus arquivos continuam oferecendo na luta contra o fantasma do comunismo.

"Eu simpatizo com o imperialismo"

A seção africana do *Hoover Institution* começou a ser criada em 1919, quando os governos belga e alemão doaram documentos e relatórios oficiais sobre suas colônias. Em 1963, essa coleção já incluía 20 mil livros, mais de 400 volumes encadernados contendo documentos, e 10 mil peças soltas que cobrem desde 1870 até a atualidade.

Quando do início da descolonização em grande escala do continente negro, o instituto pôde dispor dos arquivos, agora abertos, dos antigos impérios coloniais para "analisá-los desapaixonadamente e elaborar um estudo objetivo do imperialismo na África".

Esse estudo seria destinado a estabelecer "qual deve ser a política norte-americana para com os

terceiro mundo - 89



estados africanos emergentes". O projeto de pesquisa sobre "O comunismo na África" era dirigido por um universitário polonês totalmente desconhecido: Zbigniew Brzezinski, ex-diretor de Segurança Nacional da Casa Branca.

"Desde 1956 — dizia Brzezinski — os acadêmicos soviéticos fazem trabalhos sobre a África com a finalidade de atacar o imperialismo e apresentar uma imagem de exploração cruel e degradação cultural das sociedades africanas. O domínio branco, de acordo com os soviéticos, significou uma piora da condição dos africanos e grandes benefícios para os europeus. Muitos nacionalistas africanos fazem acusações similares".

Qual é a objetividade com que o instituto trabalha em relação a esse tema? Lewis H. Gann, autor de um dos maiores estudos (cinco volumes) do Hoover sobre o colonialismo assim se expressa:

"O imperialismo ocidental como um todo representou um amplo processo de transfusão cultural. É este o fenômeno ao qual dou, em conjunto, as boas-vindas. (...) Eu simpatizo com os rodesianos brancos e seus problemas, reforcei esse compromisso durante minha longa estadia naquele país".

A serviço de Pretória

Com julgamentos tão "imparciais" como estes, não é de estranhar que o *Hoover Institution* possa se converter em um porta-voz do regime sul-africano. Assim, o doutor Stefan Possony, diretor de Estudos Internacionais do Instituto — e também homem da comunidade de informações, com um currículo que inclui trabalhos sobre a "guerra psicológica" para a Inteligência Naval e cargos no *American Security Council*, como especialista em temas estratégicos — publicou em 1968 o livro *The Third Africa*, em colaboração com o doutor Eschel Rhoodie.

The Third Africa defende abertamente o regime do *apartheid*. Seu coautor, Rhoodie, chegou a ser secretário de Informações do governo sul-africano e, a partir dessa posição, projetou a compra clandestina de vários jornais e revistas norte-americanos, europeus e sul-africanos e subornou parlamentares norte-americanos. Ele caiu em desgraça quando foi comprovado que parte dos fundos do Boss (serviço de espionagem sul-africano) destinados a esse fim iam parar no seu bolso. O escândalo provocado por esse fato — chamado de "Muldergate" pela imprensa oposicionista sul-africana — provo-



Colono europeu com sua guarda pessoal na África: transfusão cultural

cou a renúncia do ministro de Informação, Connie Mulder (ver edição portuguesa de *cadernos do terceiro mundo* nº 26), e, depois, do próprio presidente John Vorster.

Isso não impede que os pesquisadores do Hoover continuem defendendo o racismo sul-africano através de pesquisas e artigos na imprensa de direita, muitos dos quais são reproduzidos em seguida pelo *Reader's Digest* e distribuídos pelos serviços de propaganda de Pretória entre os homens de influência da política norte-americana.

Como é que o *Hoover Institution* obtém a informação? Peter Duignan, um de seus membros mais destacados, explicou em maio de 1978 à revista de direita *American Legion Magazine*: "De dois em dois anos, fazemos viagens para coletar dados. Tratamos de obter em cada país todos os documentos governamentais de todos os níveis, relatórios anuais, censos, pelo menos um jornal de cada país, revistas de história, arqueologia, linguística, ciências políticas, biologia, filosofia, religião e publicações de partidos políticos e movimentos sindicais".

Como desestabilizar o futuro governo da Namíbia

Em suma, o *Hoover Institution* cumpre fundamentalmente uma função de propaganda ultradireitista e proporciona aos políticos os fundamentos teóricos para apoiar o *apartheid*. (Embora, como já foi demonstrado, muitas vezes não são essas



argumentações que convencem os deputados e senadores norte-americanos, mas as generosas "contribuições" de Pretória).

Mas não se pode fazer política de Estado com base na propaganda. E preciso obter informações mais próximas da realidade que aquelas destinadas ao consumo do público. E é esta a tarefa de instituições como o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, também estreitamente ligado à CIA.

Desse modo, enquanto que com relação à Namíbia os pesquisadores do Hoover dizem que "a Swapo prefere uma solução militar, temendo que não poderia ganhar uma eleição pacífica", em um artigo de circulação muito mais limitada Rotberg conclui que "provavelmente a Swapo sairia vitoriosa de qualquer eleição livre".

Os agentes que vão trabalhar nesse terreno precisam de informação adequada. Naturalmente, tendo conhecimento de que a Swapo representa os interesses do povo namibiano, é preciso calcular como isto deve ser anulado. Rotberg nos dá algumas idéias: o fato de existirem falta de quadros técnicos namibianos capazes de tomar conta do país após a independência, "poderia ser aproveitado, em circunstâncias ideais, através de um poderoso movimento nacional capaz de evitar uma vitória eleitoral total da Swapo".

Como fortalecer o grupo fiel aos interesses sul-africanos, a *Democratic Turnhalle Alliance*? Entre os fatores que devem ser explorados, Rotberg menciona "o chovinismo anti-ovambo (a maioria dos membros da Swapo pertence à etnia ovambo), o tradicionalismo, o conservadorismo das classes médias e o medo da mudança".

Se, apesar de tudo, a Swapo ganhar — o que segundo Rotberg ocorrerá inevitavelmente, a não ser que o movimento de libertação cometa "erros graves de cálculo, ou sofra de uma má sorte extraordinária e não previsível — uma Namíbia independente continuará encontrando dificuldades: "Os problemas econômicos e sociais decorrentes da queda da produtividade, a má condução da infra-estrutura dos portos e a rigidez conceitual, entre outros fatores, podem estimular a divisão política".

Em suma, "o conflito em potencial após a independência é grande". E Rotberg cumpre com seu papel alertando os agentes da CIA sobre quais são os temas a explorar para desestabilizar o futuro governo.

Quando uma região entra em crise, os estudos sobre ela proliferam. Em relação à África Austral, o auge das investigações, segundo publicou o *Washington Post* na época, foi em fins de 1978, quando teria sido feito um pedido do *Aspen Institute* para o *Rockefeller Brothers Fund* para que este contribuísse com 100 mil dólares para financiar um painel de especialistas que, dirigido por Henry Kissinger, examinaria as opções políticas dos Estados Unidos na área. O Pentágono, por seu lado, teria financiado outro estudo das atitudes políticas norte-americanas na África Austral, que seria realizado em conjunto pelo *Carnegie Endowment of Peace* e pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. A Fundação Rockefeller não ficou atrás e teria destinado um milhão e meio de dólares a um projeto para instaurar uma comissão especial sobre a África. O *Washington Post* sustentou que estes estudos são "globalistas", termo criado para se opor ao acadêmico "liberacionistas", agrupados na Associação de Africanistas Comprometidos e outras organizações de universitários que apoiam as lutas populares dos africanos.

"Maus" e "bons"

O aparente pluralismo de opiniões e propostas por parte desses pesquisadores e dessas instituições confunde muitas vezes universitários, pesquisadores e políticos do Terceiro Mundo que, por diversas razões, devem ter contato com eles.

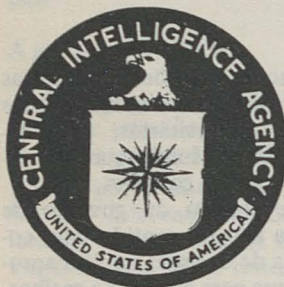
Qual é a verdadeira posição do governo de Washington? A pergunta não faz sentido. Mas como o processo de tomada de decisões implica aprofundar diversas alternativas para escolher a melhor, é preciso levar em conta que há diferentes papéis a cumprir.

O anticomunismo cavernário de instituições como o Hoover se orienta no sentido de criar um impacto na opinião pública, enquanto que outros agentes se apresentam como amigos dos movimentos de libertação para neles se infiltrarem. Quando pesquisadores "liberais" reconhecem que os movimentos de libertação estão avançando, isso não é uma prova de simpatia mas um chamado de alerta à CIA sobre a necessidade de anulá-los.

E quando for decidida uma intervenção como a que ocorreu em Angola, o trabalho de propaganda dos "falcões" terá criado, em uma opinião pública assustada pelo medo do comunismo, as condições propícias para que aquela possa ser viabilizada sem protesto interno.

Um tipo muito especial de câncer

Relato extraído, na íntegra, da revista nicaraguense *Patria Libre*, em sua edição nº 22, de julho de 1982



As múltiplas manobras desestabilizadoras que a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA) promove na Nicarágua, mediante "donativos" a grupos empresariais e setores inimigos do processo revolucionário conferem uma grande importância a esta entrevista concedida pelo ex-agente desse organismo de espionagem, Richard Martínez, à revista *Soberanía*, fustigada atualmente pelo inimigo que tenta desacreditar suas corajosas denúncias.

Martínez desmascara as artimanhas e, ao mesmo tempo, revela a podridão interna existente nesse organismo (que merece o nosso mais absoluto desprezo) de uma forma simples e direta, fácil de ser compreendida por todos os nossos leitores.

Por ter atuado dentro da esfera sindical, as respostas de Martínez assumem uma importância especial para todos os nossos trabalhadores, que constituem o motor fundamental da revolução e poderiam ser objeto de manipulação e enganos por



Martínez: "Em 62 já sabíamos que se estava preparando o golpe de 64"

pseudodirigentes a mando da CIA. Estes, tentam desesperadamente impedir a unidade necessária da classe operária e, ao mesmo tempo, se preparam para utilizar de forma oportunista os graves problemas econômicos herdados do passado ditatorial.

Richard Martínez, em que ano você entrou para a CIA?

— Em 1962.

Quem o recrutou?

— A organização que se chama ICTT (Internacional de Correios, Telégrafos e Telefones).

Como entraram em contato com você?

— Através de um amigo meu chamado Tom Robles, diretor da AFL-CIO em Novo México e encarregado de assuntos sindicais para o Peru.

O que foi que lhe ofereceram para trabalhar para eles?

— Ofereceram-me um emprego de organizador e administrador da ICTT no Brasil.

O que é que você tinha de fazer, exatamente?

— Organizar sindicatos democráticos no Brasil, para combater o sindicalismo comunista.



Naquela época, você sabia que estava trabalhando para a CIA?

— Não. Isso só aconteceu três meses depois, quando um dia me mandaram para Washington, já que eu estava pedindo melhores benefícios para os membros da ICTT. Só aí que me disseram que, na realidade, eu trabalhava para a CIA.

E o que eles fizeram depois com você?

— Me mandaram para uma escola em Nova Iorque, onde durante quase dois meses eu estudei comportamento para desenvolver atividades clandestinas para a CIA.

Onde era dada a instrução e com quem você estudou?

— Bom, os instrutores mudavam todo dia e o curso era dado em diferentes lugares, todos eles particulares. A instrução mais importante era sobre a forma de redigir mensagens, troca de nome, identificação de amigos e inimigos, como enviar e receber os despachos, códigos etc.

Mas qual era a sua atividade específica ao chegar no Brasil?

— Tínhamos que recrutar gente, formar líderes locais e selecionar os melhores, os mais agressivos e com iniciativa. Então, eu recomendava os que deviam viajar para Washington. Ali, eles eram educados para organizar sindicatos democráticos, enquanto eu sustentava economicamente suas famílias; quando voltavam eu lhes pagava os salários.

Qual era o salário, nessa época, de um agente infiltrado nos sindicatos e qual era o seu na CIA (ano de 1962)?

— Os salários deles, os organizadores, era bastante alto para aquela época. Eu lhes pagava de 70 a 90 mil cruzeiros, enquanto que no início de minhas atividades eu ganhava 18 mil dólares anuais, mais uns cinco por cento pelo aumento do custo de vida, além de pagarem o meu aluguel e as despesas especiais.

Quando você chegou ao Brasil, quais foram seus vínculos com a seção norte-americana da representação diplomática, e como se integrou ao movimento sindical?

— Bem... a organização da ICTT já estava formada quando eu cheguei, sob a direção de um norte-americano, Bill Dory, que foi transferido para um cargo mais importante em Washington, ficando

**You...your training,
your special talents...
find satisfying expression
in a vital career
with C.I.A.**



Whether your major interest is in International Relations, Economics, Science, Law, Research, whatever... the CIA offers you a chance to work with problems that are constantly changing, that require your utmost skill and talent. Not only is the work fascinating, its vital contribution to the nation's security is a source of personal satisfaction to those who carry it out.

The CIA has its own career training program. Each year highly qualified college graduates are enrolled in it. This training provides a valuable foundation for a professional career in intelligence and produces many of CIA's future leaders and managers.

History
International Relations
Law
Library Science
Mathematics
Medicine
Photogrammetry
Physics
Political Science
Psychology
Public Administration
Sociology
Space Technology
and other specialized fields.

The CIA offers liberal vacation, insurance and retirement benefits. Assignments are both in the United States and overseas. Salaries are commensurate with training and experience. The work is classified and U.S. citizenship is required.
If you are presently in military service and

então em seu lugar seu assessor Jan Schneider, enquanto eu passava a ocupar o cargo deste último.

Em relação à embaixada, eu nunca tive contato com ela, pois me ocupava somente dos trabalhadores e da ICTT. Jan Schneider é quem fazia os contatos e além disso tratava da questão da utilização da imprensa interna, coisa que se fazia diretamente a partir da embaixada.

Quando vocês iniciaram o processo de criar sindicatos paralelos no Brasil, quais eram as instruções a respeito?

— Nós preferíamos mandar estes sindicalistas para estudar nos Estados Unidos, onde recebiam instruções mais detalhadas. Só fazíamos o trabalho de selecionar e contatar.

Quem lhes dava maior ajuda no trabalho, tanto em termos políticos quanto sindicais, econômicos e militares?

— Nós aliciamos gente importante dentro do governo, e a cada duas semanas eles me procuravam para que eu pagasse seus salários. Esses eram agentes da CIA, mas já tinham postos importantes dentro do governo e ninguém sabia que estavam recebendo dinheiro da gente.

E como eram recrutadas essas pessoas?



— Eles eram selecionados em Washington, onde todos recebiam treinamento, e quando voltavam, eu já tinha recebido ordens que determinavam a quem eu devia pagar o salário, embora nunca achei que se esforçassem muito. Mas sabíamos que era gente que podíamos usar.

Quanto é que você calcula que a CIA investiu no Brasil nesses dois anos?

— Ah... foram milhões e milhões de dólares.

Quanto você pagou?

— Bem, eu operava com meio milhão de dólares por ano, que era a quantia que eu gastava.

Era um fundo particular ou era controlado?

— Era particular. Eu recebia o cheque de Washington e fazia os outros cheques. Entre os agentes, só circulava dinheiro.

A CIA derrubou Goulart

Qual era a situação do movimento sindical no Brasil, durante sua colaboração com a CIA?

— Nossa principal atividade foi a organização de um enorme congresso com delegados de sindicatos democráticos de todos países latino-americanos. Fizemos a propaganda e conseguimos comprar muitos delegados. Bastava você dizer: "De agora em diante vamos te pagar esta quantia, você volta ao seu país e continua recebendo de nós um salário, mas em contrapartida tem de organizar e formar os novos sindicatos democráticos em seu país". Como disse antes, nós resolvíamos tudo com dinheiro.

Qual foi a tarefa desses chamados sindicatos "democráticos" para desestabilizar o governo do presidente Goulart?

— Nós já sabíamos que a revolução (se refere ao golpe militar de direita) estava sendo preparada desde que eu viajei a Nova Iorque em 1962 e que o golpe seria desfechado em 1964.

Quando você saiu do Brasil?

— Duas ou três semanas depois que o golpe militar terminou.

Você se lembra dos nomes dos agentes que atuavam nesta época no Brasil?

— Bem, já lhe disse: Jan Schneider, Wallace Levy e o próprio McCone, que dirigia as operações a partir dos Estados Unidos.

E brasileiros?

No total, eram 20 ou 22 agentes brasileiros.

Que outros métodos a CIA utilizava para recrutar agentes, além do dinheiro?

— O que ninguém compreende e parece muito difícil fazer as pessoas entenderem, é que a CIA não faz essas coisas diretamente. A CIA trabalha através de organizações como a ICTT ou outros locais de trabalhadores "independentes", que integram secretariados com outros países e trabalham sem que eles saibam que foram infiltrados pela CIA. Isso só acontece quando alguém, como eu por exemplo, torna isso público, ou seja, quando alguém sai e diz a verdade.

A CIA na Nicarágua

O IADSL (Instituto para o Desenvolvimento de um Sindicato Livre) pertence à CIA?

— Ele é controlado pela CIA... garanto que é.

A AFL-CIO, a maior organização trabalhista norte-americana, pertence ou é financiada pela CIA?

— Sim, também é financiada pela CIA.

O IADSL tem financiamento da AID (Agência Interamericana para o Desenvolvimento). Este organismo também age sob as ordens da CIA?

— É a mesma coisa. Todos eles são controlados pela CIA.

Se lhe faço estas perguntas é porque o IADSL desenvolve um importante trabalho na Nicarágua, apoiando organizações como a CUS e a CTN e patrocinando projetos com sindicatos minoritários e paralelos nesse país, sindicatos que manifestam uma vocação parecida à assinalada por você a respeito de outros no Brasil.

— Eu aposto com você que os fundos que estão vindo para esses projetos provêm do governo nor-



te-americano e da CIA, porque nós fizemos os mesmos programas no Brasil, e os mesmos programas foram feitos no Equador, Porto Rico e diferentes países. Isso não mudou. Agora, eu lhes dou um conselho: peguem os projetos e o dinheiro, mas saiam dessa organização se não querem ser controlados pela CIA.

Qual o papel da imprensa local nos países onde a CIA opera?

— Quando atuei no Brasil, na realidade eram outros os que manejavam a imprensa. Isso era dirigido diretamente da embaixada. Refiro-me ao que ia ser publicado e aos contatos com jornais de direita. Quem estava encarregado do setor de imprensa era o chefe Jan Schneider e a embaixada.

Peru e São Domingos

Qual foi seu próximo destino?

— Depois disso, fui trabalhar como supervisor de todos os países latino-americanos em Lima, Peru, onde passei um mês e meio para depois voltar para Novo México. Pressionaram-me para retornar ao Peru, onde tudo estava sendo centralizado depois que o Panamá, que tinha sido eleito como central, começou a dar muitos problemas, com edifícios nossos sendo queimados e conflitos na Zona do Canal. Por isso, decidiu-se transferir a central para o Peru.

E por que você não aceitou sua designação para o Peru?

— Porque nessa época estava ajudando na organização da campanha de um amigo meu para governador do Novo México, para onde posteriormente me mandaram, um mês e meio depois do assassinato de Trujillo na República Dominicana, para realizar um estudo político. Foi lá que tive os primeiros conflitos com a direção da CIA.

Qual foi o motivo que lhe fez deixar a CIA?

— Tinham me designado por um período de dois anos para a República Dominicana. Briguei com pessoas dali e preferi me retirar.

Você tinha conhecimento prévio da invasão?

— Não, quando cheguei a marinha já estava lá, mas muitos dos organizadores que tínhamos no Brasil, estavam na República Dominicana naquele momento.

Ainda tem contatos com agentes da CIA?

— Não.

Eles o têm procurado?

— Talvez eles me procurem. Por isso eu vivo com problemas.

Conhece as operações da CIA em outros países?

— Não.

Não tem medo da CIA?

— Não... se eu tivesse medo não estaria aqui.

Um câncer que destrói países

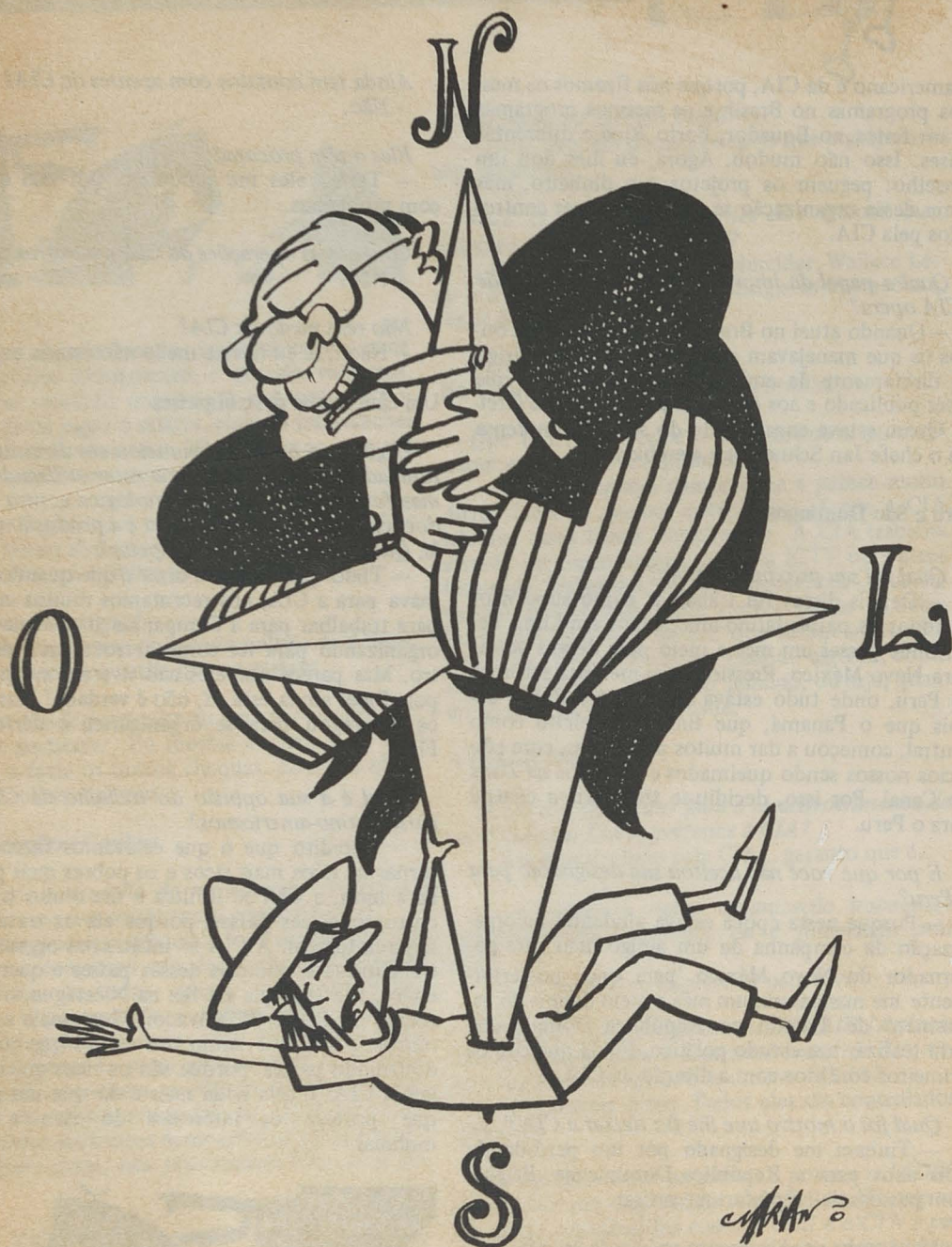
O governo cubano denunciou em diversas oportunidades que a CIA poderia estar utilizando algumas formas de guerra bacteriológica contra a ilha, doenças que afetam o homem e a produção agrícola. Qual é a sua opinião a respeito?

— Tudo que eu posso dizer é que quando trabalhava para a CIA, nós recrutamos muitos cubanos para trabalhar para a Companhia, e eles estavam se organizando para ver como derrotavam Fidel Castro. Mas parece que eles não tiveram muito êxito pois Fidel ainda está aí, não é verdade? Mas a CIA os empregou para se organizarem e derrotarem Fidel.

Qual é a sua opinião do trabalho da CIA nos países latino-americanos?

— Acredito que o que estávamos fazendo era tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Para mim, a CIA se infiltra e faz muito trabalho corrupto nesses países, porque ela os trata como se nada fossem. A CIA se infiltra nas organizações trabalhistas e sindicais desses países e quer dominá-los. E é isso que ela faz na Nicarágua, o que fizemos no Brasil, El Salvador, Guatemala e tantos outros... A CIA é como um câncer que continua destruindo países, porque são os ricos que controlam a CIA. E esta nada mais é do que um policial que protege os interesses do rico a nível mundial.



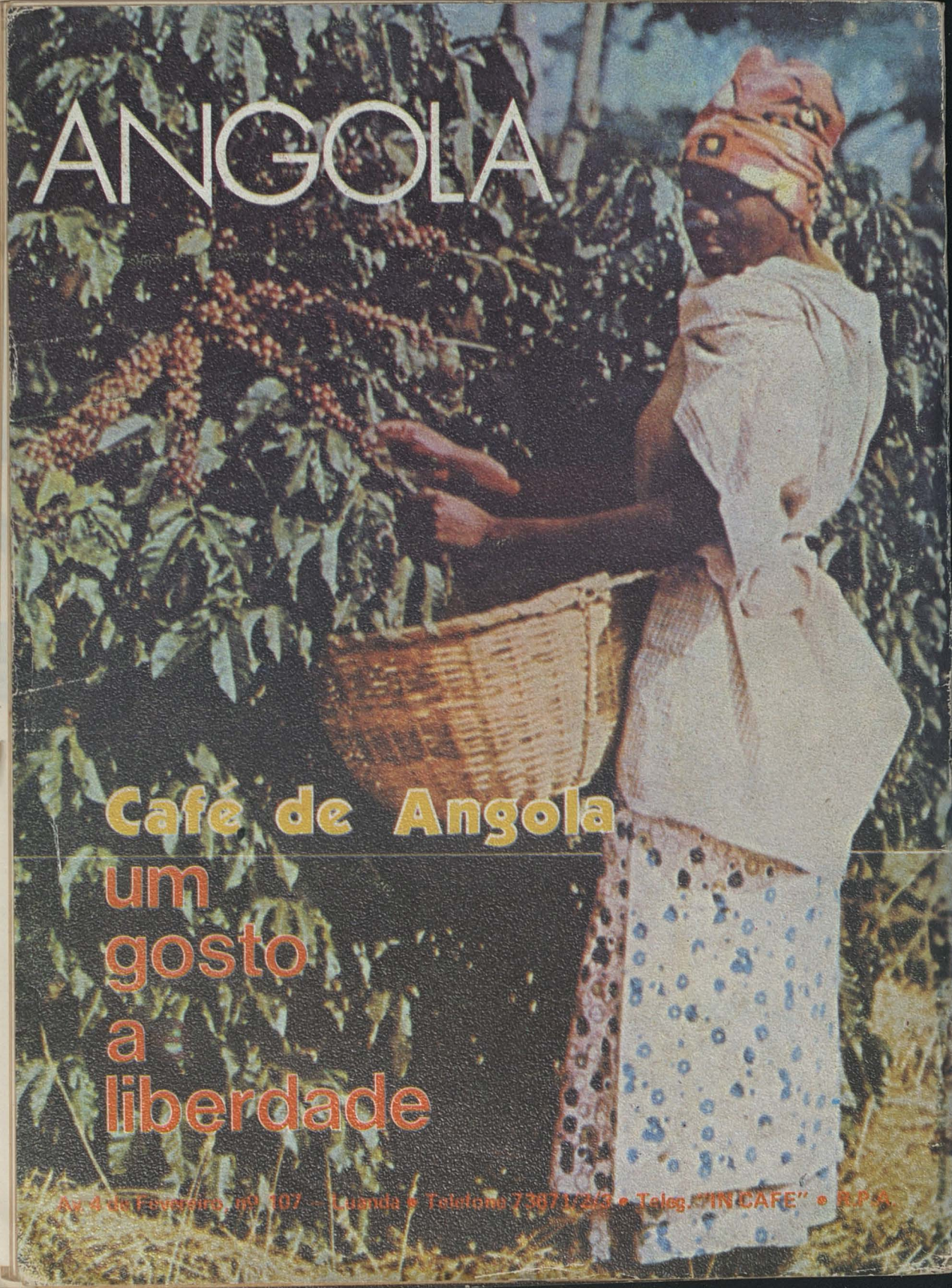




TAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

ANGOLA

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a lush plantation. She is holding a large woven basket. The background is filled with green leaves and clusters of ripe coffee cherries.

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871 2/3 • Teleg. "INICAFÉ" • R.P.A.